

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Nathália França Figuerêdo Porto

**COMUNIDADES RACIAIS NO BRASIL:  
uma análise dos efeitos de raça e classe nas atitudes  
raciais dos brasileiros**

Belo Horizonte  
2016

Nathália França Figuerêdo Porto

**COMUNIDADES RACIAIS NO BRASIL:  
uma análise dos efeitos de raça e classe nas atitudes  
raciais dos brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Comportamento Político

Orientador: Mario Fuks

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
2016

320 Porto, Nathália França Figuerêdo  
P853c Comunidades raciais no Brasil [manuscrito] : uma análise  
2016 dos efeitos de raça e classe nas atitudes raciais dos brasileiros  
/ Nathália França Figuerêdo Porto. - 2016.  
92 f.  
Orientador: Mario Fuks .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2. Relações raciais - Teses  
3.Tolerância – Teses. I. Fuks, Mario. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

# SUMÁRIO

Resumo.....	8
Abstract .....	9
Agradecimentos.....	11
1. Introdução .....	14
2. Marco teórico: o dito e o não dito .....	18
Atitudes, pertencimento e fronteiras raciais .....	18
Para além da raça: interlocução entre atributos raciais e socioeconômicos .....	24
Identidade, solidariedade e interesse: bases coletivas da expressão atitudinal.....	26
3. Dados e Métodos.....	28
Caracterização do survey .....	28
Escolha das variáveis .....	29
Validade interna, confiabilidade e estratégias de inferência causal .....	38
4. Valores, princípios e atitudes raciais.....	40
5. Objetivos materiais, percepção de ameaça e interesses.....	56
6. Raça, renda e escolaridade na produção de atitudes raciais sob a ótica de solidariedades e interesses .....	72
Fronteiras raciais e heterogeneidades internas .....	72
Entre identidades e interesses: uma falsa dicotomia .....	74
Abstração X Concretude: o principle-policy puzzle .....	76
Classificação racial: a mestiçagem como mecanismo produtor e difusor de fronteiras raciais .....	78
7. Considerações finais: o futuro da agenda de pesquisa no Brasil.....	81
Referências .....	85
Ferramentas para replicação dos resultados .....	91

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Esquema-resumo das contribuições teóricas e a relação entre elas.....	21
Figura 2. Estruturas de modelos de regressão e análise dos dados.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resultados da Análise Fatorial para a construção da escala de Hostilidade Racial.....	31
Tabela 2. Frequência final da escala de hostilidade racial.....	32
Tabela 3. Frequência da variável de adesão às cotas raciais no Brasil.....	33
Tabela 4. Frequência da variável Raça do entrevistado.....	36
Tabela 5. Frequência da variável renda familiar mensal do entrevistado.....	36
Tabela 6. Frequência da variável escolaridade.....	37
Tabela 7. Determinantes da hostilidade racial no Brasil (Regressão logística).....	42
Tabela 8. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos brancos (Regressão logística).....	43
Tabela 9. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos pardos (Regressão logística).....	49
Tabela 10. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos pretos (Regressão logística).....	52
Tabela 11. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras (Regressão logística binomial).....	58
Tabela 12. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos brancos (Regressão logística binomial).....	60
Tabela 13. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos pardos (Regressão logística binomial).....	63
Tabela 14. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos pretos (Regressão logística binomial).....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1, 2 e 3. Probabilidades preditas de expressar hostilidade racial, de acordo com a cor.....	43
Gráficos 4, 5 e 6. Probabilidades preditas de expressar hostilidade racial, de acordo com a renda, entre os indivíduos brancos.....	46
Gráficos 7, 8 e 9. Probabilidades preditas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos brancos.....	48
Gráficos 10, 11 e 12. Probabilidades preditas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos pardos.....	50
Gráficos 13, 14 e 15. Probabilidades preditas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos pretos.....	53
Gráfico 16. Probabilidades preditas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com a cor.....	59
Gráficos 17 e 18. Probabilidades preditas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos brancos.....	61
Gráficos 19 e 20. Probabilidades preditas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos pardos.....	64
Gráficos 21 e 22. Probabilidades preditas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos pretos.....	67

## RESUMO

Esta dissertação busca compreender quais são os determinantes adscritivos e socioeconômicos da opinião pública racial brasileira em duas dimensões: princípios e valores raciais e políticas raciais. Nos últimos anos, alguns estudos sobre relações raciais, no Brasil, trouxeram importantes contribuições teóricas e empíricas para a compreensão do papel da raça como uma variável preditora da opinião pública racial, acompanhada da classe e *status*. Apesar disso, muito pouco tem sido dito a respeito dos efeitos da combinação entre raça e características socioeconômicas sobre a forma com que as pessoas processam e emitem opiniões raciais. Essa dissertação pretende contribuir para essa discussão a partir da hipótese de que as atitudes raciais no Brasil são formadas por uma combinação entre raça e classe. A partir da análise de dados do *survey* Racismo Cordial (2008), um dos principais achados da pesquisa é de que, no Brasil, a raça explica diferenças de atitudes raciais. Os resultados apontam, ainda, que tanto renda como escolaridade estão positivamente associadas à tolerância racial, mas negativamente associadas ao apoio às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Nossa interpretação desta aparente contradição é que, enquanto a adesão aos princípios raciais tem como fundamento a solidariedade racial, são os interesses individuais e coletivos que geram o apoio às políticas raciais.

**Palavras-chave:** Atitudes raciais; Tolerância política; Cotas raciais.



## ABSTRACT

This dissertation aims at understanding the adscriptive and socioeconomic determinants of brazilian racial public opinion in two basic dimensions: principles and values; and race-targeted policies. During the last years, many studies have made widely relevant theoretical and empirical contributions on racial relations in Brazil, and some of them highlight racial identity as a powerful predictor of racial public opinion, joined by class and *status*. In spite of this, little has been said on the effects of race and socioeconomic features altogether on how people reason towards race. This research intends to contribute to this debate, working with the hypothesis that racial attitudes in Brazil are a product of a combination between race and socioeconomic features. Relying on *Racismo Cordial survey* data (2008), one of our main findings state that race is importante to explain oscilations in racial attitudes in Brazil, contrary to what previous theoretical works have stated. Results also show that income and Education are positively associated to racial tolerance, but negatively associated to the support for racial quotas in brazilian public universities. Our interpretation of this so-called contradiction is that, whereas the support for racial principles has racial solidarity as a bedrock, individual and collective interests are what motivates support for race-targeted policies.

**Keywords:** Racial attitudes; Political tolerance; Racial quotas.

*“Trazer à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, e mesmo invisível, não é neutralizá-los; expor as contradições não é resolvê-las. Porém, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode considerar como nulo o efeito que ela possa exercer, permitindo àqueles que sofrem de descobrir a possibilidade de imputar seu sofrimento a causas sociais e de assim se sentir não-culpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente ocupada, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e mais secretas. Constatação que, apesar das aparências, não tem nada de desesperante: o que o mundo social fez, o mundo social pode, armado desse saber, desfazer.”*

Pierre Bourdieu (1930-2002)

## AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos que antecederam a redação desta dissertação, eu pensei no que escrever na seção “agradecimentos”. Pensei que seria uma das seções mais fáceis de serem escritas, pois, em tese, eu saberia exatamente o que dizer, quais histórias contar e a quem agradecer. Agora, isso parece uma tarefa bem menos trivial, uma vez que é preciso fazer justiça a tantas situações e tantas pessoas que estiveram comigo.

O mestrado foi, antes de qualquer coisa, uma etapa de amadurecimento intelectual, profissional e pessoal. Nesses dois anos, entre aulas, cursos, treinamentos e palestras, tive a oportunidade de desfrutar de uma ótima formação teórica e metodológica, na companhia de colegas e professores que contribuíram para que este caminho fosse menos tortuoso. Foi um período de reaprendizado: eu fui impelida a reaprender a ler, a estudar e a escrever, pois o fazer acadêmico exige que estas habilidades sejam constantemente reforçadas. O mestrado foi tudo, menos fácil. Contudo, escrever sobre um tema que me inspira e que me traz novas reflexões a cada dia foi um fator motivador dos mais importantes.

O Brasil, sua história e sua gente são celeiros de ideias e de temas de interesse, um prato cheio para a Ciência Social. Na tentativa de contribuir, nem que seja infimamente, com um debate tão caro à realidade brasileira, me envolvi em discussões teóricas sem as quais este trabalho não teria alcançado seus principais objetivos, e ter desbravado campos do conhecimento político com os quais eu tinha antes pouca familiaridade me ajudou a compreender que, se a teoria e o desenho de investigação são importantes, a realidade é muito mais complexa. Não há *script* para as interações sociais, não há sintaxe que descreva com rigor a diversidade, e eu agradeço por ter a oportunidade de me maravilhar diante da riqueza e da beleza da vida humana.

Agradeço ao Senhor Jesus, mestre dos mestres, pelo dom da vida. Agradeço ao Prof. Mario Fuks, a quem não consigo mais chamar de orientador, porque o título simplesmente não comporta sua importância na minha trajetória. Entre e-mails, mensagens e conversas de bar, você fez por mim muito mais do que um orientador poderia ter feito: você fez o que apenas amigos verdadeiros podem fazer. Sou grata por cada ensinamento, cada puxão de orelha, cada palavra cortada dos meus primeiros textos e cada oportunidade de crescimento que você me proporcionou; e simplesmente não consigo expressar em palavras a dimensão da minha gratidão. Espero, um dia, fazer jus à sua confiança em mim.

Aos meus pais, Conceição e Itamar, pela oportunidade de passar dois anos da minha vida fazendo o que eu amo fazer. Reconheço todos os privilégios que me levaram até aqui: sendo eu branca, de classe média alta e escolarizada, este parecia ser um caminho óbvio para mim, que sempre tive oportunidades. Na roupa lavada e na comida quentinha vocês me fizeram perceber o quanto eu tenho sorte e o quanto eu devo ser grata pelo que tenho. Obrigada, acima de tudo, por confiar em mim e por não questionar as minhas decisões.

Agradeço, também, ao meu irmão, Rodrigo, pelo companheirismo e por me ensinar, em nossas discussões, que sempre há hipóteses rivais. Ao meu companheiro Fernando, por ser amor e amigo, pelo constante apoio e afeto, mesmo quando não podíamos estar juntos. Ao Bono, meu bebê e meu amiguinho, sei o quanto te custaram os dias ensolarados em frente ao computador. Muito obrigada pela companhia fiel, literalmente ao meu lado, enquanto eu estudava e escrevia. À Edna, por me ajudar a lidar com os meus problemas como uma pessoa adulta.

Agradeço ao PPGCP/UFMG, em especial aos professores Magna Inácio, Ricardo Fabrino, Natália Sátyro e Ana Paula Karruz pela formação que recebi e pela sempre generosa interlocução. Aos componentes de minha banca examinadora, professores Bruno Pinheiro Wanderley Reis (PPGCP/UFMG), Jerônimo Oliveira Muniz (PPGS/UFMG) e Mathieu Turgeon (PPGCP/UnB), pela atenção e consideração com meu trabalho, mesmo antes de ficar pronto, e pelos comentários vindouros, que certamente serão cruciais para o aprimoramento de minha dissertação.

Aos professores Elizabeth Zechmeister (Vanderbilt University), Robert Y. Shapiro (Columbia University), Ednaldo Ribeiro (UEM), Julian Borba (UFSC) e Jakson Aquino (UFC), pela leitura atenta e comentários de partes de minha dissertação, que foram fundamentais para o aprimoramento do trabalho desenvolvido. Minha gratidão também ao Alessandro Magno, que em sua rotina diária, nunca se esquece do sentido da palavra “servidor”. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), por financiar minha permanência no Mestrado. Ao corpo discente do PPGCP/UFMG, pela oportunidade de ser representante discente.

Devo, também, agradecer àquelas e àqueles que tornaram esses dois anos mais leves, e que, por acreditarem em mim, me fizeram confiar mais em mim mesma. À Luciana Andrade, pelas doses diárias de autoestima, pelo ombro sempre amigo e por me acolher como irmã em seu coração. À Mel Veneroso, pela sabedoria, pelas conversas que levarei para a vida toda, pelas reflexões sobre o que é ser cientista social e pelo coração

de ouro. À Raquel D’Albuquerque, por pernambucanizar de vez o meu sotaque e por trazer doçura e confiança à minha vida. À Carina Fonseca, que agora é uma parte do meu coração batendo do outro lado do Atlântico, por ser minha “irmã mais velha” e partilhar comigo reflexões acaloradas sobre os principais autores do pensamento racial brasileiro. À Samantha Hausmann, por me mostrar que devemos sempre escutar nossas “crianças interiores”. À Ana Carolina Souza, pela leveza de espírito, empatia, pelos forrós e pelos cachinhos mais amados do Brasil. À Isis Arantes, pelo equilíbrio entre racionalidade e meiguice, que convivem tão bem nela. À Camila Montevechi, pela fé e delicadeza. À Rayza Sarmiento, pelos ensinamentos e pela poesia que a habitam. Sou, hoje, uma mulher mais consciente do meu lugar no mundo por causa de vocês.

Agradeço, também, aos colegas do CECOMP (Robert Bonifácio, Rafael Paulino, Natália Aguiar, Mariela Rocha, Cíntia Medeiros, Jhaynara Bittencourt, Mateus Araújo, Geélison Silva, Joel Dias), em especial ao Gabriel Casalecchi, em quem eu reconheço um exemplo de jovem acadêmico, e que tem sido um amigo dos mais preciosos. Aos amigos da Herkenhoff & Prates, pelos desafios e aprendizados intensos, em especial ao Guilherme Rodrigues, Guilherme Silveira, Bruno Melo, Clarice Mendonça e Carolina Imura. Ao meu parceiro Robert Lee Vidigal, pelas constantes interlocuções teóricas, metodológicas, e por ser tão generoso ao trabalhar comigo. Ao Fabrício Fialho, pelos conselhos, pela bibliografia e pela amizade. Ao Fred Batista, pelo exemplo e prestatividade. À minha prima e comadre Solange Ribeiro, por ser minha referência e ponto de equilíbrio nos dias nervosos na FAFICH.

Gratidão também aos colegas Guilherme Quaresma, Stephanie Reis, João Gualberto, Débora Vales, Fábio Espíndola, Filipe Corrêa, Natália Santana, Marina Siqueira e Tarcísio Perdigão. Aos amigos que estão perto: Elisa Carvalho, Fernanda Viegas, Flávia Guerra e Luiza Mascarello. Aos que estão um pouquinho mais longe: Stefania Lapolla Cantoni, Victor Araújo, Yama Chiodi, Aiko Ikemura, Camila Rezende. A todos os que torceram por mim, estendo minha gratidão. Que eu não me olvide de que, em meu juramento de formatura no curso de Ciências Sociais, me comprometi com o desenvolvimento de uma Ciência Social que de fato descortine os meandros da vida humana em sociedade. Que o conhecimento seja a porta de entrada para o desenvolvimento de realidades mais justas e democráticas.

*“Nobody puts Baby in a corner!”*

(Johnny Castle)

# 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta dissertação tem como motivação principal meu interesse pessoal em unir dois assuntos com os quais estive envolvida durante toda a minha graduação em Ciências Sociais: os estudos de opinião pública e comportamento político, e os estudos sobre teoria política e pensamento social brasileiro. Compreender a reverberação de traços que pareciam perenes do senso comum racial brasileiro, e agregar aos estudos de comportamento político no Brasil contribuições da produção sociológica e política genuinamente brasileira foram metas que procurei perseguir durante os estudos do Mestrado.

A finalidade central desta dissertação é discutir os determinantes raciais e socioeconômicos da opinião pública racial brasileira, em aspectos como a expressão de valores raciais e o apoio a políticas racialmente orientadas, partindo da hipótese de que o pertencimento racial e a posição socioeconômica individual conformam essas atitudes e diferenciam grupos. Levando em consideração este cenário de investigação, este trabalho visa contribuir com o estudo dos efeitos da relação entre raça, classe e status socioeconômico no condicionamento das atitudes raciais no Brasil, procurando responder à seguinte questão: *quais são os efeitos da raça e da classe sobre as atitudes raciais dos brasileiros?*

Podem causar espécie à primeira vista o fato de se estudar uma faceta da questão racial brasileira – campo colonizado pela Sociologia e pela Antropologia desde o seu surgimento – sob um viés próprio da Ciência Política. Fui, de fato, interpelada em algumas ocasiões sobre isso, e não poderia deixar de abordar este aspecto aqui. As atitudes raciais dos brasileiros devem ser objeto de estudo da Ciência Política pelo fato de que o próprio fenômeno de hierarquização da sociedade em termos raciais é um fenômeno de poder, e, logo, político por definição.

Além disso, o estudo das atitudes raciais dos brasileiros permite um melhor entendimento da produção de políticas, a partir do trânsito entre princípios abstratos e políticas concretas. Ademais, a política nada é senão a expressão do conflito, em todas as áreas da vida humana. Não havendo grupos orientados por interesses (os quais são formados, entre outros aspectos, por linhas raciais e socioeconômicas) e objetivos em competição, a própria política esvazia-se em sentido.

A história do estudo das relações raciais no Brasil se confunde, na maioria das vezes, com a própria história dos estudos sociais no país. Estudiosos como Antônio Sérgio Guimarães, Kabengele Munanga e Peter Fry destacam que, de modo a compreender adequadamente a dinâmica social brasileira em suas peculiaridades, é necessário compreender a forma com que os brasileiros se definem, definem seus compatriotas e raciocinam quando o assunto é raça.

Dito isso, é de se espantar que a variável raça, um fator amplamente utilizado em investigações das Ciências Sociais e Políticas fora do Brasil, tenha sido tratada com tão pouco interesse em âmbito doméstico. No entanto, como Fábio Wanderley Reis (2000) indica, a própria falta de atenção que a Ciência Política brasileira tem conferido ao conceito de raça pode, inclusive, ser um perverso legado escravista. A situação se agrava na análise das contribuições no campo da opinião pública e do comportamento político que levaram características raciais em conta.

Questões como a história da população negra no Brasil, a passagem do regime escravocrata para a sociedade de classes baseada na industrialização, a participação negra nos movimentos sociais, a organização dos movimentos negros, o feminismo negro, e os impactos do racismo institucional têm sido objeto de estudo da Ciência Política no Brasil. No entanto, a atenção que as temáticas raciais recebem da Ciência Política no Brasil ainda é residual, majoritariamente motivada por conjunturas nas quais o debate racial se mostra mais protuberante.

A carência de estudos propriamente raciais na Ciência Política brasileira é ainda maior quando se trata de atitudes raciais, isto é, de diferentes formas de avaliação que um indivíduo faz de pessoas, grupos e objetos de acordo com linhas de cor. Estas avaliações, sedimentadas subjetiva ou objetivamente, têm permanecido obscuras em seu potencial preditivo da opinião pública racial no Brasil. Exceções a essa tendência são encontradas nos importantes trabalhos de Souza (1971), Fialho (2008) e Bueno (2010). De acordo com Hasenbalg & Silva, “a forma com a qual [as ideologias raciais] são traduzidas em conceitos e atitudes entre brasileiros brancos e pretos continua a ser amplamente desconhecida.”<sup>1</sup> (Hasenbalg & Silva *apud* Bailey, 2009, p. 160, tradução nossa). Bailey, a esse respeito, completa que “tem havido uma completa lacuna de pesquisa de opinião pública sobre as atitudes raciais no Brasil.”<sup>2</sup> (Bailey, 2009, p. 36, tradução nossa).

---

<sup>1</sup> “The ways [racial ideologies are] translated into concepts and attitudes among white and black Brazilians continue to be largely unknown.”

<sup>2</sup> “There has been an absolute lacuna of public opinion research on racial attitudes in Brazil.”

A hipótese geral a ser considerada é a as atitudes raciais no Brasil são formadas por uma combinação entre raça e classe. Por um lado, apostamos na existência de diferença **entre** grupos raciais; ou seja, que há um claro componente racial na constituição dessas atitudes. Por outro, defendemos a tese de que há diferenças atitudinais **dentro** dos grupos raciais em função da renda e escolaridade. Esta hipótese tem sua origem teórica nas ideias desenvolvidas por Azevedo (Azevedo *apud* Guimarães, 1999), Fernandes (1965), Guimarães (1999), Sansone (2002), Bueno (2010) e outros estudiosos da temática racial no Brasil, segundo os quais a definição de grupos raciais no Brasil passa pela combinação entre atributos de raça e de classe.

Há, na teoria de maneira geral, uma dificuldade de, no caso brasileiro, separar corretamente os efeitos de raça e de classe no comportamento político, algo que explica, de certa forma, o silêncio da área sobre a temática racial no país. A respeito dessa relação, Omi & Winant (1994) afirmam que, ainda que confusões entre os dois conceitos sejam comuns, a raça, como uma ideia central à experiência humana, não pode ser reduzida a outras variáveis. Bailey afirma que “(no Brasil), a raça funciona mais como um *continuum* no qual a cor e outras características físicas, assim como características socioeconômicas como posição de classe, são levadas em consideração no processo social de categorização. A determinação da raça, nesse sentido, é bastante variável (...).”<sup>3</sup> (Bailey, 2009, p. 29, tradução nossa).

Ainda que a relação entre raça e atributos socioeconômicos não seja propriamente uma novidade, posto que já foi anunciada pelos autores que embasam nossas hipóteses, este trabalho procura contribuir na discussão sobre essa relação na composição de traços atitudinais dos indivíduos.

Esta pesquisa é guiada pela ideia de que a opinião pública é “grupocêntrica”, isto é, pautada em sua formação pelo pertencimento a grupos sociais que são formados por características como raça, origem, *status*, religião, entre outros. De acordo com autores como Lazarsfeld (1968), Kinder & Sanders (1996), Burns & Kinder (2012), entre outros, as experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos em suas rotinas diárias e os laços de pertencimento que tecem e fortalecem ao longo de suas vidas ajudam a formar as visões, ideias, discursos e preferências partilhadas por indivíduos do mesmo grupo. Ainda, o vínculo a grupos sociais – nesta pesquisa, raciais e socioeconômicos – engendra a

---

<sup>3</sup> “Race is more of a *continuum* in which shade and other physical characteristics, as well as social characteristics such as class position, are taken into account in the social process of categorization. The determination of race is quite variable...”



expressão de atitudes raciais que são interpretadas à luz de uma falsa dicotomia: identidades sociais e interesses pessoais e coletivos. O emprego destas chaves interpretativas e dos mecanismos causais que ligam o pertencimento racial a identidades e o lugar socioeconômico a interesses deve ser mais explorados pelos estudos sobre este tema, e pretendemos, com esta pesquisa, reetomar este debate.

Ademais, secundando a consideração de Reis (2000) de que a produção da Ciência Política no Brasil parece ser motivada por conjunturas, um contexto em que os debates raciais tem se intensificado no país, é hora de considerar que a análise das atitudes políticas distribuídas ao longo de um *continuum* de cor pode cumprir a função inversa: ampliar os conhecimentos dos próprios acadêmicos brasileiros sobre o conceito de raça no Brasil.

Esta dissertação está dividida em 6 partes, além desta introdução. No capítulo 2 são apresentadas as contribuições teóricas que sedimentaram toda a pesquisa. Lá, discutimos a miríade de vertentes empregadas para se definir o modelo da análise. Em seguida, o capítulo 3 expõe considerações metodológicas sobre o modelo empregado e explicita os procedimentos de manuseio das variáveis de interesse.

Os capítulos 4 e 5 apresentam as evidências empíricas da pesquisa: o primeiro trata de atitudes envolvendo princípios raciais e o segundo, do apoio a políticas raciais. Cada um deles apresenta os dados tratados e uma análise preliminar. Na seção 6, tece-se uma discussão mais profunda sobre os eixos de análise que guiaram a exposição dos resultados e que fazem menção à teoria empregada. Na seção 7, à guisa de conclusão, são apresentadas algumas ideias para que a agenda de pesquisa sobre a opinião pública racial no Brasil se desenvolva em um futuro próximo. Anexa a este documento está a sintaxe completa do manuseio das variáveis, geração de medidas e produção dos modelos de regressão utilizados, a fim de que seja possível a replicação dos resultados.

## 2. MARCO TEÓRICO: O DITO E O NÃO DITO

*“O Brazil não conhece o Brasil...”*

Aldir Blanc

### *Atitudes, pertencimento e fronteiras raciais*

A pesquisa realizada para essa dissertação empregou, nas diferentes etapas de sua realização, uma série de contribuições teóricas produzidas no Brasil e nos Estados Unidos a respeito dos determinantes identitários e socioeconômicos das atitudes raciais, sejam elas relativas a princípios e valores raciais ou a políticas raciais propriamente ditas.

Nas últimas décadas, tem surgido diferentes abordagens de estudo de atitudes raciais, trazendo importantes contribuições teóricas. A abordagem sociocultural, cujas principais contribuições são o conceito de racismo simbólico e racismo latente (Sears, 2000) (Tarman & Sears, 2008), postula que as atitudes raciais se originam a partir de uma combinação entre processos socializadores, animosidades latentes e predisposições contrárias a determinados grupos raciais. Outra abordagem célebre é a que considera a relevância de ideologias e princípios políticos, como o individualismo, o liberalismo e o igualitarismo no estudo da expressão das atitudes raciais (Sniderman *et al*, 1991) (Sniderman & Carmines, 1997) (Sniderman *apud* Sears *et al*, 2000). Uma terceira perspectiva postula que as atitudes raciais, tanto as que envolvem princípios raciais quanto as que tratam de políticas raciais, resultam de percepções de interesses (pessoais e coletivos) e ameaças por outros grupos raciais. Para esta vertente, os principais determinantes comportamentais dessas atitudes são o conjunto de imagens que cada grupo constrói de outros grupos (Bobo, 1993).

Como o nosso tema de interesse tem sido alimentado por contribuições da Sociologia, da Ciência Política e da Psicologia Política, é importante resgatar elementos de várias matrizes. A propósito, Kinder & Sanders (1996), uma das referências mais relevantes para este trabalho, alertam para o perigo de se confiar em teorias absolutamente soberanas para o estudo dos efeitos da raça e das variáveis socioeconômicas na opinião pública racial. Entretanto, com vistas a garantir uma exposição minimamente parcimoniosa das contribuições teóricas, é necessário hierarquizá-las, de acordo com sua centralidade para o modelo explicativo utilizado.

Primeiramente, é importante explicitar a concepção de atitudes nessa pesquisa. Nos estudos sobre comportamento político, as atitudes se referem a sentimentos favoráveis ou desfavoráveis a um objeto, que pode ser uma pessoa, um grupo, uma ideia ou uma política (Schuman *et al*, 1997). As atitudes, de acordo com Cavazza (2008), são avaliações integradoras e globais, que englobam afeto, emoção e cognição, e que, por isso, são acompanhadas de percepções e comportamentos. As atitudes se formam, originalmente, em processos de socialização, e, conforme se estabilizam e se fortalecem, se manifestam por meio da ativação e do reforço de símbolos, que remetem aos objetos aos quais fazem referência.

As atitudes raciais analisadas nesta pesquisa referem-se às relações raciais envolvendo indivíduos afrodescendentes – pretos, pardos e outras denominações – e as políticas raciais a eles destinadas. A ideia que guia toda a organização teórica é o de que o Brasil apresentaria padrões de relações raciais diferentes de contextos como o dos Estados Unidos ou o da África do Sul. Essas diferenças podem ser explicadas a partir do conceito de fronteiras raciais (*racial boundaries*). Entende-se como fronteiras raciais (*racial boundaries*) os limites definidos do alcance de grupos sociais, a partir de sua classificação racial, isto é, linhas delimitadoras entre grupos racialmente definidos.

Por outro lado, entende-se como senso de pertencimento (*racial groupness*) a coesão em torno de um grupo racial definido. Apesar de serem conceitos intrinsecamente relacionados, são diferentes em suas acepções e em seu papel nessa discussão. Estes conceitos são originados da teoria da identidade social e das relações intergrupos, sendo que, especificamente, o conceito de *racial groupness* presume o senso de pertencimento a um grupo formado por laços de solidariedade e marcas de distinção em relação a outros grupos (Loveman, 1999) (Brubaker, 2002).

A propósito da apresentação dos conceitos de *groupness* racial e fronteiras raciais, é importante considerar que o modo com o qual cada sociedade se relaciona com a ideia de raça e o lugar ocupado pelo conceito de raça no debate social implica na forma com a qual esta ideia será estudada. Há, de acordo com autores como Guimarães (1999), Bailey (2006; 2008), Telles (2003), entre outros, algumas abordagens de estudo das relações raciais, que são construídas conforme a tradicional maneira de se vivenciar a identificação racial em cada sociedade. Estes autores indicam que, ao longo da pesquisa sobre as relações raciais na América Latina e as expressões políticas dessas relações, tem havido um movimento pendular entre abordagens *racionalistas* e *antirracionalistas*.

As abordagens *racialistas* são caracterizadas pela centralidade do conceito de raça, tanto como variável explicativa quanto como fator interpretativo. Advogar uma abordagem racialista significaria, portanto, indicar que os grupos sociais são formados ao longo de linhas raciais, por exemplo. Por outro lado, as abordagens *antirracialistas* seriam aquelas que esvaziam o poder explicativo desta variável em detrimento de outras, como status e classe social (mesmo que isso não signifique, a princípio, que o conceito de raça esteja ausente dessas pesquisas).

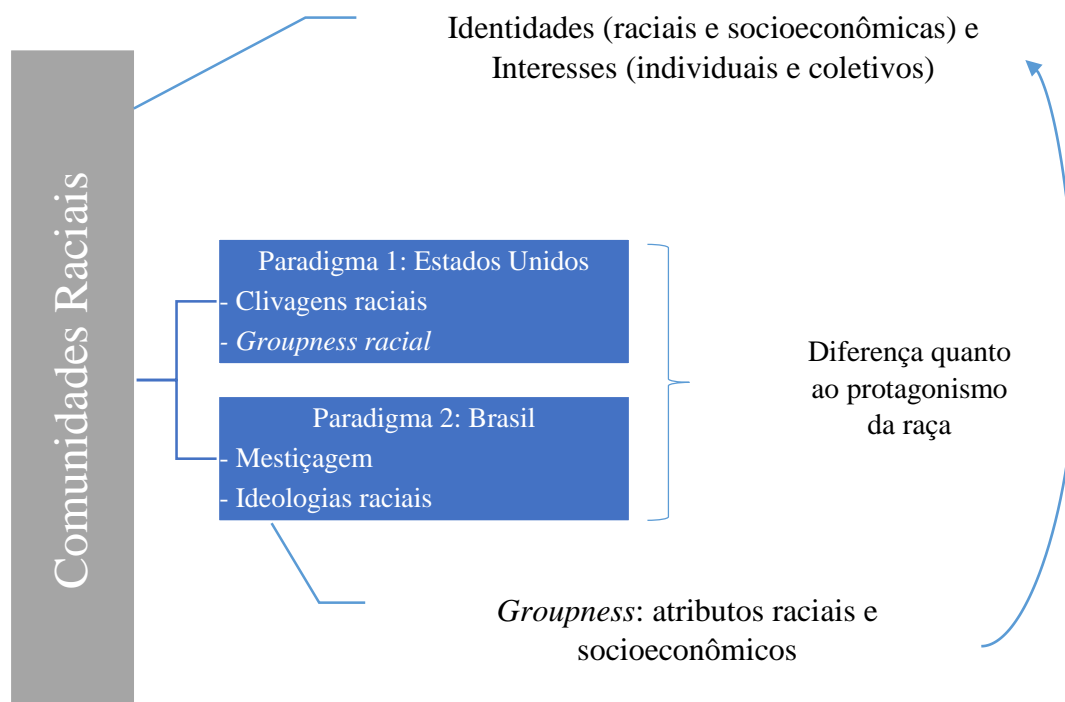
A discussão entre abordagens racialistas e antirracialistas é, portanto, a discussão sobre qual o papel dedicado à raça como variável em um modelo explicativo, e está inerentemente ligada à discussão sobre os conceitos de *groupness* racial e fronteiras raciais no Brasil. A respeito da caracterização de regimes racialistas ou antirracialistas, é importante perceber que, em cada um deles, o papel dado às fronteiras raciais e à *groupness* é diferente. De acordo com Appiah (2000), fronteiras raciais bem definidas e robustas seriam características de regimes racialistas. Por outro lado, Bailey indica que “a identificação racial variável ou ambígua, o foco na cor em oposição à raça e a ênfase na classe social são, juntas, características assumidas como pertencentes a contextos antirracialistas.” (Bailey, 2009, p. 132, tradução nossa)<sup>4</sup>.

A diferença substantiva entre os dois contextos é que, em ambientes antirracialistas, as diferenças de cor são reconhecidas, mas não como as bases da formação de grupos sociais, em detrimento da valorização de explicações como a de classe e status. Esse ponto aparece em Guimarães (1999), que, além de destacar este ponto, indica que no caso brasileiro, marcado pelo pêndulo entre explicações racialistas e antirracialistas, não é possível discutir a questão racial sem considerar “o intercruzamento discursivo entre raça e classe” (Guimarães, 1999, p. 49). Nesta dissertação, pretendemos testar a força dos argumentos trazidos por cada uma das abordagens, a fim de verificar se uma se mostra realmente mais robusta que outra.

---

<sup>4</sup> “Variable ou ambiguous identification, a focus on color as opposed to race, and an emphasis on social class all are assumed characteristics of the nonracialist context.”

**Figura 1. Esquema-resumo das contribuições teóricas e a relação entre elas**



Fonte: Elaboração própria

A discussão a respeito das fronteiras raciais e do senso de pertencimento racial no Brasil tem sido feita, em grande medida, a partir dos estudos da vertente culturalista da Sociologia brasileira, cujos principais expoentes são autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Estes autores contribuíram, à época de seus estudos, para alterar a forma como a categoria *raça* era tratada no Brasil. Ao desviar o foco da discussão dos determinantes biológicos da classificação racial, esta corrente destacou a centralidade da produção cultural da raça, a partir da ideia de que as relações interracialis não consistem simplesmente na imposição de um grupo sobre outro, mas sim na produção intersubjetiva dos conceitos de raça e outros mecanismos de classificação. Thomaz (2001) destaca exatamente a potencialidade, na obra de Freyre, da supressão de polos raciais antagônicos, com vistas a produzir realidades sociais marcadas pela fusão, e do reconhecimento da diversidade cultural como componente básico da sociabilidade brasileira.

A tese defendida pelos autores culturalistas prevaleceu durante muitos anos e, inclusive para estudos posteriores, a caracterização da dinâmica racial brasileira seria a definição da realidade *sui generis*, em contraposição a outros países, nos quais a raça era discutida como uma categoria social, como os Estados Unidos e a África do Sul. A

diferença entre o Brasil e os Estados Unidos seria a de que, enquanto nos Estados Unidos, a identificação racial basta para a criação de consciência racial e da partilha de valores identitários<sup>5</sup>, no Brasil a definição de comunidades raciais, que compartilham visões e preferências, não se daria apenas a partir do conceito de raça.

Telles (2003) aponta que a *groupness* racial brasileira é mais fluida que a americana, o que poderia ser constatado a partir do exame das diferenças entre as formas de classificação racial no Brasil. Thales de Azevedo, em seu estudo sobre as relações raciais em Salvador nos anos 1940, havia chegado a conclusões semelhantes. Em relação à comparação entre Brasil e EUA, Sansone (2002) afirma que, no contexto americano, os grupos raciais são mais robustamente definidos porque lá houve segregação racial *de jure*, o que não ocorreu no Brasil. De fato, análises recentes sobre as diferentes formas de classificação racial no Brasil indicam fluidez na classificação racial dos brasileiros, quando são oferecidas diferentes possibilidades de categorização, visível a partir das discrepâncias entre os resultados encontrados (Muniz, 2012).

De acordo com Bailey, se, nos Estados Unidos, haviam identidades étnicas e raciais assertivas e rígidas, no Brasil (de acordo com Freyre, Holanda, entre outros) essas características se dariam de forma mais fluida e com linhas pouco definidas. A “morenidade” seria, inclusive, um traço da identidade nacional, um símbolo pátrio. Ele indica que “o que, em outras sociedades, foram segmentos sociais incompatíveis se uniram no Brasil com vistas a formar a base da identidade nacional.”<sup>6</sup> (Bailey, 2009, p. 10, tradução nossa). Interpretações como a de Freyre (1973) indicam que a dissolução das chamadas fronteiras raciais no Brasil se deveria à mestiçagem, fruto majoritariamente das relações interracialis entre colonizadores brancos e escravizadas negras.

Contudo, outras referências indicam que a aparente fluidez das fronteiras raciais e da *groupness* racial no Brasil seria um produto não apenas de séculos de mistura racial, mas também da própria forma com a qual o Brasil passou de economia baseada no trabalho escravo para uma sociedade de classes (Fernandes, 1965) (Hasenbalg, 2005). De acordo com essas contribuições, o sistema de estratificação social que se originou a partir

---

<sup>5</sup> Autores que discutiram as atitudes raciais nos Estados Unidos no século XX comumente reforçaram a ideia de que a raça, neste país, consiste em uma clivagem social e política, em função de processos de definição fenotípica (divisão binária) e da forma com que as relações entre os grupos raciais foram construídas ao longo dos séculos. Myrdal (1944) destaca a relação entre raça e expressão de valores tradicionais americanos, enquanto Kinder & Sanders (1996) e Sears et al (2000) destacam as campanhas em torno do Civil Rights Act, em 1964.

<sup>6</sup> “What in other societies were incompatible social segments were united in Brazil to form the basis of national belonging.”

do processo de modernização do país e inserção em uma economia de mercado privilegiou a construção de hierarquias sociais baseadas na classe, hierarquias estas que, por mais que atingissem de modo desigual os indivíduos de raças diferentes, não eram discursivamente consideradas ao longo de linhas raciais, e sim de classe. Isso não implica em afirmar que a identificação racial passou a não mais existir no Brasil, mas sim que os recortes de classe passaram, de acordo com essas vertentes teóricas, a serem mais pronunciados do que os de raça. Nisso, a noção de classe, como uma variável de classificação social, passou a ter maior importância para os brasileiros.

Sobre a localização das categorias intermediárias, é importante resgatar uma das maiores contribuições da literatura sobre a classificação racial *sui generis* que ocorre no Brasil: a miscigenação, mecanismo difusor de fronteiras raciais que deu origem a enormes contingentes mestiços, complexifica o desenho do espectro racial, à medida em que alarga o número de opções de cor no intermédio do *continuum*. Autores que se dedicaram a estudar as relações raciais no Brasil no século XX (Degler *apud* Guimarães, 1999) chegam, inclusive, a indicar que a diferença primária entre os regimes raciais brasileiro e estadunidense seria a figura do mulato, “nem preto nem branco”, cuja posição intermediária no *continuum* de cor lhe confere uma fluidez classificatória bastante peculiar, a ser empregada nos momentos mais convenientes.

A fluidez observada nas categorias intermediárias pode vir a ser considerada como um aspecto reforçador de que a *groupness* racial no Brasil se constrói de forma diferente: a facilidade do trânsito entre uma categoria e outra pressupõe, por um lado, uma liberdade positiva, mas por outro lado, a dificuldade de categorização racial em termos formais. Nesse sentido, constata-se que, diferentemente dos Estados Unidos, onde a classificação racial tem sido tratada pela literatura como basicamente uma variável binária (tendo sofrido recentemente uma tímida expansão em virtude da inclusão de indivíduos de origem hispânica e asiática), o que torna o traçado de fronteiras raciais e de grupos racialmente constituídos mais intuitivo, no Brasil, as fronteiras raciais não são definidas apenas por critérios raciais, pois o fluxo entre as categorias intermediárias é grande, e acaba se refletindo nas variações de pertença às categorias raciais oficialmente utilizadas pelo Censo Demográfico.

A historiografia política brasileira indica que o pertencimento de classe – ou, mais propriamente, de lugar socioeconômico – tem caracterizado, ao longo de nossa história, as principais clivagens políticas no país. Andrews (2007), ao analisar a história da América Afrolatina entre os séculos XVIII e XX, comenta que as principais cisões

políticas do primeiro século de República foram, de certo modo, reverberações de cisões imperiais (e mesmo coloniais), nas quais não haviam configurações específicas de raça em seu interior, sendo as clivagens e ideologias referentes à propriedade e ao prestígio social. Skidmore (1993) vai além: as tendências descritas por Andrews seriam causadas pela criação de uma espécie de senso comum em torno da mestiçagem, que valorizou a mistura racial como o fator embasador de uma identidade nacional mista. Johnson III (2012) afirma que a elevação da mestiçagem ao posto de definidora do “ser brasileiro” foi, inclusive, a base para o desenvolvimento de alianças multirraciais (mas com recortes de classe e propriedade) em movimentos sociais, atividades políticas e até mesmo campanhas eleitorais.

Contudo, autores como Guimarães (1999), Johnson III (2012) e Costa (2004) apontam que a mistura racial, ao mesmo tempo em que pressupõe amálgama, indica também a exclusão da categoria dos que não se encaixam como “mestiços”, em uma espécie de relação dialética que, a despeito de seu sentido, tem recebido pouca atenção da literatura. Bailey (2009), em uma crítica que caminha no mesmo sentido, sugere que a literatura não tem considerado adequadamente a verdadeira importância do conceito de fronteira racial no Brasil e das variáveis que o compõem.

Bueno (2010) também apresenta uma reflexão a esse respeito, revisando a crítica de Shingles (Shingles *apud* Bueno, 2010) à literatura clássica do comportamento político por não considerar os vínculos psicopolíticos entre consciência racial e atitudes políticas. Nesse sentido, um dos objetivos dessa pesquisa, ao discutir esse conceito, é caracterizá-lo no Brasil. Procuraremos discutir a real existência de fronteiras raciais no Brasil, entre quais grupos são mais observadas, em quais dimensões de análise (princípios e políticas raciais) elas ficam mais evidentes, e a relação entre raça e classe na determinação das racial boundaries.

### ***Para além da raça: interlocução entre atributos raciais e socioeconômicos***

Esta dissertação reitera o ponto de vista de Bailey (2006; 2008; 2009), Bueno (2010), entre outros, de que é necessário que se leve em consideração outras variáveis de composição dos grupos de referência, além da cor, mas que a cor não pode ser desprezada nesse contexto. Logo, de maneira a explorar padrões de atitudes raciais em contextos como o brasileiro, é necessário situar os grupos raciais e explorar devidamente a formação



destas unidades de análise, verificando as heterogeneidades internas e externas que as compõem.

Não é o caso de afirmar a inexistência de *groupness* racial no Brasil, mas sim de considerar que este atributo é construído por mais de um aspecto, por seu caráter fluido. Para esta pesquisa, no entanto, a cor é uma variável central. Sobre esse ponto, outra contribuição de Bailey (2009) merece destaque. O autor indica que “o perigo em se focar em identidades raciais monolíticas pode ser particularmente nocivo no Brasil, onde identificações baseadas em classe podem desempenhar um papel significativo na organização cognitiva de instâncias atitudinais.”<sup>7</sup> (Bailey, 2009, p. 181, tradução nossa).

Ainda, o compartilhamento de posições econômicas comuns nas sociedades é o núcleo da produção de uma chamada “consciência de grupo”. Nesse sentido, ao contrário do que Kinder e Sanders (1996) inferiram ao mensurar por meio de regressões que os efeitos de raça sobre o posicionamento frente a ações afirmativas nos Estados Unidos eram muito mais significativos do que os efeitos de classe, no Brasil a combinação entre ambas tem promissor poder preditivo (Harris *apud* Guimarães, 1999).

Testamos, então, a combinação entre efeitos raciais e classistas na explicação das atitudes políticas frente a questões raciais pode, ainda, ser frutífera no sentido de elucidar as diferenças discursivas de reforço ou questionamento dos aspectos raciais no Brasil entre os grupos compostos, bem como esclarecer os vínculos entre cor e status socioeconômico que, embora tenham sido destacados como explicações relevantes, permanecem obscuros no caso brasileiro. Junn *et al* (2012) apontam, a propósito, que a designação racial de um indivíduo pode se dever não apenas às suas atribuições de fenótipo e ascendência, mas também à combinação entre construções sociais e políticas, que imputam determinada caracterização racial a esta pessoa. A literatura aponta, portanto, que é possível que a *groupness* racial seja definida a partir de mais critérios, que não apenas as marcas de cor.

Em termos práticos, para o desenho de pesquisa, esta contribuição implica no reconhecimento (ao menos, por enquanto, no nível hipotético) de que a raça, mesmo que, tradicionalmente, não tenha sido empregada como uma variável central no estudo das atitudes raciais no Brasil, seria, associada aos atributos socioeconômicos, a principal preditora desses parâmetros de comportamento no país. Trata-se de considerar tanto atributos raciais quanto socioeconômicos como formadores desses grupos sociais,

---

<sup>7</sup> “The danger of focusing on monochrome racial identities may be especially hazardous in Brazil, where class-based identification may play a significant role in the cognitive organization of attitudinal stances.”

adicionando um componente ao modelo explicativo e, naturalmente, complexificando o debate sobre os lugares de raça e classe na opinião pública.

Os estudos mais tradicionais sobre o conceito de classe no Brasil e sua relação com a classificação racial (sobretudo o conjunto de contribuições que usamos como referências teóricas neste trabalho) foram marcados pela riqueza teórica, mas sem a precisão empírica que foi, posteriormente, alcançada nos estudos sobre estratificação social no Brasil. Tendo em vista o objetivo de revisitar as teses desses estudos clássicos e também a ausência de dados mais específicos, a presente pesquisa utilizará a renda e escolaridade como proxies de "classe".

### ***Identidade, solidariedade e interesse: bases coletivas da expressão atitudinal***

Cabe, portanto, refletir sobre os mecanismos mediante os quais a identificação racial e o lugar socioeconômico constituem atitudes referentes tanto a princípios e valores raciais mais abstratos quanto a políticas raciais que visam à ampliação de oportunidades para as camadas afrodescendentes da população. Defendemos, aqui, que a chave interpretativa para compreender processo é a articulação entre identidades e interesses. Utilizamos as variáveis de raça, renda e escolaridade como marcadoras desta relação, concordando com Guimarães (1999) sobre a tendência de que estes atributos guardam em si informações sobre estilos e modos de vida, garantidos a partir da educação e de hábitos culturais que englobam a posição econômica, mas que carregam também o signo do prestígio.

A fim de interpretar a formação de comunidades raciais a partir desta ótica, a premissa é a de que identidades e interesses não se contrapõem, e que, em uma era na qual a expressão política dos cidadãos passa em grande medida pela expressão identitária, a definição de interesses, objetivos e preferências em comum também acompanha este processo. De acordo com Bobo (1983; 1988), para que o vínculo entre esses pólos supostamente antagônicos seja visível, é necessário considerar que, sendo (1) as sociedades organizadas em torno de hierarquias grupais, a expressão política (de opiniões, motivações e atitudes) é, por excelência, (2) o espaço de competição entre esses grupos, espaço esse no qual (3) os valores, ideologias e identidades, ao mesmo tempo em que cumprem uma função equilibradora do sistema, servem para legitimar diferenças na alocação de recursos. A relação entre esses dois conceitos é mais profunda do que puramente uma tensão, ao contrário do estabelecido por Bailey (2009), posto que guarda

o fato de que as coletividades, criadas por reminiscências de raça ou outro atributo identitário, agem com vistas à promoção de seus interesses colegiados (Reis, 2000).

Autores como Bobo e Hutchings (1996) e Barth (1969) apontam, ainda, para a retroalimentação entre os conceitos de identidades e interesses, a partir da qual a interpolação entre processos de definição (internos e externos) é que origina o estabelecimento de interesses comuns, e, por conseguinte, de formação de fronteiras. De acordo com Bobo (2000), qualquer sistema com desigualdades duráveis definidas racialmente possibilita a disputa realista e significativa em torno de interesses coletivos que são construídos também ao longo de linhas raciais.

O surgimento de comunidades raciais, além de, naturalmente, pressupor o crescimento da aproximação de indivíduos a partir de símbolos, discursos e manifestações diacríticas daquele grupo, pressupõe também a formação de comunidades de interesses, as quais são consequências de situações sociais, econômicas e políticas que alocam pessoas em espaços de sociabilidade comuns. Sendo assim, como Bobo & Kluegel (1993) indicam, este cenário possibilita o desenvolvimento de percepções de desvantagem de um grupo, ao se comparar com outro, quando o assunto é a perseguição de interesses e metas coletivas.

É exatamente a articulação entre identidades raciais e a expressão de interesses socioeconômicos que pretendemos investigar nesta pesquisa, à luz da empiria e da discussão envolvendo o conceito de *groupness* racial. Sobre este conceito, vale reiterar que a principal hipótese desta investigação é a de que existe *groupness* racial no Brasil, e que a combinação entre raça, renda e escolaridade pode ajudar a investigar se esse senso de pertencimento sofre alterações, entre os próprios grupos estabelecidos.

A mestiçagem e o reconhecimento de que a *groupness* puramente racial é fluida são, certamente, condições que complexificam o debate, mas uma sociedade em mudança racial na qual a agenda pública racial esteja cada vez mais ampla pode sofrer, em suas atitudes raciais, processos de mudança. Como dito por Hasenbalg (2005) e Bailey (2009), no Brasil, as instâncias raciais estão em transição, movendo-se no sentido de uma racialização acirrada pela competição. A princípio, pode causar espécie essa consideração, mas em termos substantivos deve-se considerar que as atitudes raciais são subjetivas, contextuais e mutáveis.

### 3. DADOS E MÉTODOS

#### *Caracterização do survey*

A investigação dos mecanismos causais que atravessam o debate entre identidades e interesses, e que está diretamente vinculada às hipóteses de pesquisa que tratam tanto a identificação racial quanto a posição socioeconômica como preditoras de valores e atitudes envolvendo princípios e políticas raciais, utilizou como estratégia inferencial a aplicação de modelos de regressão logística. Uma vez que as variáveis de interesse apresentavam distribuição binomial, foram empregados tanto modelos multinomiais quanto logísticos simples.

Esta pesquisa usou como substrato principal de informações o banco de dados Racismo Cordial, coletado e organizado pelo Instituto Datafolha em 2008. Esta base de dados corresponde, em tese, à continuação de um *survey* realizado em 1995, também denominado Racismo Cordial. A razão pela qual optou-se por usar apenas o *survey* mais recente é não apenas a maior tempestividade das informações, mas também o fato de que a construção das variáveis e a riqueza de informações no segundo *survey* é maior.

É importante, ainda, ressaltar que há outros bancos de dados que possuem variáveis sobre as relações raciais e as políticas raciais no Brasil, a exemplo da PESB (Pesquisa Social Brasileira) de 2002, realizada pelo DataUFF (Núcleo de produção e processamento de dados da Universidade Federal Fluminense); o LAPOP (Latin American Public Opinion Project), realizado bienalmente em vários países da América Latina pela Vanderbilt University; e o banco de dados produzido pelo Prof. Mathieu Turgeon, da UnB (Universidade de Brasília) a respeito da adesão dos universitários brasileiros às ações afirmativas no Ensino Superior. No entanto, optou-se por utilizar a base de dados Racismo Cordial por se tratar de um compilado de informações raciais mais completas, que alcançam toda a população brasileira em seus diferentes níveis de renda, escolaridade e status socioocupacional. A base original e completa, bem como o questionário e o livro de códigos, foi acessada a partir do *website* do CIS (Consórcio de Informações Sociais)<sup>8</sup>.

O *survey* nacional entrevistou, em 2008, 2.982 indivíduos pertencentes a ambos os sexos, de todas as classes sociais e de todas as regiões do país. A amostragem realizada

---

<sup>8</sup> <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/DetalheBancoDados.aspx?cod=B428&lng=pt-BR>

foi do tipo estratificada, o que garante a representatividade da população nacional no *survey*, ainda que, além dos procedimentos probabilísticos, tenha havido uma etapa de seleção dos entrevistados por estratificação.

### ***Escolha das variáveis***

O *survey* possui diversas variáveis que procuram caracterizar a opinião dos brasileiros a respeito tanto de princípios de comportamento racial, como visões sobre ditados do imaginário racial brasileiro, quanto em relação a preconceito, discriminação, visões sobre as causas da desigualdade social no Brasil e mensurações de adesão a ações afirmativas. No entanto, algumas dessas variáveis carecem de refinamento em sua construção e mensuração, a fim de que as interpretações a partir delas sejam possíveis. Ainda que o Racismo Cordial possa ser considerado uma das mais importantes fontes de informações quantitativas sobre opinião pública racial no Brasil, é necessário registrar as dificuldades de manuseio de algumas variáveis, justamente em função da carência de sistematização metodológica em algumas delas.

Com efeito, a escolha das variáveis a serem utilizadas na pesquisa de dissertação acabou por se condicionar tanto à literatura quanto à própria disponibilidade de análise vinculada às informações. É forçoso, aqui, ressaltar que a limitação de opções empíricas adequadas à análise planejada e a ausência de medidas confiáveis e válidas é interpretada, inclusive, como um indicativo da carência de investigação adequada da opinião pública racial no Brasil, reiterando o que Bailey (2009) apontou a respeito da “absoluta lacuna de pesquisa de opinião pública sobre atitudes raciais no Brasil”<sup>9</sup>. (Bailey, 2009, p. 32, tradução nossa) As variáveis de interesse da pesquisa, isto é, aquelas que se pretende explicar, correspondem à aparente dicotomia entre princípios e políticas raciais, ou, em outros termos, entre a abstração comportamental e as visões mais concretas sobre o papel do Estado no combate às desigualdades raciais.

A esse respeito, vale, também, destacar que as variáveis eleitas para a pesquisa foram escolhidas à luz da literatura já existente sobre a temática da opinião pública racial, especialmente a partir das contribuições de autores como Kinder & Sanders (1996), Bobo (1993; 1998), Sniderman & Carmines (1997), Sears *et al* (2000), entre outros. No entanto, as variáveis disponíveis no Racismo Cordial não correspondem exatamente ao conteúdo

---

<sup>9</sup> “There has been an absolute lacuna of public opinion research on racial attitudes in Brazil.”

das mensurações disponíveis nos Estados Unidos e usadas pelas referências citadas. São, antes, alternativas às medidas tradicionalmente utilizadas pela literatura para mensuração de atitudes raciais e interesses pessoais ou de grupos.

Se, por um lado, as variáveis comumente utilizadas nos estudos sobre atitudes raciais e políticas racialmente orientadas nos Estados Unidos são baseadas em anos de pesquisas de *survey* e devidamente testadas antes de serem aplicadas junto à amostra, no Brasil ainda não há consenso (e nem mesmo um debate amplo) a respeito de como mensurar quantitativamente atitudes, comportamentos raciais e a adesão a políticas racialmente orientadas. Claro é que a mensuração desses aspectos em um *survey* no Brasil tende a ser muito diferente da forma usualmente aplicada nos Estados Unidos.

Em termos metodológicos e inferenciais, este é um ponto que merece destaque, pois na falta de medidas mais adequadas, foi necessário usar e adaptar as disponíveis. Além disso, o fato de as variáveis escolhidas terem se mostrado úteis para o teste do modelo explicativo e das chaves interpretativas pode, a rigor, sinalizar a necessidade de se adaptar à realidade brasileira as medidas de atitudes raciais, valores políticos e percepções de ameaças, que devem ser mensuradas de modo diferente ao que ocorre nos EUA, por se tratar de fenômenos raciais distintos e de contextos também discrepantes.

A primeira variável dependente utilizada na pesquisa é uma escala de hostilidade racial, que foi assim nomeada por mensurar alguns traços de comportamentos animosos frente a alguns grupos raciais no Brasil – notadamente os de ascendência africana. As atitudes quanto a grupos raciais representam, a rigor, a forma com a qual os indivíduos se posicionam, pensam e conformam mentalmente as diferenças raciais e as expressam em torno de outros grupos. Neste aspecto, componentes como o preconceito racial, o ressentimento racial, a animosidade e a hostilidade racial têm relevância, pois são comportamentos direcionados a grupos específicos, a partir de uma clivagem necessariamente racial. O objetivo desta variável é, portanto, captar a mensuração de comportamentos e discursos popularizados por jargões e ditados cotidianos. De modo a construir esta escala, foram utilizadas três variáveis, que originalmente pertenciam a uma bateria de questões que mensuravam a concordância do entrevistado com cada enunciado.

**P4. Vou dizer algumas coisas que as pessoas costumam falar e gostaria que você dissesse se concorda ou discorda de cada uma das ideias.**

Concorda totalmente	Concorda parcialmente	Não concorda, nem discorda	Discorda parcialmente	Discorda totalmente
---------------------	-----------------------	----------------------------	-----------------------	---------------------

A) *Negro bom é negro de alma branca*

B) *As únicas coisas que negros fazem bem são músicas e esporte*

C) *Negro quando não faz besteira na entrada, faz na saída*

A fim de que a escala fosse criada e de que se tivesse certeza de que as variáveis originais poderiam ser agrupadas em um único construto, foram realizados anteriormente testes de análise fatorial e de consistência interna (Alpha de Cronbach).

Uma vez que as variáveis de interesse para os testes são de natureza categórica, a análise fatorial utilizou uma matriz de correlação policórica, apropriada para este tipo de variável e que tem sido utilizada por outros estudiosos do Comportamento Político, com variáveis de configuração semelhante. Conforme indicado na tabela 1, a análise fatorial apresentou cargas fatoriais consideradas satisfatórias para o primeiro fator gerado, o que indica que as variáveis podem ser agrupadas em um mesmo construto, sem que se perca um volume considerável de informações. O teste de análise de consistência interna (Alpha de Cronbach) apresentou um coeficiente de confiabilidade da escala de 0,59, com covariância média entre os itens de 0,65, o que também depõe a favor do manuseio conjunto dessas variáveis.

**Tabela 1. Resultados da Análise Fatorial para a construção da escala de Hostilidade Racial**

Variável	Carga Fatorial do Fator 1
A – Negro bom é negro de alma branca	0,6013
B - As únicas coisas que negros fazem bem são músicas e esporte	0,7414
C - Negro quando não faz besteira na entrada, faz na saída	0,6436

Fonte: *survey* Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

Tendo em vista os resultados dos testes anteriores, a variável foi construída a partir de uma soma, na qual a resposta recebida em cada uma das variáveis componentes era atribuída a um número entre 1 e 5. Após a soma ter sido processada, a variável foi recategorizada, de forma a ter três categorias de resposta. A recategorização seguiu o

procedimento sugerido através da geração de um gráfico de degraus, que permitiu verificar em quais pontos se concentravam as observações das variáveis originais, possibilitando um agrupamento mais lógico. As categorias finais são baixa hostilidade racial (0 a 7 pontos na soma original); média hostilidade racial (8 a 11 pontos na soma original) e alta hostilidade racial (12 a 15 pontos na escala original). A frequência final da variável é a seguinte:

***Tabela 2. Frequência final da escala de hostilidade racial***

	Frequência absoluta	%
0 – Baixa hostilidade racial	1.559	56,2%
1 – Média hostilidade racial	744	26,8%
2 – Alta hostilidade racial	471	17%
<b>Total</b>	<b>2.774</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

A segunda variável dependente utilizada é uma medida de adesão às cotas raciais, com apenas duas categorias de resposta, o que permite utilizar, em seu manuseio, modelos de regressão logística binomial. Esta variável foi escolhida porque, segundo autores como Maggie (2005), Fry (2005), Guimarães (1999) e Bailey (2009), se trata de um dos principais focos do conflito racial atual no Brasil, ocorrendo em um debate em que o papel do próprio Estado como ente provedor de bem-estar social e corretor de desigualdades sociais históricas é constantemente disputado. Além disso, as cotas raciais são um dos primeiros exemplos de ações afirmativas e de políticas racialmente orientadas aplicadas no Brasil. A redação da questão no banco de dados original é a seguinte:

**P9. Um dos pontos do Estatuto da Igualdade Racial prevê que, no mínimo, 20% das vagas em universidades públicas e particulares sejam reservadas para pessoas negras e descendentes de negros, independentemente das notas obtidas no vestibular em relação aos que não são negros. Você é a favor ou contra as cotas?**

A favor	Contra	Indiferente
---------	--------	-------------

Por comporem um grupo muito pequeno, os indivíduos “indiferentes” foram classificados como dados ausentes (*missings*), facilitando o tratamento da variável como dicotômica. A tabela 3 indica que, em geral, a maioria dos entrevistados (56,3%) é favorável à reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras de acordo com critérios raciais. Contudo, é necessário explorar a que se devem esses comportamentos.



***Tabela 3. Frequência da variável de adesão às cotas raciais no Brasil***

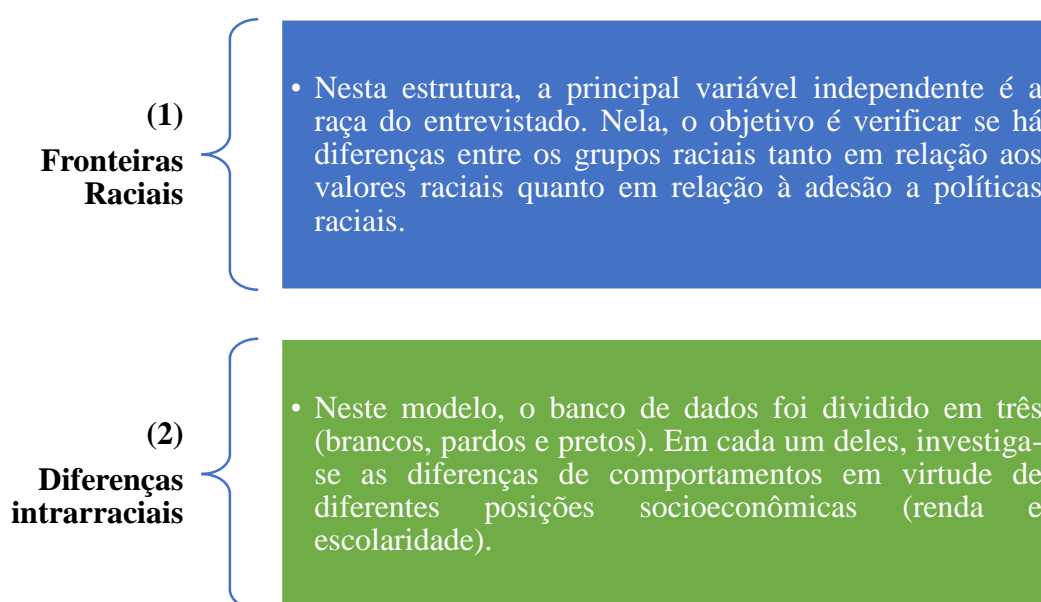
	Frequência	%
0 – Contra	1.177	43,7%
1 – A favor	1.516	56,3%
<b>Total</b>	<b>2.693</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

As variáveis independentes foram manuseadas a fim de responder à pergunta principal de pesquisa e testar as hipóteses arroladas anteriormente, sobretudo a que indica que a principal clivagem social em termos de atitudes raciais no Brasil seria a combinação entre cor e *proxies* de status socioeconômico. É importante observar que o segundo componente (renda e escolaridade) desta combinação corresponde, em linhas gerais, ao modelo *baseline* utilizado por Verba, Scholzman & Brady (1995), em sua investigação sobre as bases do voluntarismo cívico e da participação política não-eleitoral nos Estados Unidos.

Com o objetivo de testar tanto se a identificação racial possui influência sobre as atitudes raciais no Brasil, quanto os efeitos de preditores de posição socioeconômica junto aos diferentes grupos raciais, foram criadas duas estruturas de modelos analíticos, que serão exploradas na avaliação dos resultados de cada uma das variáveis dependentes. Essa elaboração também tem como objetivo explicitar o debate entre identidades e interesses, uma das chaves interpretativas dos resultados encontrados.

***Figura 2. Estruturas de modelos de regressão e análise dos dados***



Fonte: Elaboração própria

O primeiro modelo inclui a raça do entrevistado como uma variável independente, de maneira a avaliar se, em um contexto mais amplo, a identificação racial possui ou não impacto sobre as atitudes quanto a princípios e políticas raciais no Brasil. Este exercício se justifica pela necessidade de explorar a natureza das fronteiras raciais no contexto social brasileiro, delineando as coletividades, solidariedades e partilhas imersas em cada grupo racial, de maneira a de fato investigar a natureza dessas atitudes.

O segundo modelo procura testar os efeitos de variáveis como renda e escolaridade nessas mesmas atitudes, dentro de um mesmo grupo racial, com a finalidade de verificar se os efeitos dessas variáveis podem ou não modificar o sentido da expressão racial constatada ou não no tipo de modelo anterior. Basicamente, o objetivo da segunda estrutura de modelos de regressão é a análise das possíveis heterogeneidades internas em cada grupo racial. Haja vista que a noção de pertencimento de grupo é complexa, podendo ser interpretada pelos respondentes de formas distintas, é importante perceber em que medida seus posicionamentos variam de acordo com seu lugar socioeconômico. Para que a segunda estruturação fosse possível, o banco de dados foi dividido em três subgrupos, correspondentes à classificação racial tricotômica utilizada, e que será explicada logo a seguir.

A primeira variável independente a ser explorada é a identificação racial, ou simplesmente a raça do entrevistado. Se partimos do pressuposto de que as atitudes e as visões sobre políticas raciais são condicionadas ao longo da linha de cor, precisamos imputá-las aos grupos raciais estudados. De acordo com o que foi discutido no capítulo anterior, não há consenso sobre qual tipo de categorização racial seria o mais adequado, ou mesmo se o grupo conhecido nos estudos de estratificação racial (Osório, 2008) como não-brancos é, de fato, do ponto de vista atitudinal, homogêneo. Ainda, é necessário considerar que a identificação racial individual é recheada por uma natureza flexível e contingente, particularmente junto àqueles indivíduos e grupos cujos *backgrounds* não se definem completamente em categorias raciais (ou em apenas uma categoria), como é o caso dos indivíduos categorizados como pardos.

De modo a testar essas questões, optou-se por adotar como indicador de identificação racial a variável de autodeclaração do entrevistado, a partir de uma lista de respostas prévias, as quais incluíam, além dos pólos branco e preto, as denominações pardo, moreno, mulato, amarelo e indígena. Ainda que tenhamos escolhido utilizar a autodeclaração, há posicionamentos contrários a este tipo de categorização (Harris, 1964) (Nobles, 2000) (Loveman, 1999). Por um lado, Harris (1964) indica que não assumir que

grupos raciais não são construídos no Brasil é distorcer a análise racial no país; por outro, Nobles (2000) afirma que o conceito de população negra (termo cunhado pelo Movimento Negro Unificado, nos anos 1960 e 1970, e que, grosso modo, pressupõe o agrupamento de indivíduos pardos e pretos) é frágil, concluindo que não haveria grupos raciais capazes de incluir todos os não-brancos do Brasil.

Apesar disso, optou-se pela autodeclaração, por se acreditar que esta mensuração seria mais apropriada para a ocasião, que trata de discutir pertencimentos a categorias raciais e os efeitos da identificação racial nas atitudes raciais quanto a princípios e políticas racialmente orientadas. Burns & Kinder (2012) destacam que “se o mero pertencimento a grupos sociais é, às vezes, suficiente para gerar diferenças de opinião no que concerne às políticas, as consequências políticas do pertencimento a grupos são costumeiramente acentuadas entre os que pertencem ao grupo psicologicamente ou, em outros termos, os que se identificam com o grupo.” (Burns & Kinder, 2012, p. 153, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Indivíduos amarelos foram retirados da análise e categorizados como *missing data*, em função da baixa quantidade de entrevistados nesse grupo. As demais categorias foram reclassificadas em uma variável de identificação racial tricotômica, que passou a ter a distribuição apresentada na tabela 4. A escolha pela classificação tricotômica se deve à hipótese de que, sendo a mestiçagem um fenômeno social produtor de não-lugares, isto é, tendo ela produzido limbos raciais nos quais se localizam parcelas significativas da população, é razoável supor que a mestiçagem possui efeitos na expressão de valores e atitudes raciais, tanto em relação a princípios quanto a políticas.

Quase 40% da amostra é composta por indivíduos que se autodeclararam brancos e os não-brancos correspondem a 60,1%. Contudo, os não-brancos foram divididos entre pardos e pretos, que correspondem, respectivamente, a 44,2% e a 15,9% da amostra. É importante citar que o grupo de indivíduos pardos é quase três vezes maior do que o dos pretos, uma vez que nesta categoria foram incluídas todas as denominações que denotam o processo de mestiçagem, como *morenos*, *mulatos* e os próprios *pardos*.

---

<sup>10</sup> “If mere membership in social groups is sometimes sufficient to generate differences of opinion on matters of policy, the political consequences of group membership are typically accentuated among those who belong to the group psychologically, or, as we will say, who identify with the group.”

***Tabela 4. Frequência da variável Raça do entrevistado***

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Branco	1.093	39,9%
Pardo	1.209	44,2%
Preto	434	15,9%
<b>Total</b>	<b>2.736</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

A variável de renda, outro importante fator a ser testado em seus efeitos na pesquisa, também está presente no banco de dados original, mas seu manuseio se deu de forma diferente ao que geralmente ocorre na literatura. Esta variável é comumente manuseada nos diferentes *surveys* como uma medida contínua, o que não acontece no Racismo Cordial, uma vez que a renda foi mensurada como uma variável ordinal. Optou-se por utilizar a renda familiar mensal, uma vez que muitos dos indivíduos entrevistados não informaram a renda individual. Originalmente, a variável possuía cinco intervalos, que variavam de 0 a mais de 20 salários mínimos mensais. Contudo, a fim de viabilizar a criação de *dummies* nos modelos de regressão logística e a interpretação dos resultados, esta variável foi reclassificada em três categorias, conforme a distribuição apresentada na tabela 5.

***Tabela 5. Frequência da variável renda familiar mensal do entrevistado***

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
0 – Baixa (Até 2 salários mínimos)	1.156	40,1%
1 – Média (Entre 2 e 10 salários mínimos)	1.537	53,4%
2 – Alta (Mais de 10 salários mínimos)	187	6,5%
<b>Total</b>	<b>2.880</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

O grau de escolaridade do entrevistado também foi pesquisado sob a forma de uma variável categórica ordinal. Da mesma forma, foi reclassificado em três categorias, a fim de viabilizar a interpretação dos resultados. No entanto, no caso da variável escolaridade, o fato de esta ter sido originalmente mensurada como uma variável categórica não pressupõe um problema, uma vez que não há motivos para pressupor que os efeitos de escolaridade sobre as atitudes raciais em termos de princípios e políticas sejam lineares. Esta variável foi, também, reclassificada em três categorias.

**Tabela 6. Frequência da variável escolaridade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
0 – Baixa (Até 8 anos de escolaridade)	1.389	46,6%
1 – Média (Entre 9 e 11 anos de escolaridade)	1.242	41,6%
2 – Alta (Ensino Superior em diante)	351	11,8%
<b>Total</b>	<b>2.982</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey Racismo Cordial (Datafolha, 2008)

Além dos fatores principais, isto é, das variáveis explicativas que se pretende explorar à luz da teoria sobre o tema, foram inseridas nos modelos de regressão algumas variáveis de controle. A primeira delas é uma mensuração de conhecimento político, medida a partir de uma espécie de *quiz* com perguntas do banco de dados original. A variável de conhecimento político tem como objetivo verificar se o maior ou menor volume de informações que um indivíduo detém podem ampliar ou diminuir suas tendências de expressar determinadas atitudes, sendo favorável ou não a determinadas políticas, por exemplo. A sofisticação política, outro termo pelo qual o conhecimento político é referido, define-se pela constatação de que os indivíduos possuem assimetrias no que se refere à capacidade de apreensão de informações e de compreensão de aspectos políticos (Pereira, 2013). Desta forma, indivíduos mais sofisticados tendem a se comportar diferentemente dos que detêm menores níveis de apreensão informacional.

Naturalmente, a mensuração do conhecimento político pode ser realizada de formas mais adequadas e razoáveis, que explorem uma riqueza de informações maior. No entanto, utilizou-se as variáveis disponíveis no banco de dados utilizado. A escala de conhecimento político que foi utilizada como controle nos modelos de regressão é uma soma de duas variáveis originais, que interpelavam o entrevistado se ele sabia informar quem eram as personalidades cujos rostos estavam impressos em cartões apresentados pelos entrevistadores. As personalidades eram Barack Obama (candidato, à época, à Presidência dos Estados Unidos) e John McCain (candidato republicano, adversário de Obama).

As demais variáveis de controle, sexo, idade e região de moradia, apresentam justificativas semelhantes para sua inclusão nos modelos de regressão. Espera-se que mulheres apresentem comportamentos e atitudes mais progressistas do que homens (Sullivan *et al*, 1982), em virtude de experienciarem com mais força a discriminação (de gênero). Da mesma forma, os estudos em socialização política e adesão intergeracional à democracia indicam a hipótese de que indivíduos mais jovens também demonstrem

inclinações mais progressistas e sejam mais afeitos aos valores e princípios democráticos contemporâneos, enquanto os mais velhos tendam a ser mais conservadores (Inglehart & Welzel, 2005).

Por fim, espera-se que, entre as regiões brasileiras, existam diferenças pungentes quanto à expressão de valores e atitudes raciais, em virtude do modo de ocupação histórica, diretamente vinculado às diferenças raciais. Bailey (2009) indica a tendência de a população do Norte e do Nordeste brasileiros ser mais liberal quanto a assuntos raciais, enquanto no Sul, em virtude da baixa presença de escravos africanos (em comparação ao Nordeste e ao Sudeste) e da imigração europeia, esperar-se-ia atitudes mais conservadoras.

### ***Validade interna, confiabilidade e estratégias de inferência causal***

A literatura metodológica em Ciência Política indica que compreender as possibilidades de causação é, em primeiro lugar, atentar-se para as características, potencialidades e limitações do desenho de pesquisa a ser aplicado (Kellstedt & Whitten, 2008) (Hempel, 1970). De modo a responder a este chamado, que reflete a importância do conhecimento dos mecanismos causais em pauta, esta pesquisa se caracteriza como covariacional, isto é, como uma explicação cujo foco se mantém na variação das variáveis dependentes, como a maioria dos estudos quantitativos o faz.

O conhecimento do desenho de pesquisa deve, naturalmente, englobar tanto o reconhecimento das potencialidades do *design* como também suas limitações. Ainda que o desenho de pesquisa tenha sido elaborado de forma a conseguir responder às perguntas de pesquisa da forma mais adequada possível, é necessário reconhecer que, em um cenário ideal, a presente pesquisa seria desenvolvida a partir de uma abordagem experimental. De acordo com Krysan (2000) e Bailey (2006; 2008; 2009), devido à variabilidade contextual, passar do contexto no qual os dados observacionais foram concebidos e executados à vida real pode facilmente complicar a concepção e a investigação de crenças e atitudes. A linguagem contrafactual, explorada a partir de experimentos, que se tornam cada vez mais populares nas Ciências Sociais, teria sua principal contribuição no fato de captar as sutilezas que envolvem as diferenças entre respostas socialmente desejáveis e respostas isentas de vieses do ambiente de aplicação do *survey*.

De fato, a desejabilidade social tem sido um dos assuntos debatidos à exaustão por autores como Berinsky (2002) e outros expoentes da Psicologia Política, à medida em que inviabilizam a visualização das opiniões genuínas, e pode ser tratada, a essa altura da discussão, como uma variável omitida, uma vez que, a princípio, não há como isolar seus efeitos.

No entanto, nesta pesquisa, espera-se que as chaves interpretativas utilizadas para separar valores e princípios raciais de visões quanto a políticas raciais, bem como a discussão sobre os efeitos das variáveis que denotam posições socioeconômicas (mesmo os mais contraintuitivos) consigam mitigar alguns dos efeitos possíveis de respostas concedidas de acordo com os padrões do chamado “politicamente correto”. Ainda, mesmo que a desejabilidade social seja aqui reconhecida como uma variável omitida, considera-se que sua presença não traz ameaças à validade interna do modelo explicativo e interpretativo adotado.

Por fim, vale a pena discutir um aspecto que, a rigor, não é tratado pela literatura como um problema, as unidades de análise. O fato de a análise da formação de grupos raciais a partir de informações coletadas a nível individual é uma inexorabilidade da metodologia de *survey*. Como indica Bueno (2010), os efeitos das variáveis analisadas nos estudos que se ocupam de investigar a pertinência de laços raciais e de classe na determinação do comportamento político são, em geral, testados tendo como referência os indivíduos, e isso exige que o pesquisador empreenda um esforço de leitura dos comportamentos grupais, a partir da expansão do que foi observado a nível individual, subsidiado por uma rede de conceitos e *insights* analíticos que o permita esta extrapolação de forma parcimoniosa e adequada. De saída, no entanto, este fato não inviabiliza as discussões analíticas a serem realizadas.

## 4. VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES RACIAIS

*“A prejudice, unlike a simple misconception, is actively resistant to all evidence that would unseat it.”*

Gordon W. Allport (1897-1967)

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos modelos de regressão logística que foram elaborados e a discussão pertinente a cada um deles. O primeiro resultado, resumido pela tabela 7, corresponde aos coeficientes de regressão da expressão de hostilidade racial, a partir da estrutura que leva em consideração as fronteiras raciais, isto é, que possui a raça como variável independente.

A respeito desta variável, espera-se que, em geral os brasileiros apresentem pouca adesão aos valores que ressaltariam maior hostilidade racial, por considerá-los anacrônicos, “fora de moda”. Esta hipótese é aventada por autores como Sears *et al* (1997), Bobo & Hutchings (1996), Guimarães (1999) e Schwarcz (1993), dentre outros autores. No entanto – e é importante que se diga – a possível negação de pressupostos raciais *old-fashioned* não significa que outros mecanismos de expressão de atitudes raciais negativas, a exemplo dos conceitos de ressentimento racial e animosidade, não sejam veiculados. As bases que justificam esses discursos é que são modificadas, de acordo com esses autores.

Dentre os grupos raciais, espera-se encontrar os maiores níveis de hostilidade e conservadorismo racial entre os brancos, posto que os não-brancos (pardos e pretos), por sofrer em maior ou menor medida a discriminação, assumiriam posturas negativas em relação a este comportamento. Quanto às expectativas sobre as variáveis socioeconômicas, espera-se que a hostilidade racial se amplie à medida em que a renda aumenta, seguindo a interpretação de Telles (2003). A educação, de acordo com Sullivan *et al* (1982), contribuiria negativamente para a hostilidade racial: quanto maiores os níveis de educação, em todos os grupos raciais, menores as chances de se assumir comportamentos hostis, pelo fato de a educação fornecer aos indivíduos valores cosmopolitas e socializá-los em ambientes horizontais, incentivadores da criação de mentalidades multidimensionalmente progressistas.

Como é possível observar, a respeito da expressão de atitudes de animosidade racial, há fronteiras raciais expressas, uma vez que há diferenças estatisticamente significantes nos coeficientes entre os diferentes grupos raciais. Indivíduos pretos



possuem 25% menos chances de expressarem níveis médios de hostilidade racial e 46% menos chances de terem alta hostilidade racial, comparados aos brancos. A interpretação junto aos pardos não é, no entanto, tão direta, posto que, dado que, ao longo da história, tem sido englobados no grupo racial de não-brancos, seria esperado que demonstrassem níveis de hostilidade racial semelhantes aos dos pretos. Contudo, os pardos apresentam praticamente as mesmas chances de expressarem média hostilidade racial em comparação aos brancos, e apenas 16% menos chances de serem altamente hostis racialmente, em comparação à categoria de referência.

Neste modelo, as características socioeconômicas, como renda e escolaridade, também são significantes: quanto maior a renda, menores as chances de expressar hostilidade racial em seus níveis, em comparação aos níveis mais baixos de renda. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à escolaridade: os maiores níveis de educação estão ligados a uma maior expressão de tolerância racial, e mesmo de ruptura com paradigmas e ideários raciais conservadores, característicos do que Sears *et al* (2000) e outros denominaram de *old-fashioned racism*.

Por fim, dentre as variáveis de controle, o conhecimento político possui destaque: indivíduos politicamente sofisticados possuem 33% menos chances de expressar hostilidade racial moderada e 50% menos chances de ter alta hostilidade racial, comparados aos que possuem baixo conhecimento político, indicando uma importante associação entre sofisticação política e progressismo racial. Mulheres possuem menos chances de expressar média e alta hostilidade racial, comparadas aos homens. Ainda, cada ano adicional de idade do indivíduo aumenta em 1,3% as chances de um indivíduo ter hostilidade racial moderada e 2,7% de ser altamente hostil racialmente.

***Tabela 7. Determinantes da hostilidade racial no Brasil (Regressão logística)***

Variáveis Independentes	Razão de Chance <i>Média hostilidade racial</i>	Razão de Chance <i>Alta hostilidade racial</i>
<b>Branços</b>	(Referência)	(Referência)
Pardos	1,020 (0,111)	0,839 (0,135)
Pretos	0,754* (0,149)	0,535*** (0,192)
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,804** (0,109)	0,844 (0,133)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,736 (0,234)	0,851 (0,328)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,540*** (0,116)	0,34*** (0,145)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,378*** (0,182)	0,103*** (0,333)
Conhecimento político	0,674*** (0,122)	0,493*** (0,174)
<b>Homem</b>	(Referência)	(Referência)
Mulher	0,843* (0,099)	0,767** (0,123)
Idade	1,013*** (0,003)	1,027*** (0,003)
<b>Sudeste</b>	(Referência)	(Referência)
Sul	0,858 (0,148)	0,68** (0,189)
Nordeste	1,401*** (0,123)	1,527*** (0,149)
Norte/Centro Oeste	1,221 (0,146)	1,074 (0,191)
Constante	0,665*** (0,250)	0,385*** (0,305)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Baixa hostilidade racial

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)  
n=2.982

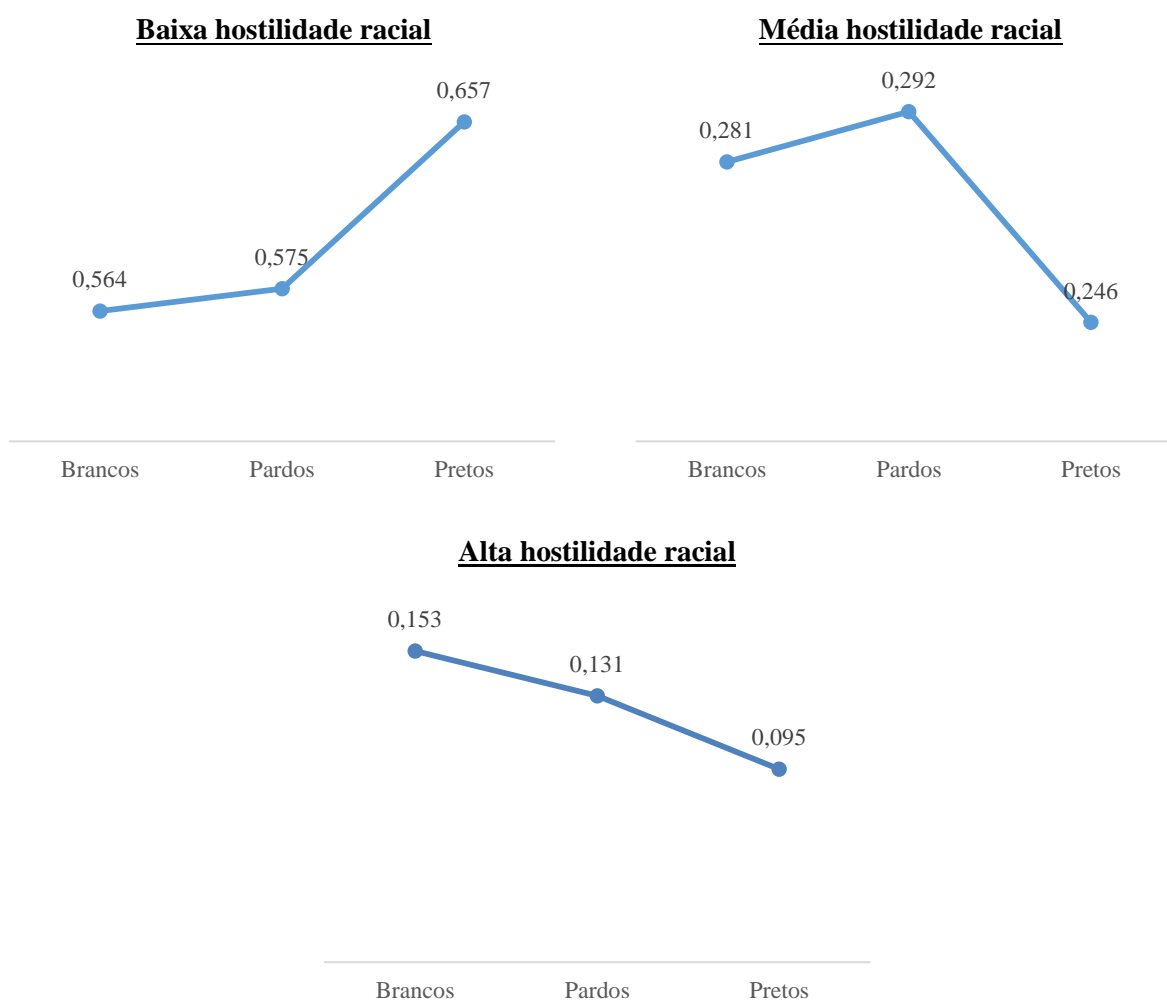
Nesta etapa, recorreremos a um recurso estatístico de apresentação dos resultados, que certamente contribui para a compreensão do modelo de regressão multinomial apresentado há pouco. As probabilidades preditas correspondem às probabilidades de o indivíduo expressar uma categoria de resposta específica, em detrimento de outra (s). Consistem em uma vantagem em relação às razões de chance, uma vez que são medidas absolutas, enquanto as razões de chance são medidas relativas, que expressam uma fração entre a probabilidade de sucesso, isto é, de o indivíduo expressar uma categoria específica, e a probabilidade de fracasso, qual seja, o indivíduo não expressar aquela categoria determinada. Além disso, são importantes para a exposição de resultados, uma vez que, como são medidas calculadas a partir da conversão das razões de chance em probabilidades, podem ser comparadas entre dois ou mais modelos.

Os gráficos 1, 2 e 3 apresentam as probabilidades preditas de se expressar diferentes níveis de hostilidade racial, de acordo com a cor do indivíduo. Em geral, as probabilidades de se expressar alta hostilidade racial são menores do que as de média e

baixa hostilidade. No entanto, percebe-se que os pretos são o grupo racial que tem a maior propensão a ser racialmente tolerantes, visto que possuem 0,657 de probabilidade de demonstrar baixa hostilidade, enquanto os pardos e brancos se assemelham nessa categoria (respectivamente, 0,575 e 0,564).

Situação semelhante se observa quanto às demais categorias de hostilidade: pretos são os menos propensos a expressar média (0,246) e alta hostilidade (0,095). Entre os pardos, observa-se uma situação que merece destaque: quanto à média hostilidade racial, pardos são ainda mais propensos que brancos a demonstrá-la (uma diferença de 0,018 pontos); e, ainda que tenham menor probabilidade de demonstrar alta hostilidade racial em relação aos brancos (uma diferença de 0,022), estão mais próximos em suas atitudes raciais aos brancos do que aos pretos.

**Gráficos 1, 2 e 3. Probabilidades previstas de expressar hostilidade racial, de acordo com a cor**



As diferenças estatisticamente significantes encontradas em relação à propensão de cada grupo racial apresentar diferentes níveis de hostilidade racial indicam que, ao menos a respeito das atitudes em relação a grupos raciais, a identificação de cor importa. Mais ainda, este fato indica que há evidências suficientes para supor, ao menos a nível observacional, que pretos e pardos apresentam atitudes raciais discrepantes, não partilhando de solidariedades étnicas que os fariam, em tese, pensar da mesma forma.

De acordo com autores como Brubaker (2002), Loveman (1999) e Reis (2000), o fator fundamental para a formação de identidades grupais de acordo com critérios étnicos é o compartilhamento de visões de mundo e de identificações dos próprios componentes do grupo em relação a si mesmos e a seus companheiros. No entanto, o fato de a identificação racial ser importante não redundaria em reconhecer que os grupos raciais são homogêneos. Pelo contrário: a hipótese geral de pesquisa que guia esta investigação é a de que, a depender do posicionamento socioeconômico partilhado pelos indivíduos de diferentes grupos de cor, a identificação racial pode, inclusive, mudar de efeito, indicando que pode haver diferenças no interior dos grupos raciais em virtude do lugar socioeconômico ocupado pelo indivíduo.

A renda e a escolaridade ajudam, portanto, a compreender os motivos pelos quais as probabilidades preditas de se demonstrar atitudes racialmente hostis ou não são mais altas em alguns casos ou mais baixas, em outros. Ainda, é importante resgatar a consideração de Bueno (2010), segundo a qual a raça deve ser considerada como uma clivagem de opinião pública no Brasil, desde que esteja devidamente associada, no campo interpretativo, ao lugar social ocupado pelas comunidades raciais.

As próximas tabelas se referem aos modelos de regressão multinomial cuja estrutura visa investigar a existência de diferenças intrarraciais em cada um dos três grupos de identificação racial utilizados, em função da posição socioeconômica ocupada pelo indivíduo. Entre os indivíduos brancos, verifica-se que a renda e a expressão de hostilidade racial estão inversamente conectadas: quanto maior a renda, menores as chances de se expressar atitudes raciais baseadas na animosidade. Indivíduos que ganham entre 2 e 10 salários mínimos têm 42% menos chances de serem medianos em sua hostilidade racial. Os que possuem renda familiar mensal superior a 10 salários mínimos possuem 56% menos chances de expressar média hostilidade racial e 67% menos chances de expressar alta hostilidade racial, comparados aos que possuem baixa renda.

O mesmo raciocínio vale para a escolaridade, com ainda mais significância estatística: os brancos mais escolarizados tendem a demonstrar maior tolerância racial do

que os que estão nos menores níveis de escolaridade. Os indivíduos que foram até o Ensino Fundamental ou Médio possuem 40% menos chances de serem medianos em sua hostilidade e 68% menos chances de terem alta hostilidade. O resultado é ainda mais expressivo entre os que cursaram o Ensino Superior em diante, nos quais há 50% menos chances de expressarem média hostilidade racial e 86% menos chances em relação à alta hostilidade, em relação aos menos escolarizados.

Dentre as variáveis de controle, o conhecimento político também merece destaque nesta análise: indivíduos brancos que possuem maior sofisticação política possuem 32% menos chances de terem média hostilidade e 46% menos chances de serem altamente hostis racialmente, comparados aos que são pouco sofisticados. Logo, a associação entre conhecimento político e tolerância racial permanece, ao menos entre os brancos.

***Tabela 8. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos brancos (Regressão logística)***

Variáveis Independentes	Razão de Chance <i>Média hostilidade racial</i>	Razão de Chance <i>Alta hostilidade racial</i>
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,588*** (0,178)	0,746 (0,203)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,434** (0,363)	0,330* (0,574)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,606*** (0,192)	0,325*** (0,226)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,506** (0,274)	0,147*** (0,433)
Conhecimento político	0,681* (0,203)	0,545** (0,263)
<b>Homem</b>	(Referência)	(Referência)
Mulher	0,795 (0,161)	0,839 (0,189)
Idade	1,012** (0,005)	1,021*** (0,006)
<b>Sudeste</b>	(Referência)	(Referência)
Sul	0,889 (0,199)	0,673 (0,245)
Nordeste	2,128*** (0,22)	2,491*** (0,249)
Norte/Centro Oeste	1,109 (0,282)	1,089 (0,34)
Constante	0,768 (0,387)	0,436* (0,454)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Baixa hostilidade racial

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

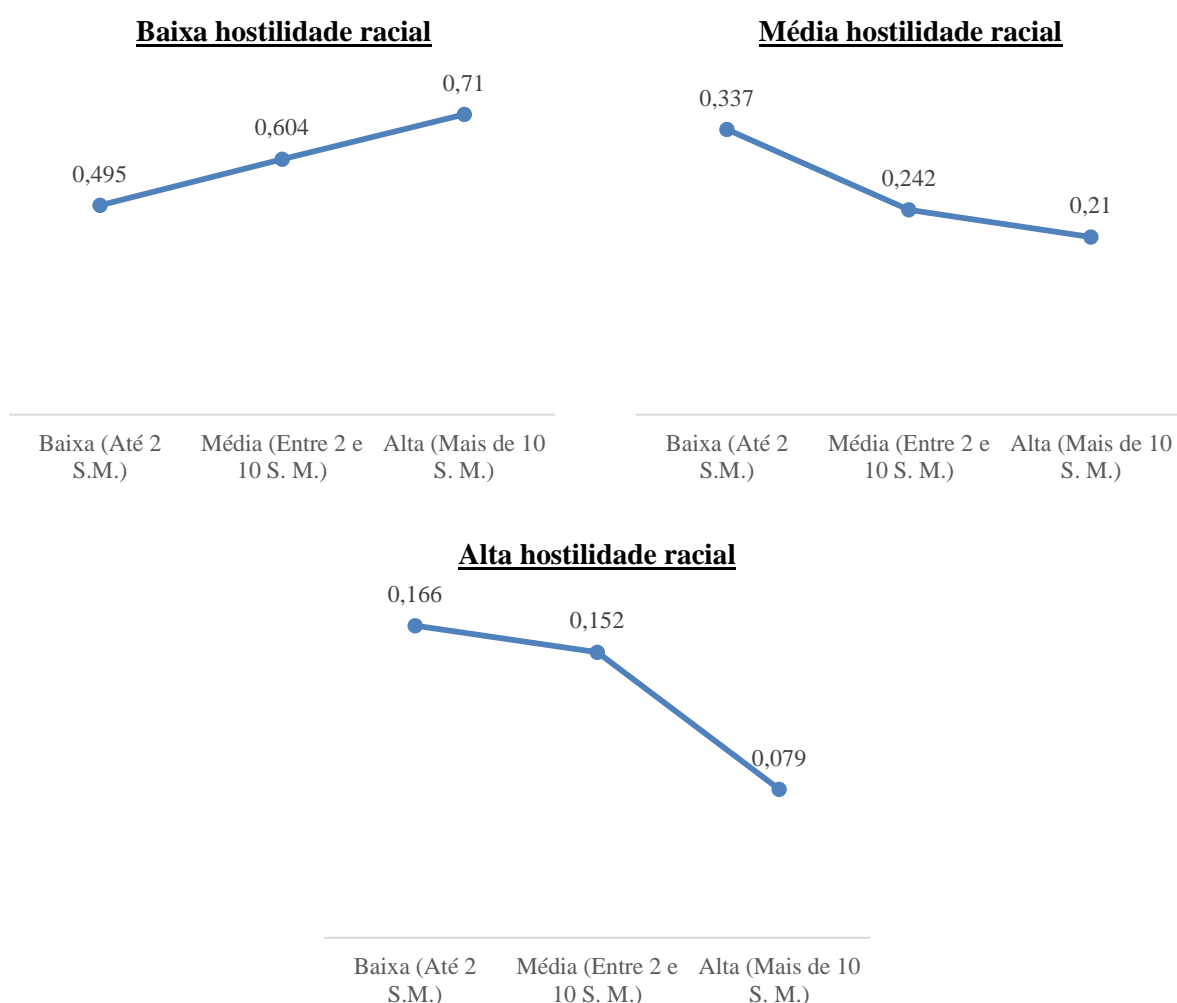
Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

Recorreremos novamente às probabilidades preditas, de forma a visualizar os efeitos da renda na expressão de hostilidade racial entre os indivíduos brancos. O gráfico 4 indica que, quanto maior a renda, maiores as probabilidades de ser pouco hostil

racionalmente, em uma tendência de progressão linear. Quanto à média e alta hostilidade racial, o raciocínio também se aplica: indivíduos com maiores níveis de renda (acima de 10 salários mínimos) tendem a ser menos hostis do que os que recebem menos do que isso, com destaque para a diferença de probabilidades de 1) ser medianamente hostil entre os indivíduos de renda baixa e média (0,09) ser altamente hostil entre os indivíduos de renda média e alta (0,08).

**Gráficos 4, 5 e 6. Probabilidades previstas de expressar hostilidade racial, de acordo com a renda, entre os indivíduos brancos**



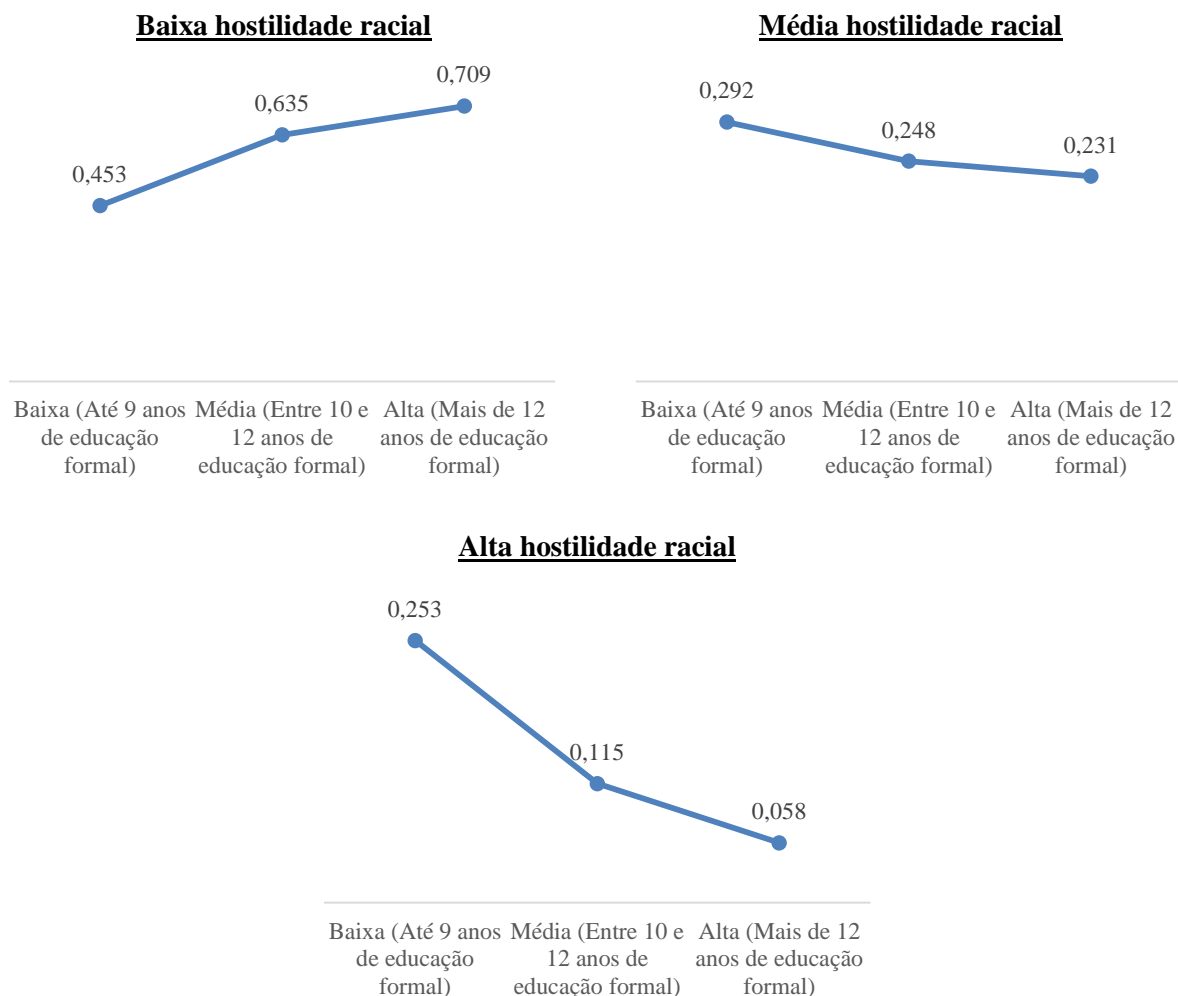
Da mesma forma, é importante avaliar, em cada um dos grupos raciais esmiuçados, os efeitos da escolaridade na expressão de atitudes raciais de animosidade. Os gráficos 7, 8 e 9 apresentam, por sua vez, as probabilidades previstas de um indivíduo expressar baixa, média ou alta hostilidade racial, de acordo com seu nível de escolaridade. Percebe-se, em geral, uma forte e estatisticamente significativa associação entre anos de

escolaridade e a expressão de valores mais próximos à tolerância racial. Essa associação foi encontrada em relação à renda, mas a análise dos resultados de valores preditos de escolaridade é ainda mais expressiva.

Os indivíduos que chegaram a frequentar o Ensino Superior estão 0,25 mais propensos a ter baixa hostilidade racial do que os que frequentaram até o Ensino Fundamental. Por outro lado, há uma queda relevante na probabilidade de expressar média hostilidade racial entre os indivíduos de baixa escolaridade e os de média escolaridade, o que corrobora a análise geral de que escolaridade e tolerância racial estão positivamente vinculadas. Finalmente, o gráfico 9 indica que, em relação à alta hostilidade racial, a queda de propensão à medida em que a escolaridade aumenta é ainda mais intensa. Indivíduos que possuem até 9 anos de escolarização formal possuem 0,253 de probabilidade de serem altamente hostis racialmente, ao passo que os que possuem Ensino Superior em diante possuem apenas 0,058 de probabilidade de expressarem os níveis mais altos de hostilidade racial. Resultados semelhantes são encontrados por Oliver & Mendelberg (2000), que indicam que indivíduos brancos que vivem em contextos de baixa escolarização são não somente mais hostis, ressentidos e preconceituosos, como também apresentam traços pessoais mais autoritários.

É importante notar que, no que concerne às atitudes e princípios raciais, o grupo racial dos brancos apresenta diferenças praticamente lineares de acordo com a renda e a escolaridade. Com isso, queremos dizer que os efeitos de cada uma dessas variáveis são lineares, isto é, seguem uma tendência definida, sem observações que desafiem as interpretações. A observação desses efeitos nesse grupo indica, portanto, que há diferenças na expressão das atitudes raciais dos indivíduos brancos, em relação à renda e à escolaridade. Temos, portanto, evidências suficientes para supor que brancos pobres (ou pouco escolarizados) se comportariam diferentemente de brancos mais ricos (ou mais escolarizados), ao menos no nível das atitudes e valores raciais.

**Gráficos 7, 8 e 9. Probabilidades previstas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos brancos**



Ainda sobre a hostilidade racial, a tabela 9 apresenta, por sua vez, os coeficientes de regressão multinomial para o grupo racial dos pardos, a fim de verificar os efeitos das variáveis socioeconômicas na determinação das atitudes raciais deste grupo. É importante reiterar que, no grupo dos pardos, estão incluídas denominações como mulatos, morenos, mestiços, entre outras, além dos próprios pardos, naturalmente. Este grupo é, certamente, o que possui os resultados menos óbvios, o que reflete exatamente o caráter “nebuloso” da mestiçagem enquanto fenômeno produtor de deslocamentos e não-lugares, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

De acordo com a tabela 9, a renda não é um preditor importante para as atitudes raciais dos pardos, uma vez que os coeficientes gerados a partir do procedimento de regressão multinomial não foram significantes para este fator. O mesmo não se pode dizer da escolaridade: esta variável apresentou coeficientes significantes o suficiente para



merecer destaque na análise. Os efeitos da escolaridade na expressão de hostilidade racial entre os pardos são semelhantes ao observado entre os brancos: quanto maior a escolaridade do indivíduo, menor a sua propensão a expressar comportamentos hostis em relação a outros grupos raciais. Um indivíduo pardo que possui escolaridade média possui 50% menos chances de expressar média hostilidade racial e 65% menos chances de expressar alta hostilidade racial, em relação a um pardo que possui baixa escolarização. Os efeitos são ainda mais relevantes entre os pardos que frequentaram ao menos o Ensino Superior: possuem, respectivamente, 72% e 92% menos chances de expressar média e alta hostilidade racial.

O conhecimento político, tal como observado entre os brancos, é significativo para explicar os níveis de hostilidade racial dos pardos. Quanto maior a sofisticação política dos pardos, menores as chances de expressar média (25% menos chances, em relação aos que são pouco sofisticados) e alta hostilidade racial (59% menos chances, em relação à categoria de referência).

**Tabela 9. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos pardos (Regressão logística)**

Variáveis Independentes	Razão de Chance <i>Média hostilidade racial</i>	Razão de Chance <i>Alta hostilidade racial</i>
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	1,014 (0,163)	0,874 (0,202)
Alta (Mais de 10 S. M.)	1,023 (0,36)	1,499 (0,462)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,508*** (0,168)	0,358*** (0,217)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,283*** (0,284)	0,087*** (0,546)
Conhecimento político	0,749* (0,177)	0,417*** (0,276)
<b>Homem</b>	(Referência)	(Referência)
Mulher	0,896 (0,147)	0,762 (0,187)
Idade	1,015*** (0,002)	1,033*** (0,006)
<b>Sudeste</b>	(Referência)	(Referência)
Sul	1,106 (0,263)	1,078 (0,345)
Nordeste	1,075 (0,176)	1,221 (0,218)
Norte/Centro Oeste	1,236 (0,196)	1,149 (0,26)
Constante	0,543 (0,358)	0,254 (0,446)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Baixa hostilidade racial

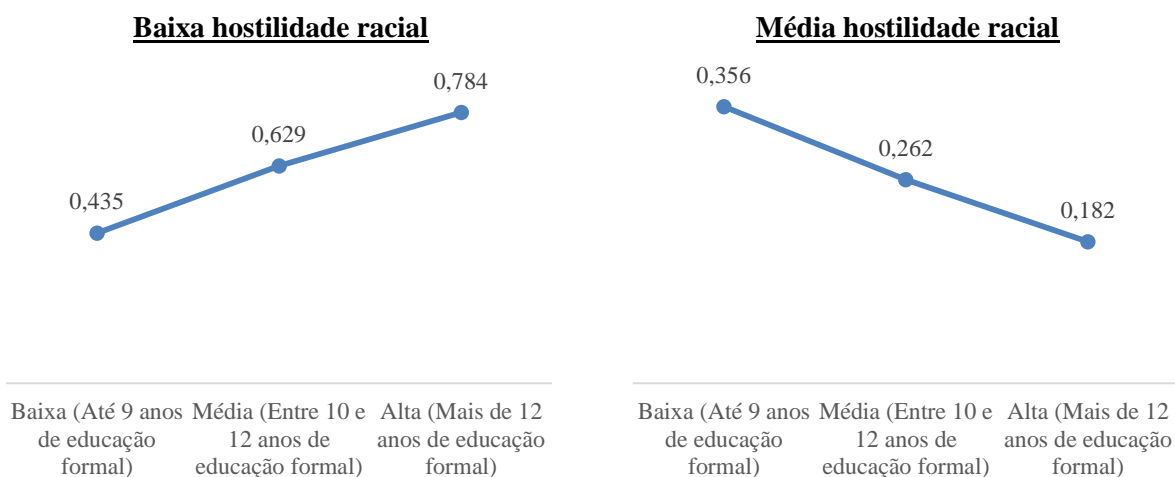
\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)  
n=2.982

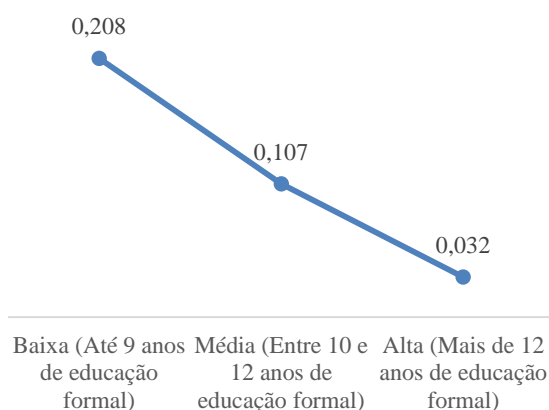
Chega a vez, então, de analisar as diferenças em termos de posições socioeconômicas entre os indivíduos pardos. Os gráficos a seguir apresentam as probabilidades previstas de um indivíduo pardo expressar diferentes níveis de hostilidade racial, em função das características de escolaridade que apresenta. Uma vez que a renda não se mostrou um preditor estatisticamente significativo para as atitudes raciais dos pardos, não há motivos para analisar seus valores previstos, razão pela qual analisaremos apenas os valores referentes à escolaridade.

Observa-se, que, da mesma forma que ocorreu entre os indivíduos brancos, a escolaridade apresenta tendências lineares entre os pardos. Indivíduos pardos que possuem alta escolaridade possuem uma diferença positiva de 0,33 pontos na expressão de baixa hostilidade racial, em comparação aos que possuem baixa escolaridade. A ligação entre educação e tolerância racial fica ainda mais evidente na análise dos níveis de média e alta hostilidade racial. Os indivíduos de baixa escolaridade possuem quase o dobro de propensão a demonstrar média hostilidade racial (0,356), comparados aos que possuem ao menos Ensino Superior (0,182). Quanto à alta hostilidade racial, os indivíduos mais escolarizados são quase 6 vezes menos propensos (0,032) a expressar esse nível de atitude, em relação aos que são pouco escolarizados (0,208).

**Gráficos 10, 11 e 12. Probabilidades previstas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos pardos**



### Alta hostilidade racial



A respeito dos valores e princípios raciais, os indivíduos pretos também foram investigados em relação à pertinência de preditores socioeconômicos na determinação dessas atitudes, assim como foi feito para brancos e pardos. De acordo com os critérios de definição e separação dos grupos raciais com vistas à criação da classificação tricotômica, os pretos são o menor grupo racial da amostra. Ainda que constituam um grupo pequeno, os resultados dessa categoria são, com efeito, importantes.

Entre os indivíduos pretos, a renda não possui significância como um preditor de suas atitudes raciais, assim como ocorreu entre os pardos. No entanto, entre os pretos a escolaridade também tem efeito reduzido, especialmente na categoria *alta escolaridade*, que apresentou, nos demais grupos raciais, os resultados mais significantes. Ainda assim, é possível perceber que os efeitos da escolaridade entre os pretos, mesmo que reduzidos, são semelhantes aos observados entre os demais grupos: a relação entre educação e hostilidade racial é inversamente proporcional. Indivíduos pretos que possuem escolaridade mediana – entre 9 e 11 anos de escolarização formal – possuem 57% menos chances de serem medianamente hostis e 73% menos chances de serem altamente hostis, em comparação aos que possuem baixa escolaridade.

As variáveis de controle também tiveram poucos efeitos significantes na determinação das atitudes raciais dos pretos, inclusive o conhecimento político, que funcionou como um importante preditor nos demais modelos que visavam avaliar as diferenças intrarraciais quanto à hostilidade racial. Estes fatores indicam, a rigor, que os indivíduos pretos parecem estar menos permeáveis aos efeitos de posições socioeconômicas, ao menos no que diz respeito às suas atitudes e princípios raciais. Essa interpretação consiste em uma diferença relevante entre pretos, de um lado, e brancos e pardos, de outro.

**Tabela 10. Determinantes da hostilidade racial no Brasil, entre os indivíduos pretos (Regressão logística)**

Variáveis Independentes	Razão de Chance Média hostilidade racial	Razão de Chance Alta hostilidade racial
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,901 (0,284)	1,073 (0,376)
Alta (Mais de 10 S. M.)	1,269 (0,620)	2,441 (0,916)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,432*** (0,314)	0,277*** (0,435)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,34*** (0,523)	2,751 (0,488)
Conhecimento político	0,487** (0,347)	0,642 (0,456)
<b>Homem</b>	(Referência)	(Referência)
Mulher	0,924 (0,261)	0,601 (0,357)
Idade	1,011 (0,008)	1,029*** (0,011)
<b>Sudeste</b>	(Referência)	(Referência)
Sul	0,530 (0,471)	0,311* (0,666)
Nordeste	1,603 (0,293)	1,123 (0,391)
Norte/Centro Oeste	1,176 (0,383)	0,612 (0,561)
Constante	0,509 (0,609)	0,315 (0,807)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Baixa hostilidade racial

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

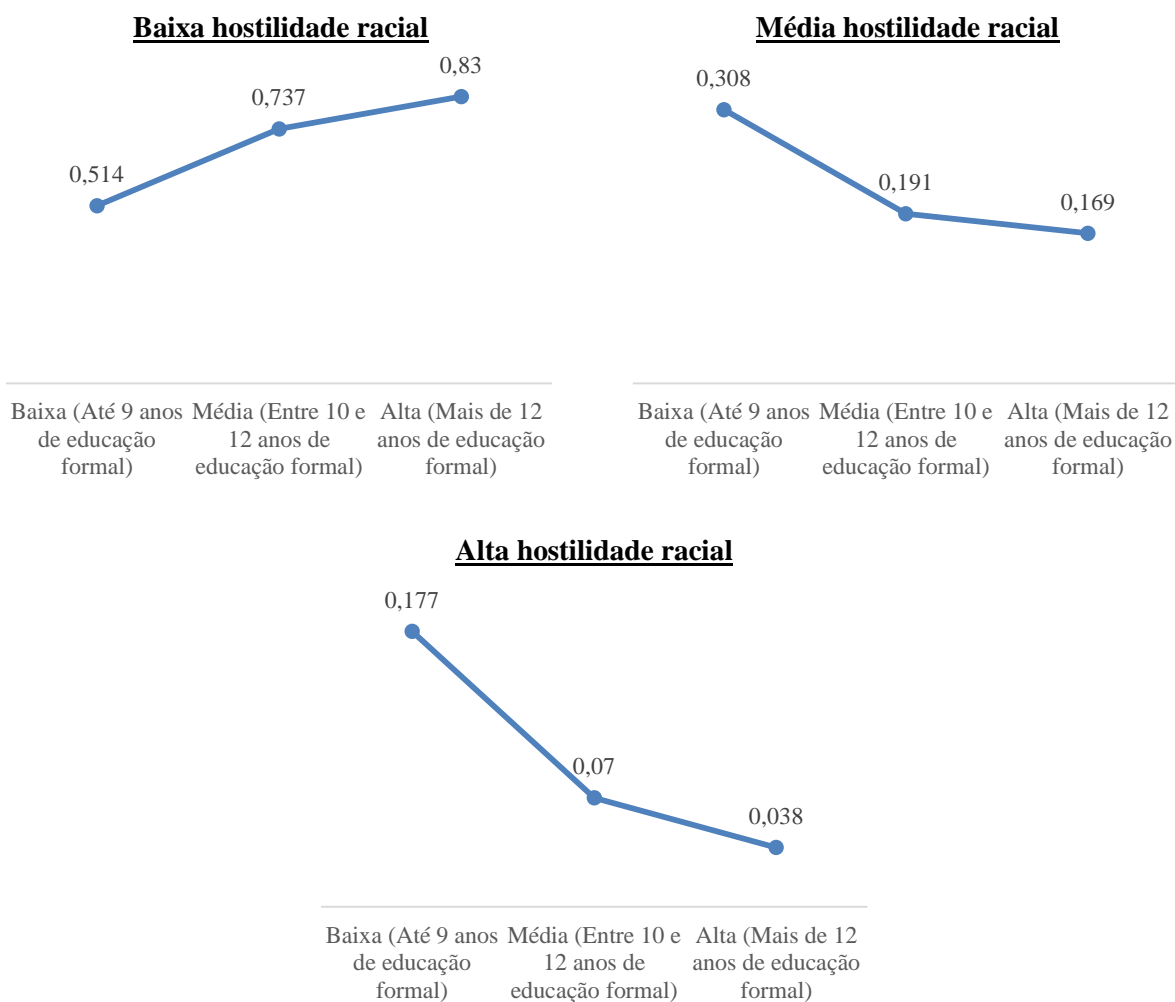
Assim como ocorreu entre os indivíduos pardos, entre os pretos a renda não funcionou como um preditor estatisticamente significativa para a determinação das atitudes raciais, razão pela qual não se justifica apresentar as probabilidades preditas de se expressar diferentes níveis de hostilidade racial em função da renda familiar mensal. A escolaridade, contudo, apresentou maior significância (ainda que nem todos os seus coeficientes tenham passado pelo teste estatístico de significância). Os gráficos 13, 14 e 15 apresentam, portanto, os valores preditos de probabilidade de expressar baixa, média ou alta hostilidade racial, de acordo com os níveis de educação formal.

A análise dos valores preditos reforça o caráter progressista que os maiores níveis de educação imprimem às atitudes raciais, em todos os grupos raciais: quanto mais escolarizado é um indivíduo, maior a sua propensão a assumir comportamentos racialmente mais tolerantes. Os indivíduos com maior escolaridade possuem 0,83 de probabilidade de serem pouco ou nada hostis racialmente, contra 0,514 de probabilidade dos indivíduos de baixa escolaridade. Os que possuem escolaridade média ficam no meio da linha, com 0,73 de probabilidade. Por outro lado, quanto à média hostilidade racial, os indivíduos de média escolaridade (0,191) estão mais próximos em suas atitudes aos de

alta escolaridade (0,169). Indivíduos de baixa escolaridade possuem o dobro de propensão a ter média hostilidade racial, comparados aos de escolaridade média.

Conforme dito há alguns parágrafos, os pretos apresentaram resultados interessantes, comparados aos dos brancos e pardos. Em primeiro lugar, a pouca pertinência das variáveis que sinalizam a posição socioeconômica nas variações de atitudes raciais nesse subgrupo indica que a explicação dessas atitudes não se dá, a rigor, pelos critérios de renda e escolaridade, ainda que escolaridade tenha denotado alguma significância.

**Gráficos 13, 14 e 15. Probabilidades previstas de expressar hostilidade racial, de acordo com a escolaridade, entre os indivíduos pretos**



Ainda, a pouca significância de variáveis de controle (que, ainda que sejam de controle, são importantes para a análise) como o conhecimento político pode ajudar a pressupor que a força das atitudes raciais desse grupo é advinda, sobretudo, da própria identidade racial partilhada entre eles, haja vista que a raça se mostrou um preditor significativo na estrutura de modelo que procura identificar a existência de fronteiras raciais. É como se o fato de renda, escolaridade e conhecimento político não serem relevantes para a análise apontasse para a tendência de que a própria identidade racial é responsável pelo fato de pretos apresentarem atitudes raciais diferentes das observadas entre pardos e brancos.

Tendo em consideração esses aspectos, é de se esperar que pretos apresentem maior coesão em suas atitudes e valores raciais – ao menos ao nível dos princípios raciais – do que os demais grupos. A esse respeito, Junn *et al* (2012) indicam que, quanto maior a força com a qual grupos como o dos pretos são racialmente categorizados, e quanto maiores as experiências de discriminação segregação espacial e isolamento que estes grupos sofrem, maiores as chances de os membros destes grupos se identificarem de maneira comum entre si. Logo, de acordo com estas autoras, as experiências de sofrimento e isolamento seriam as bases da mobilização identitária e mesmo política desses grupos.

Como foi possível esperar, ao menos no que diz respeito às atitudes raciais, ambas as clivagens exploradas nesta pesquisa – raciais e socioeconômicas – existem e são relevantes para se compreender com rigor as diferenças entre e intra grupos raciais. Nesse sentido, é importante marcar uma divergência teórica com vertentes de pensamento que delinearam a ausência de *groupness* racial no Brasil (Bailey, 2008; 2009) (Telles, 2003) (Marx, 1998) e sinalizaram uma espécie de primazia das categorias de pertencimento socioeconômico em relação à identificação racial para a determinação da opinião pública, que, de acordo com a tradição de tratamento da temática racial no Brasil, refletiria um ponto de vista antirracista – tendendo a desvalorizar a questão racial como um fator protagonista e carregado de significados para a compreensão da sociedade brasileira.

A esse respeito, de acordo com o que disse Guimarães (1999), “o conceito de raça permanece único em seu potencial crítico”. Essa consideração, ao mesmo tempo, reconhece o fato de que a identificação racial não pode ser ignorada e indica que a tese do “antirracismo da opinião pública” pode não estar de todo correta. A pertinência da raça nesta análise sinaliza a existência de vínculos dos indivíduos com as coletividades

raciais, criados a partir da partilha de visões, características, objetivos e interesses, e que culminam no aumento da identificação racial.

Trata-se, portanto, de interpretar a interlocução entre raça e classe (das quais renda e escolaridade funcionariam à guisa de proxies) não como a anulação de uma por outra, mas sim da aplicação de uma (raça) em um contexto amplo – a determinação de fronteiras raciais e de o que definiria a chamada solidariedade racial (groupness); e das outras (renda e escolaridade) como potenciais preditoras das diferenças intrarraciais. É preciso, então, se perguntar de que forma, ou por que as características socioeconômicas explicariam as diferenças de atitudes no interior desses grupos raciais.

O fato de renda e escolaridade, por sua vez, serem estatisticamente significantes na análise dessas diferenças indica que a concatenação das atitudes raciais tem como base a ideia de solidariedade racial, que é formada, por sua vez, tanto por mecanismos identitários (pela identificação dos indivíduos com uma denominação comum) quanto pela partilha de objetivos materiais e imateriais (interesses comuns).

Percebe-se que a hipótese aventada por Telles (2003), a de que as atitudes negativas em relação à população negra no Brasil aumentariam com a renda, é revogada pelos dados empíricos apresentados nesta seção. Tanto renda quanto escolaridade possuem uma relação diretamente proporcional com a expressão de valores progressistas em termos raciais.

No entanto, é necessário reconhecer que indivíduos que possuem maior escolaridade são, em tese, mais capazes de “prever” o que a sociedade considera como socialmente desejável ou politicamente correto. Turgeon *et al* (2013) indicam que, em assuntos socialmente sensíveis, como é o caso das atitudes raciais, é necessário considerar que os indivíduos podem “mascarar” o que realmente pensam, em uma tentativa de responder de acordo com o que é considerado aceitável, e, nesse aspecto, indivíduos mais escolarizados seriam mais habilidosos em identificar estas questões. Os efeitos de educação como uma variável associada ao progressismo racial devem, portanto, ser tomados com cautela, pois tanto podem significar um real impacto na redução da propensão a aderir a princípios racistas, quanto podem apresentar efeitos ilusórios.

## 5. OBJETIVOS MATERIAIS, PERCEPÇÃO DE AMEAÇA E INTERESSES

*“Equality is normally the language of the underdog.”*

(J. R. Pole)

As atitudes raciais, entendidas como o conjunto de crenças, manifestações, motivações e opiniões a respeito das relações raciais no Brasil, e que se traduzem em termos como discriminação, preconceito, ressentimento racial e hostilidade racial são uma importante dimensão da opinião pública racial brasileira. Contudo, uma análise que se pretenda minimamente consistente a respeito da opinião pública racial no Brasil deve se ocupar de analisar outras temáticas para além das atitudes raciais, haja vista que outros focos de conflito racial (latente ou não) podem existir.

Nesse sentido, é importante lembrar as contribuições de Guimarães (1999), Sears *et al* (2000), Kinder & Sanders (1996), Bailey (2009), entre outros, que ressaltaram que a opinião racial é composta por um sistema de crenças multidimensional, que leva em consideração as formas de interação e processamento de questões raciais e políticas racialmente orientadas. Pensando nisso, e com vistas a oferecer uma análise mais completa a respeito da opinião pública racial no Brasil, a próxima seção discutirá os diferentes níveis de adesão às cotas raciais para admissão em universidades públicas brasileiras.

A adoção das cotas raciais para a admissão de candidatos em universidades públicas brasileiras teve sua experiência fundadora em 2002, em que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) introduziu um sistema de reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas, com base no critério de autodeclaração. Neste sistema, 20% das vagas eram destinadas às cotas raciais, 20% às cotas sociais (reserva a candidatos comprovadamente pobres), 5% para pessoas com deficiências e mobilidade reduzida e o restante para ampla concorrência. A partir daí as políticas de ações afirmativas têm sido utilizadas em outras instituições por meio da aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) (Brasil, 2012).

Sniderman *et al* (1991), Bobo & Kluegel (1993), Kinder & Sanders (1996), Paixão *apud* Zoninsein e Feres Júnior (2008) entre outros atestam a importância de se investigar como os cidadãos raciocinam e processam as disputas em torno das ações afirmativas e outras políticas racialmente orientadas, uma vez que a (não) adesão a elas pode envolver,



além do ressentimento e da desafeição a alguns grupos raciais, expressões de autointeresse que são cruciais para a interpretação que se pretende desenvolver nessa pesquisa. De acordo com Bailey (2009), a partir da implementação de políticas racialmente orientadas no Brasil, “a ameaça percebida pode se ampliar de fato e redundar em oposição dos brancos à iniciativa”<sup>11</sup> (Bailey, 2009, p. 217, tradução nossa).

A análise dos resultados seguirá a mesma estrutura apresentada na seção anterior: primeiramente, serão apresentados os resultados do modelo de regressão estruturado para investigar fronteiras raciais quanto à adesão às cotas raciais no Brasil. Posteriormente, serão analisadas as possíveis diferenças intrarraciais quanto à renda e à escolaridade. A tabela 11 apresenta os resultados do modelo de regressão logística binomial executado, a fim de verificar os determinantes da adesão às cotas.

Em linhas gerais, pode-se observar, tal como Bailey (2009) observou em seus estudos, que o apoio às cotas raciais no Brasil não é tão pequeno quanto o esperado (especialmente se compararmos Brasil e Estados Unidos), inclusive entre os indivíduos brancos. É possível notar que a identificação importa, apenas para os indivíduos pardos, que possuem razões de chance de ser a favor das cotas raciais bastante semelhantes às dos indivíduos pretos (1,217 dos indivíduos pardos, frente a 1,218 dos indivíduos pretos).

Esses resultados indicam que tanto pardos quanto pretos possuem 20% mais chances de aprovar as cotas raciais, comparados aos brancos, que são a categoria de referência do modelo. O fato de não haver diferenças estatisticamente significantes entre as respectivas razões de chance é um ponto importante, porque indica que, ao menos entre esses dois grupos raciais, as fronteiras raciais no que concerne ao apoio às ações afirmativas são bem mais sutis do que o que foi observado em relação às atitudes raciais.

Neste modelo, observa-se que a renda possui um papel importante como um preditor da (não) adesão às cotas raciais, e em uma lógica deveras diferente da observada na análise da hostilidade racial: estratos mais altos de renda tendem a apresentar menores razões de chance de favorabilidade às cotas. Indivíduos de renda média possuem 40% e os de renda alta possuem 43% menos chances de ser a favor das cotas raciais, em relação aos de renda mais baixa.

A escolaridade atua em um sentido semelhante ao da renda, mas com resultados ainda mais destacados: indivíduos que possuem escolaridade média possuem 22% menos de chances de ser a favor das cotas, em relação aos que possuem baixa escolaridade. Os

---

<sup>11</sup> “Now that race-targeted policies are being widely adopted in Brazil, perceived threat may indeed grow and result in white opposition.”

indivíduos que possuem ao menos o Ensino Superior são ainda mais críticos: possuem 58% menos chances de ser favoráveis às ações afirmativas, em relação à categoria de referência.

Dentre as variáveis de controle, o conhecimento político também atua em um sentido diferente do esperado, ainda mais tendo em consideração os resultados da seção anterior, em que se percebeu uma associação entre sofisticação e progressismo racial. No caso das ações afirmativas, indivíduos sofisticados possuem 35% menos de chances de aprovarem as cotas raciais nas universidades brasileiras, enquanto o que se esperava seria o contrário (indivíduos com maior conhecimento político compreenderiam com mais rigor os propósitos da política, e seriam mais capazes de contemporizar suas vantagens e problemas) (Jackman, 1989).

***Tabela 11. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras (Regressão logística binomial)***

<b>Variáveis Independentes</b>	<b>Razão de Chance Favorabilidade às cotas raciais</b>
<b>Branços</b>	(Referência)
Pardos	1,217** (0,117)
Pretos	1,218 (0,156)
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,601*** (0,058)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,571*** (0,111)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,786** (0,081)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,425*** (0,065)
Conhecimento político	0,651*** (0,067)
<b>Homem</b>	(Referência)
Mulher	0,979 (0,085)
Idade	0,995 (0,002)
<b>Sudeste</b>	(Referência)
Sul	1,196 (0,153)
Nordeste	1,294** (0,141)
Norte/Centro Oeste	0,98 (0,125)
Constante	2,338*** (0,519)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Contra as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

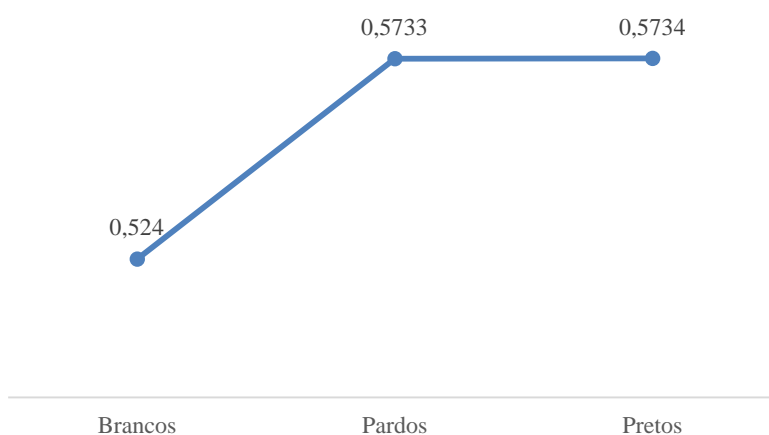
Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

O gráfico 16 apresenta, à maneira utilizada na seção anterior, as probabilidades previstas de adesão às cotas raciais no processo de admissão nas universidades públicas brasileiras, em função da identificação racial individual. Percebe-se, pelo gráfico, assim como pelas próprias razões de chance geradas pelo modelo de regressão, que não há diferenças entre as probabilidades previstas de ser a favor das cotas entre indivíduos pardos e pretos, o que é reiterado pelo fato de não se ter encontrado diferenças significantes entre os dois coeficientes. Indivíduos pretos e pardos assumem, nesse sentido, posturas praticamente idênticas quando o assunto é a aprovação das ações afirmativas.

Este resultado não é, a rigor, uma surpresa, posto que a Lei de Cotas prevê que a reserve de vagas deve ser assegurada para os indivíduos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Assim, como são alvos desta política racialmente orientada, é esperado que esses grupos apresentem posicionamentos semelhantes (e positivos) em relação a ela, especialmente em relação à sua necessidade. Por este motivo, é ainda esperado que sejam mais favoráveis às cotas raciais do que o grupo racial dos brancos, que não angariariam de imediato nenhum benefício a partir desta política.

**Gráfico 16. Probabilidades previstas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com a cor**



É de especial importância o fato de que as variáveis que demarcam as fronteiras raciais e de posição socioeconômica continuam demonstrando significância estatística, sinalizando que são relevantes para se pensar a determinação das atitudes envolvendo as cotas raciais no Brasil, e que se referem a características distintas daquelas trazidas pela variável de hostilidade racial.

Analisemos, pois, as diferenças intrarraciais em cada um dos grupos identitários criados em sua visão sobre as cotas raciais nas universidades, em função de posições socioeconômicas. A tabela 12 apresenta os resultados do modelo de regressão que levou em consideração somente os indivíduos brancos, e indica que não há grandes diferenças em termos de renda, quando o assunto é a aprovação às cotas raciais. Indivíduos cuja renda fica entre 2 e 10 salários mínimos mensais possuem 42% menos chances de serem a favor das cotas raciais, comparados aos que recebem até 2 salários mínimos; enquanto os que ganham mais de 10 salários mínimos possuem 44% menos chances de aprovarem as ações afirmativas, em comparação à mesma categoria de referência.

Em se tratando da escolaridade, no entanto, as diferenças são mais relevantes: indivíduos que possuem escolaridade mediana possuem 33% menos chances de ser a favor das cotas raciais, comparados aos que possuem até 8 anos de escolarização formal. Por outro lado, indivíduos que frequentaram pelo menos o Ensino Superior possuem 63% menos chances de aprovar estas políticas, em comparação à mesma categoria de referência. Este resultado faz coro à consideração feita algumas páginas atrás, relativa à mudança de papel da educação: quando o assunto são as políticas raciais, o aumento nos níveis de educação está diretamente vinculado a posições mais críticas e negativas.

***Tabela 12. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos brancos (Regressão logística binomial)***

<b>Variáveis Independentes</b>	<b>Razão de Chance Favorabilidade às cotas raciais</b>
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,584*** (0,09)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,566** (0,168)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,673** (0,11)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,368*** (0,087)
Conhecimento político	0,627*** (0,105)
<b>Homem</b>	(Referência)
Mulher	1,073 (0,148)
Idade	0,991* (0,004)
<b>Sudeste</b>	(Referência)
Sul	1,251 (0,214)
Nordeste	1,243 (0,238)
Norte/Centro Oeste	0,776 (0,187)
Constante	2,69*** (0,907)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Contra as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

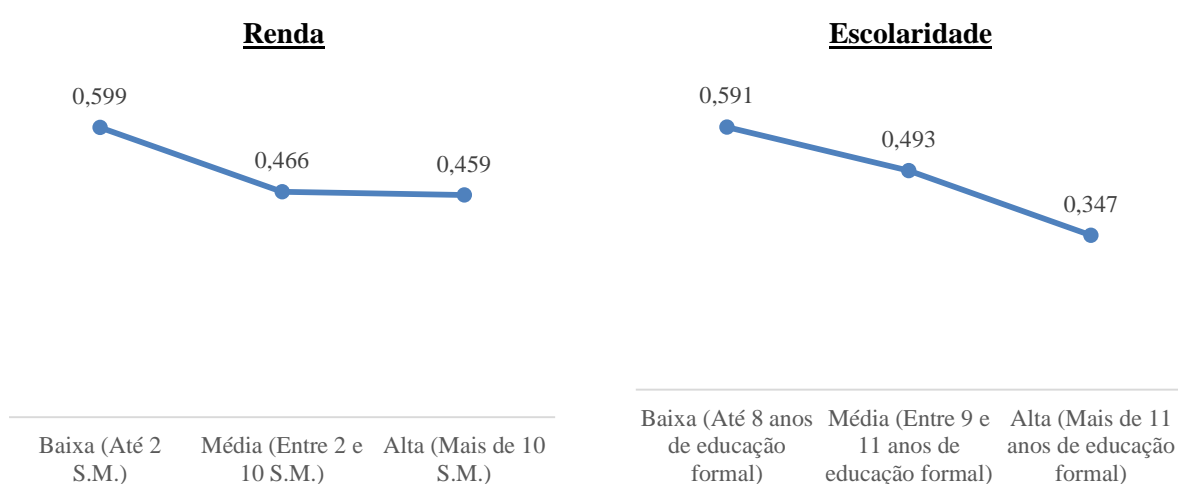
Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

A análise das probabilidades preditas de apresentar favorabilidade às cotas raciais, em função das variáveis que demarcam a posição socioeconômica do indivíduo, também são elucidativas no sentido de mostrar a direção de cada um dos principais preditores a nível intrarracial. Entre os indivíduos brancos, verifica-se que, quanto maior a renda, menor a probabilidade de ser a favor das cotas raciais: aqueles que ganham até 2 salários mínimos mensais possuem probabilidade predita de 0,599; enquanto os que têm rendimentos superiores a 10 salários mínimos possuem probabilidade de 0,459 de ser a favor das ações afirmativas.

O mesmo ocorre com as probabilidades preditas em função da escolaridade: a propensão a ser a favor das cotas raciais decai à medida em que se avança no espectro de escolaridade. A probabilidade de ser a favor das cotas raciais passa de 0,591 entre os que possuem baixa escolaridade; a 0,493 entre os que possuem escolaridade mediana; culminando com 0,347 entre os que frequentaram ao menos o Ensino Superior. É importante notar que, entre os brancos, tanto na renda quanto na escolaridade, as expectativas observadas são lineares, isto é, obedecem a uma clara linha de tendência. Notadamente, esse aspecto foi observado na análise das atitudes raciais envolvendo a hostilidade racial, mas (é mister que se lembre) os sentidos nos quais as duas variáveis atuam são diferentes lá e aqui.

**Gráficos 17 e 18. Probabilidades preditas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos brancos**



A tabela 13 apresenta, por sua vez, os resultados do modelo de regressão que investiga os determinantes da adesão às cotas raciais entre os indivíduos pardos. No que

concerne à renda, as diferenças entre os estratos médio e alto são pequenas: indivíduos que recebem entre 2 e 10 salários mínimos mensais possuem 37% menos chances de serem a favor das cotas raciais do que os que possuem baixa renda, e os que recebem mais de 10 salários mínimos possuem 33% menos chances de aprovarem estas políticas, se comparados à mesma categoria de referência.

Entre os pardos, a escolaridade possui efeitos que não são tão triviais quanto o esperado: indivíduos pardos com alta escolaridade (frequentaram o Ensino Superior em diante) possuem 48% menos chances de aprovar as ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, comparados aos que possuem até 8 anos de educação formal. No entanto, entre os pardos de escolaridade média, observa-se maiores chances de aprovar as cotas raciais (5% menos chances em relação aos que estudaram até o Ensino Fundamental).

É importante, neste ponto, reiterar que os indivíduos pardos e pretos de média escolaridade seriam os que, em tese, se beneficiariam mais das cotas raciais, junto aos pretos de renda média, uma vez que seriam os alvos ulteriores dessas políticas, que visam exatamente à mudança nos processos de admissão nas universidades. Os pardos e pretos com Ensino Superior, de acordo com a perspectiva da teoria do conflito intergrupos (Bobo & Kluegel, 1993) (Bobo, 1998) e da noção de interesses em comum (Reis, 2000), não seriam tão atingidos pela política, haja vista que já frequentam ou frequentaram esta etapa de aprendizado. Trata-se, portanto, de uma atitude cujas bases e justificativas principais, a nível de interesses objetivos e subjetivos, se dá a partir da análise pessoal de posição imediata ocupada (Green & Cowden, 1992). O conhecimento político, por sua vez, apresenta o mesmo padrão interpretativo verificado anteriormente: maior sofisticação política redundando em menores níveis de aprovação das cotas raciais.

**Tabela 13. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos pardos (Regressão logística binomial)**

Variáveis Independentes	Razão de Chance Favorabilidade às cotas raciais
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,632*** (0,092)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,679 (0,205)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,953 (0,146)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,524*** (0,123)
Conhecimento político	0,638*** (0,098)
<b>Homem</b>	(Referência)
Mulher	0,982 (0,128)
Idade	0,998 (0,004)
<b>Sudeste</b>	(Referência)
Sul	1,174 (0,278)
Nordeste	1,329* (0,207)
Norte/Centro Oeste	1,089 (0,188)
Constante	2,101** (0,678)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Contra as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

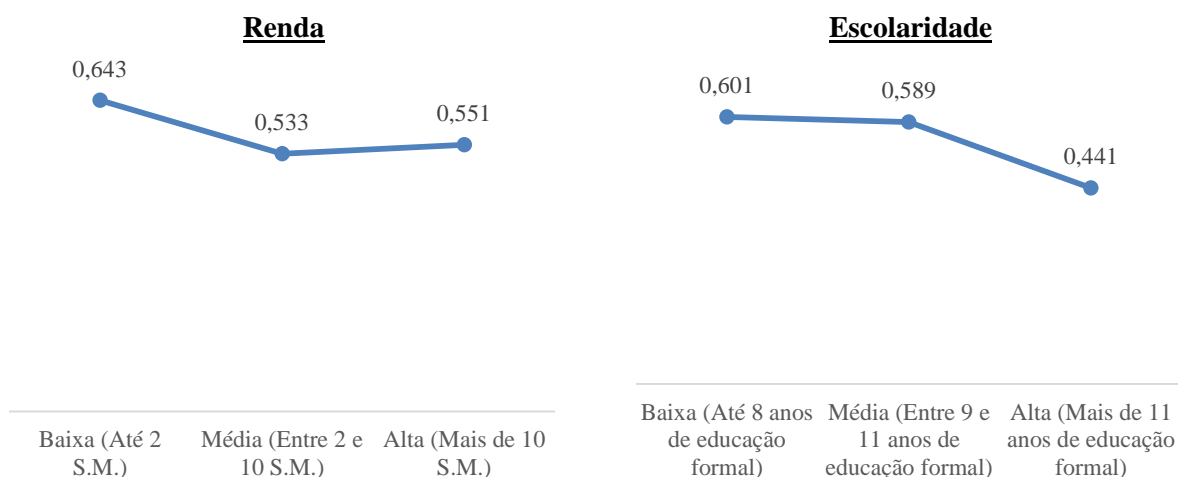
Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

Os gráficos 19 e 20 apresentam os valores preditos das probabilidades de um indivíduo pardo ser favorável às cotas raciais, de acordo com as variações de renda e escolaridade. Como se observou na análise dos coeficientes de razões de chance, conforme se aumenta a renda, diminui-se a propensão a ser a favor das políticas racialmente orientadas nas universidades. Indivíduos de baixa renda possuem 0,643 de probabilidade de ser a favor das cotas raciais, contra 0,533 dos que possuem renda média e 0,551 dos que recebem mais de 10 salários mínimos mensais.

O mesmo raciocínio se aplica quanto à escolaridade. A diferença de probabilidades de ser a favor das cotas raciais entre os indivíduos de baixa escolaridade e de alta escolaridade é de 27%, o que indica que os indivíduos mais escolarizados estão 27% menos propensos a apoiar as cotas raciais, comparados aos de baixa escolaridade. A análise das probabilidades preditas reforça, portanto, a interpretação de que, sendo os pardos de escolaridade baixa e média o principal grupo-alvo da política de cotas raciais dentre as três categorias de escolaridade (os que, a rigor, deveriam ingressar no Ensino Superior), é natural que sejam mais favoráveis a esta política, posto que se consideram mais aptos a se beneficiar de seus critérios de focalização.

**Gráficos 19 e 20. Probabilidades previstas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos pardos**



Por fim, a tabela 14 informa os resultados dos modelos de regressão que investigam os determinantes da adesão às cotas raciais junto aos indivíduos que se declararam pretos. Como é possível observar, diferentemente dos testes que envolveram a variável de hostilidade racial, há pungentes diferenças de renda no apoio às cotas entre os pretos: os que possuem renda média possuem 46% menos chances de aprovar as cotas raciais, comparados aos de baixa renda; enquanto os que possuem renda alta possuem 66% menos chances de aprovar as cotas raciais. Este resultado indica que, no que tange à avaliação sobre as políticas de ação afirmativa, a renda apresenta uma direção diferente do observado nos princípios raciais, entre os pretos: quanto maior a renda, menores as inclinações à favorabilidade quanto às cotas raciais.

À educação é imputada a mesma tendência: o aumento nos níveis de educação redundava na diminuição das chances de se aprovar as cotas raciais como políticas de ação afirmativa, mesmo entre os pretos. Indivíduos pretos que frequentaram ao menos o Ensino Superior possuem 65% menos chances de aprovarem as cotas raciais, em comparação aos que possuem baixa escolaridade; enquanto os que têm Ensino Fundamental Completo ou Médio Incompleto possuem 35% menos chances de ser favoráveis às ações afirmativas. Importante notar que, no que se refere à adesão às cotas raciais para admissão nas universidades públicas brasileiras, o grupo racial composto pelos pretos é o que se mostra mais permeável aos efeitos das variáveis que denotam a posição socioeconômica individual – renda e escolaridade.

Em outras palavras, brancos e pardos não apresentam heterogeneidades internas tão intensas em função de renda e escolaridade, como foi observado entre os pretos. Nesse



sentido, a depender do lugar socioeconômico que um indivíduo preto ocupe, este tende a advogar pontos de vista mais próximos à sua posição de *status* do que à sua identificação racial propriamente dita. Em uma interpretação um pouco mais ousada, é como se o mecanismo de identificação, à medida em que se ascende no espectro de *status* socioeconômico, levasse, entre os indivíduos pretos, à tendência de a identificação social ser mais forte do que a racial.

Kinder & Sanders (1996) chegaram a conclusões congêneres, ao analisar a pertinência de variáveis sociodemográficas na determinação de atitudes em torno do papel do Estado na formulação de políticas racialmente orientadas nos Estados Unidos. A explicação fornecida por eles é a de que “à medida em que mais pretos alcançam a classe média, estes começam a partilhar visões políticas condizentes com sua nova situação. Como outros membros da classe média, eles vêm a apreciar os pontos positivos de políticas conservadoras.” (Kinder & Sanders, 1996, p. 134, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Ainda, estes autores indicam que indivíduos pretos podem reconhecer os benefícios das cotas raciais em termos da inclusão no Ensino Superior de uma população tradicionalmente alijada de processos educativos e em termos do reconhecimento dos direitos da comunidade afro-brasileira, mas não enxergar os benefícios advindos desta política como necessariamente frequentes entre os indivíduos de seu grupo racial ou responsáveis por mudanças estruturais nos moldes da estratificação social atualmente existente. Ademais, “a afirmação aguerrida da identidade negra pode assumir significado instrumental – ou representar mesmo um passo necessário – no processo que permita a aproximação à situação de maior igualdade e eventualmente assegure a própria ideia meta de irrelevância das características raciais.” (Guimarães, 1999, p. 147).

---

<sup>12</sup> “As more blacks make their way to the middle-class, they will begin to entertain political views commensurate with their new situation. Like other members of the middle class, they will come to appreciate the virtue in conservative policies.”

**Tabela 14. Determinantes da adesão às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, entre os indivíduos pretos (Regressão logística binomial)**

Variáveis Independentes	Razão de Chance Favorabilidade às cotas raciais
<b>Baixa (Até 2 S. M.)</b>	(Referência)
Média (Entre 2 e 10 S. M.)	0,544** (0,132)
Alta (Mais de 10 S. M.)	0,346** (0,184)
<b>Baixa (Até 8 anos de educação formal)</b>	(Referência)
Média (Entre 9 e 11 anos de educação formal)	0,651 (0,175)
Alta (Ensino Superior em diante)	0,357** (0,148)
Conhecimento político	0,738 (0,193)
<b>Homem</b>	(Referência)
Mulher	0,809 (0,183)
Idade	0,994 (0,007)
<b>Sudeste</b>	(Referência)
Sul	0,873 (0,315)
Nordeste	1,337 (0,346)
Norte/Centro Oeste	0,906 (0,304)
Constante	4,806*** (2,635)

(Os números em parênteses correspondem aos erros-padrão de cada coeficiente.)

Categoria de Referência: 0 – Contra as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

\*p<0,1 \*\*p<0,05 \*\*\*p<0,01

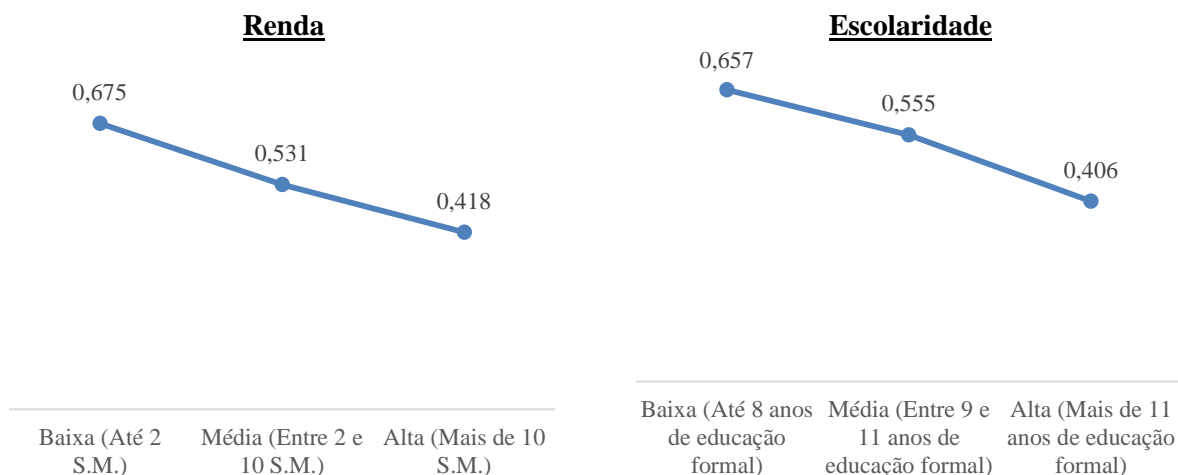
Fonte: *survey* Racismo Cordial – Instituto Datafolha (2008)

n=2.982

Os gráficos a seguir ilustram e reforçam a análise anterior, a partir das probabilidades preditas de adesão às cotas raciais entre os pretos, de acordo com a renda e com a escolaridade. A distribuição das probabilidades de acordo com a renda sinaliza que há quedas expressivas nas expectativas dos valores, conforme se avança no espectro de renda: entre os indivíduos pretos que recebem até 2 salários mínimos e os que estão no outro polo, recebendo mais de 10 salários mínimos, há uma diferença positiva de 0,257 pontos em termos de probabilidades preditas.

Quanto à escolaridade, as expectativas decaem de 0,657 entre os que possuem até 9 anos de educação formal até 0,406 entre os que possuem mais de 12 anos de educação formal, passando pelos que possuem escolaridade mediana (0,555). As diferenças consideráveis entre as probabilidades preditas observadas entre os indivíduos pretos à medida em que se avança no *continuum* de renda e escolaridade evidenciam a análise anterior, de que a pertinência do lugar socioeconômico entre os pretos é particularmente destacada, mesmo em comparação aos indivíduos pardos, que a literatura tradicionalmente tratou como membros do grupo racial não-brancos (Silva *apud* Bailey, 2009) (Loveman, 1999) (Osório, 2008).

**Gráficos 21 e 22. Probabilidades previstas de ser a favor das cotas raciais, de acordo com renda e escolaridade, entre os indivíduos pretos**



A submissão dos dados empíricos ao escrutínio estatístico, por meio do teste de diferentes formatos de modelos de causalidade, evidencia que há diferenças interraciais significativas entre os três grupos raciais analisados – brancos, pardos e pretos. A hipótese de que a identificação racial importaria para a determinação de atitudes raciais em princípios e políticas no Brasil se confirma. Os grupos raciais possuem, de acordo com os dados tratados e analisados, níveis diferentes de consciência e identificação racial e, exatamente por isso, não são influenciados pelo sistema de estratificação social da mesma forma, apresentando, assim, diferentes *outcomes* políticos.

Contudo, é necessário retomar a premissa principal da definição dos modelos de causalidade estruturados e apresentados anteriormente: as contribuições das características adscritivas (raciais) e prescritivas (renda e escolaridade) se dão em níveis analíticos diferentes, e foi exatamente o que foi encontrado na análise empírica. Se, por um lado, são percebidas diferenças quanto ao comportamento de cada grupo racial quanto às atitudes raciais analisadas, levando-se à assunção da existência de grupos raciais de interesses ou comunidades raciais definidas a partir de linhas de cor; por outro, as variáveis socioeconômicas lançam luz sobre as heterogeneidades internas aos próprios grupos raciais.

Trata-se, portanto, de assumir que raça, renda e escolaridade possuem efeitos relevantes sobre a determinação dos padrões atitudinais raciais dos brasileiros, mas em níveis distintos (e que, a depender do grupo racial, como se observou entre os indivíduos pretos, o pertencimento socioeconômico pode modificar os sentidos da interpretação dos

efeitos de raça). Nesse sentido, assumir a primazia conceitual e metodológica de classe (especialmente, em suas *proxies* utilizadas neste trabalho) sobre a identificação racial é um erro analítico.

Ao contrário do constatado por Bailey (2009), a relação entre categorias de cor e expressão de valores raciais e adesão a políticas racialmente orientadas foi verificada. Guimarães (1999), ao ressaltar a relevância do conceito de raça como categoria analítica fundamental para a compreensão da dinâmica social brasileira, também se aplica ao estudo da opinião pública racial. Ainda que, na prática, a sociedade brasileira ainda parece medrar-se em fundamentações antirracistas para a explicação das desigualdades raciais e mesmo valorizar a mestiçagem como fenômeno que findou a separação de raças no Brasil, à maneira do que a vertente culturalista dos estudos sobre as relações raciais fez, o pertencimento racial funciona como variável explicativa do delineamento das variações observadas nos comportamentos.

A esse respeito, verifica-se que, em geral, brancos, pardos e pretos apresentam visões diferentes quanto aos princípios raciais e são diferentemente afetados pelas variáveis que denotam a posição socioeconômica individual. Os pardos, no entanto, não necessariamente partilham de visões postuladas pelos pretos, embora apresentem interesses práticos e materiais semelhantes. Nesse sentido, além de verificar que a identificação racial importa, outro resultado que merece destaque é o de que pretos e pardos não formam um grupo racial homogêneo, ao menos no que se refere à opinião pública racial. Ao contrário, portanto, do que estabeleciam estudos como o de Silva *apud* Bailey (2009), Osório (2008), Loveman (1999), entre outros, a escolha pelo tratamento tricotômico da variável de identificação racial se mostrou um caminho analítico correto.

No entanto, é necessário refletir sobre os motivos que ocasionam a relevância da raça como preditora. Bobo (1998) indica que “os motivos pelos quais ‘a raça importa’ parecem refletir interesses coletivos. Esta (...) seria a única interpretação razoável da poderosamente robusta diferença racial de opiniões, que separa as visões de pretos das de brancos [e pardos].” (Bobo, 1998, p. 215, tradução nossa)<sup>13</sup>. A constatação de que brancos, pardos e pretos constituem, de fato, grupos raciais distintos em termos da opinião

---

<sup>13</sup> “Why ‘race matters’ would appear to reflect group-based interests. This, I submit, is the only reasonable interpretation of the powerfully robust racial difference in opinion that separates the views of blacks from those of whites.”

racial expressada é fulcral para o estabelecimento de uma chave interpretativa, que perpassa a discussão entre identidades raciais e interesses grupais.

O principal resultado ao qual a pesquisa chegou é que, no Brasil, há grupos de interesse formados de acordo tanto com identidades raciais quanto com o lugar socioeconômico ocupado por cada um de seus membros. O emprego do comparativo de igualdade, aqui, não é feito *pro forma*, pois se considera uma relação de complementariedade entre os dois conceitos, como se verá adiante. O fato de, no nível dos modelos que procuram verificar heterogeneidades internas entre os grupos raciais, a renda ter sido mais relevante na explicação das atitudes raciais em termos de políticas raciais não é uma coincidência: renda é uma variável que demarca em termos mais materiais as diferenças de acesso a recursos sociais, comparada à escolaridade, que simboliza dimensões que remetem mais ao *status* e ao prestígio social.

Sendo as cotas raciais políticas racialmente orientadas que visam não apenas à ampliação do reconhecimento das universidades como espaços também de direitos das comunidades afrodescendentes, mas também à redistribuição de um recurso desigualmente distribuído – o acesso ao Ensino Superior -, o fato de a renda ser mais significativa indica que a percepção de ameaça e a noção de interesses materiais estão em disputa, na adesão a esta política.

Estas políticas, de acordo com Kinder & Sanders (1996), Maggie (2005) e Sidanius *et al* (1999) desencadeiam uma discussão que mobiliza interesses de grupo financeiros e culturais enraizados. Destarte, de acordo com Loveman (1999), Brubaker (2002) e o próprio Bailey (2009), a existência de fortes divisões de grupos caracteriza o surgimento de um cenário de *groupness* racial, ao contrário do que estabeleceriam autores clássicos do pensamento social e político brasileiro (Freyre, 1973; 2001) (Holanda, 1995).

O fato de tanto a raça quanto as variáveis socioeconômicas terem sido estatisticamente significantes em nossa análise pressupõe que há diferenças entre esses grupos que se devem, exatamente, a essa chave, e a verificação dos comportamentos discrepantes entre pretos e pardos é uma forte evidência nesse sentido. Se, por um lado, pretos e pardos apresentam propensões deveras diferentes no que tange à expressão de hostilidade racial, caracterizando linhas de pensamento ao longo da cor que são diferentes; por outro, possuem propensões de ser a favor das cotas raciais nas universidades públicas muito semelhantes. A diferenciação entre pretos e pardos torna-se ainda mais rica ao se analisar essas heterogeneidades socioeconômicas inerentes à formação destes grupos. A esse respeito, Junn *et al* (2012) indicam que “no interior de

todos os grupos raciais, há importantes tensões entre unidade e diferença, *status* desiguais e marginalização.”<sup>14</sup> (Junn *et al*, 2012, p. 245, tradução nossa).

É importante ressaltar que a Lei de Cotas estabelece que indivíduos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas são o público-alvo de focalização das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Sendo assim, nas ocasiões em que o interesse pessoal ou grupal é compartilhado – como no caso das cotas raciais, que beneficiariam tanto indivíduos pretos quanto pardos -, as fronteiras raciais deixariam de existir.

Esta constatação deveria, a rigor, vir acompanhada do seguinte questionamento: quem, então, são os indivíduos denominados pretos, isto é, o que diferencia pretos de pardos, em termos da opinião pública? Para além da (não tão) simples nomenclatura de cor, a resposta a esta pergunta deve passar exatamente pela relação entre identidades e interesses, que se examina a partir do conceito de fronteiras raciais. Os indivíduos pretos se diferenciariam da extensa camada mestiça por terem mais pronunciada uma espécie de coesão racial no que concerne aos princípios e atitudes raciais. Por outro lado, sofrem efeitos diferentes das variáveis de lugar socioeconômico, que indicam que este grupo está, de certo modo, mais permeável a efeitos sociodemográficos na determinação de suas atitudes.

Em um cenário no qual as identidades raciais tendem a se formatar mais pungentemente, a relação entre identidade e interesse se dá por uma retroalimentação, em um mecanismo causal que obedece a um *feedback cycle*. A partilha de identidades raciais passaria, de acordo com Junn *et al* (2012) por três processos: *racial membership*, que corresponde à mera categorização racial do indivíduo; *racial identification*, que corresponde à proximidade do indivíduo com a expressão de sinais diacríticos que distinguem aquele grupo racial de outros; e *racial consciousness*, que corresponderia à etapa mais “política”, na qual a identificação racial se traduziria na partilha de visões políticas postuladas pelo grupo como um todo pelo indivíduo analisado. O indivíduo passa, portanto, a partilhar com o grupo de referência critérios objetivos e subjetivos de identificação, o que motiva a consideração acerca do *feedback cycle*.

A interlocução entre os conceitos de identidades e interesses neste trabalho passa, necessariamente, pelo reconhecimento da premissa conceitual e analítica de que a existência dessas ideias não pode prescindir de bases coletivas: a fim de que existam

---

<sup>14</sup> “Within all groups, there are important tensions between unity and difference, favored status and marginalization.”

identidades e interesses transportados do indivíduo para a opinião pública, um veículo coletivo/grupal se faz necessário.

Dito isso, em termos teóricos, é importante pontuar que a interlocução entre os conceitos de identidades e interesses que se pretende fazer neste trabalho apresenta alguma inspiração na teoria do *linked fate*<sup>15</sup>, conceito amplamente utilizado nos Estados Unidos para caracterizar a partilha de visões e preferências políticas por minorias étnico-raciais, mas algumas discordâncias que devem ser pontuadas. Esta vertente considera que o pronunciamento de preferências comuns é motivado pela percepção individual de que os indivíduos de um mesmo grupo possuem “destinos comuns”, isto é, estão fadados a ter as mesmas características e trajetórias por estarem imersos no mesmo lugar em uma rede complexa de estratificação social, discriminação e desigualdade de *status*.

O *linked fate* é a consideração de que, a partir da vivência comum em algum tipo de experiência, criam-se mecanismos de irmanação e padrões de discurso, atitudes e resistência coletivos (Andrews, 2007), que são emulados pelos membros do grupo de referência. A percepção que se advoga aqui é a de que a identificação indivíduo-grupo se dá não apenas pela percepção da partilha de histórias e destinos comuns, mas também por critérios destacadamente materiais, a exemplo da garantia do acesso à educação pública no Brasil, um recurso desigualmente distribuído entre os grupos raciais no país.

---

<sup>15</sup> O Conde dos Arcos possui uma frase emblemática que pode ser empregada para uma caracterização grosso modo do conceito de *linked fate*: “Quem haverá que duvide que a desgraça tem o poder de fraternizar os desgraçados?”.

## 6. RAÇA, RENDA E ESCOLARIDADE NA PRODUÇÃO DE ATITUDES RACIAIS SOB A ÓTICA DE SOLIDARIEDADES E INTERESSES

*“Politics is not simply an arena where citizen preferences are articulated and aggregated but one where public goals and policies are debated and political goals must be publicly justified. When citizens assess public policies, events and leaders or consider their own political choices, they are not merely trying to figure out what or who they like or what it is they want. They are also trying to figure out what or who is good and what is right.”*

Laura Stoker, 1992

### *Fronteiras raciais e heterogeneidades internas*

A existência da chamada *groupness* racial no Brasil, compreendida como o senso de pertencimento a grupos raciais e de partilha de visões e preferências em comum, foi um dos principais resultados alcançados nesta pesquisa. Este achado aponta para uma direção diferente da indicada por parte significativa da literatura sobre relações raciais no Brasil, tanto em suas vertentes mais culturalistas, das quais Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda seriam os principais expoentes, como nas correntes que advogam visões estrutural-funcionalistas, a exemplo do trabalho de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Estas contribuições teóricas, em sua interpretação sobre a formação da estrutura de classes no Brasil e sobre os resquícios do período escravista nesse processo, ora conferiam à variável *classe* relevância muito superior à da variável *raça*, ora descredenciavam o pertencimento racial ou a própria hierarquização social em termos raciais como condição relevante para a determinação das desigualdades sociais no país e para a emergência do sistema de estratificação que conhecemos atualmente.

A necessária interlocução entre os atributos adscritivos e socioeconômicos – em outras palavras, raça e as *proxies* de classe, renda e escolaridade – traduz, em termos empíricos, o fato de que as atitudes raciais no Brasil não são, de modo algum, monolíticas. Não há, nesse sentido, razões para esperar que a coerência seja o princípio orientador das atitudes raciais, como Kinder & Sanders (1996) adiantaram: a pluralidade de recursos, posições e trajetórias empregados como mecanismos para o raciocínio racial no Brasil



precisa ser considerada. Isso significa reconhecer que as fontes das atitudes raciais são diversas. Também implica em reconhecer que as atitudes raciais no Brasil, tanto em seu sentido mais abstrato a partir do teste de princípios raciais, quanto em um sentido mais concreto, no teste da adesão às políticas raciais, não necessariamente seguem tendências comuns em suas diferentes dimensões. Esta tendência fortalece a ideia de que, para que entenda mais profundamente a produção de atitudes raciais no Brasil e na América Latina, é necessário conhecer a riqueza histórica de fatores que podem influenciar essas visões.

As fronteiras raciais que foram observadas na análise empírica, a partir da divisão da amostra em um critério tricotômico de raça, indicam um argumento destoante da visão anterior, que sinalizava a primazia dos atributos de classe sobre os de raça, e também o surgimento de um contexto social racializado, isto é, um ambiente no qual a raça atua não apenas como condição, mas também como clivagem produtora de grupos de interesses, discursos e visões próprias. Em contraposição a sistemas antirracistas, um regime racialista seria aquele no qual a raça é tida como base de formação de grupos, e é reconhecida como uma variável que produz cisões potenciais. Este contexto tende a fazer com que as atitudes raciais dos brasileiros ganhem em robustez, o que é um traço que merece destaque, tanto do ponto de vista da formação social quanto da opinião pública.

Como dito anteriormente, alguns dos resultados aos quais esta pesquisa chegou discordam de algumas das proposições de expoentes do pensamento racial e social brasileiro. No entanto, são necessárias outras rodadas de pesquisa (inclusive, com variáveis mais robustas) para que esse ponto se comprove. Nesse sentido, é importante pontuar que não propomos a princípio um desacordo com as considerações anteriores, que sedimentaram os estudos raciais no Brasil.

Visualizar as atitudes raciais dos brasileiros pelas lentes da classificação racial tricotômica indica não apenas que os não-brancos são, na verdade, compostos por dois grupos raciais diferentes – pretos e pardos -, mas também que a identificação racial de fato importa como uma variável protagonista. Esta proposta é, com efeito, uma atualização, porque os dados indicam a existência de um país em mudança social, cuja locomotiva é, verdadeiramente, a identificação racial, como Hasenbalg (2005) e Bailey (2006; 2008) sugerem.

Outro ponto de inflexão oriundo da interpretação dos dados é o de que o debate produzido a partir da empiria inviabiliza, também, a afirmação de que o Brasil seria uma *color blind society*, uma sociedade que prescindiria de atributos raciais para se organizar hierarquicamente. O fato de as identidades raciais serem fragmentadas pelo *continuum* de

cor, da mesma forma que a estratificação social produziu desigualdades ao longo de linhas de cor, indica que a racialização também tem alcançado as bases sobre as quais a opinião pública se (re)produz.

### ***Entre identidades e interesses: uma falsa dicotomia***

Trazer à baila o diálogo (a esta altura, esta palavra é mais adequada do que “debate”) entre identidades raciais e interesses racialmente fabricados é, nesse sentido, inevitável. Se, por um lado, as identidades raciais são a principal explicação para as variações encontradas entre e no interior dos grupos raciais quanto às atitudes raciais gerais, por outro lado, o interesse individual e coletivo parece ser o componente motivador da relevância da renda, na explicação do apoio às ações afirmativas nas universidades brasileiras.

Apesar de esta chave interpretativa ter sido empregada em contextos como o dos Estados Unidos (mas com identidades e interesses funcionando como variáveis, mensuradas tanto por meios quantitativos quanto qualitativos), no Brasil esta discussão ainda não se deu à exaustão, embora tenha sido praticada por Reis (2000), Bailey (2009), entre outros. Assumir que as atitudes em torno das relações raciais e das políticas raciais no Brasil são um produto da mescla entre componentes identitários e de posição material, constitui um esforço de incorporar categorias analíticas que são importantes para a própria interpretação dos fenômenos políticos, e diferenciação da natureza desses fenômenos.

A exploração da aparente tensão entre identidades e interesses no Brasil tem sua mais importante formulação na obra de Fábio Wanderley Reis (2000), que, em uma análise do conceito de desenvolvimento político e dos desafios de sua aplicabilidade ao Brasil, avalia os efeitos da pertinência da ideia de democracia racial. Este autor oferece uma chave interpretativa que nos é cara, pautada na ideia de que a oposição entre identidades e interesses é, na verdade, uma falsa dicotomia.

Compreender a ideia de que identidades e interesses, ou, na formulação de Reis (2000), solidariedades e interesses, não se dissociam no mundo moderno é assumir que a própria noção de “política de identidades” é produzida a partir da vocalização dessas identidades em espaços materializados, que discutem políticas materiais. Essas duas expressões devem, portanto, estar associadas em uma linha de raciocínio que una mecanismos de emulação de discursos subjetivos em torno da identificação e objetivos em torno da determinação de interesses. Esta relação, como se pôde verificar a partir dos

resultados empíricos, extrapola o nível individual de análise, permitindo interpretá-los como agrupados em conjuntos definidos ao longo de linhas raciais.

Recorremos, mais uma vez, à ideia do *feedback cycle* entre estes dois conceitos, haja vista que os interesses racialmente definidos e percebidos na análise dos dados são observados a partir de um *continuum racial* – e, portanto, baseados em identidades de grupos e no processo de aquisição de *racial consciousness* – e as identidades são reforçadas por interesses em comum.

A exemplificação mais evidente deste fenômeno é a crítica feita às cotas raciais como fenômenos que incentivariam a binarização racial e a expressão do racismo na sociedade brasileira. Para autores como Maggie (2005) e Maggie e Fry (2004), o fato de as políticas racialmente orientadas terem emergido à agenda pública (e exigirem a identificação racial preta, parda ou indígena para sua cobertura) tem gerado incentivos à formação de fronteiras raciais no país e de cenários mais propensos ao conflito racial, uma vez que recursos passariam a ser distribuídos com base na identificação racial, gerando-se uma disputa de interesses em torno de um objetivo comum. O fato de estas comunidades raciais, neste contexto, expressarem cada vez maior coesão depõe a favor da tese de que há marcas de raça nas atitudes analisadas, e de que a existência de interesses em comum – como verificado na análise da adesão às cotas raciais – é uma forma de compartilhamento racial, característico de comunidades raciais definidas.

Huddy (2003) indica a necessidade de, a partir do advento da ideia de “política de identidades”, investigar-se os efeitos políticos do pertencimento a grupos raciais e socioeconômicos. Nesse sentido, mas procurando dar um passo atrás e procurando investigar o que faz com que o próprio pertencimento a esses grupos seja caracterizado como político, Reis (2000) oferece outra contribuição importante. De acordo com ele, a relação entre solidariedades subjetivas coletivas e interesses caracteriza o problema fundamental da política, qual seja a convivência de objetivos e visões distintas.

A própria existência de conflito social e de competição por bens (i)materiais resume a necessidade da política como uma atividade humana por excelência. Uma vez que as condições de desigualdade engendram interesses conflitantes, as disputas oriundas daí resume o próprio cerne dos fenômenos caracterizados como políticos. Bonilla-Silva (1996) concorda com esta análise, indicando que “todas as divisões sociais baseadas em

raça dizem intrinsecamente respeito ao poder, e levam, inevitavelmente, a interesses divergentes entre raças.”<sup>16</sup> (Bonilla-Silva, 1996, p. 189, tradução nossa).

É importante que se diga que o diálogo entre solidariedades raciais e interesses grupais deve ser analisado à luz da ideia de escassez. O que faz com que existam interesses divergentes? O fato de que os recursos subjetivos e objetivos pelos quais as coletividades lutam e competem são limitados e se distribuem desigualmente na sociedade. A esse respeito, Gay (2004) aponta que a vulnerabilidade econômica relativa, isto é, a percepção de suscetibilidade a partir da observação da situação de outro grupo, é o principal fator motivador da oposição a políticas que visem à correção de desigualdades sociais históricas junto a minorias. O senso de privação relativa partilhado por alguns grupos é, nesse sentido, determinante, assim como a percepção de ameaça (Bobo, 1983; 1988). Tendo isto em vista, verificar como as atitudes raciais e a adesão a políticas racialmente orientadas oscilam em cenários de recessão econômica – nos quais a competição por bens econômicos e por posições simbólicas de *status* e prestígio se intensifica – pode ser particularmente elucidativo.

### ***Abstração X Concretude: o principle-policy puzzle***

Além dos principais achados oriundos da pesquisa que é relatada neste documento, há uma importante controvérsia a ser explorada: o grau existente entre princípios raciais (dos quais a hostilidade racial é a representante nesta dissertação) e políticas raciais (das quais a adesão às cotas raciais é o expoente aqui). Como Kinder & Sanders (1996) sinalizam, “a massiva e abrangente liberalização das atitudes raciais, por mais que seja real, se aplica apenas a princípios, não a políticas.”<sup>17</sup> (Kinder & Sanders, 1996, p. 156, tradução nossa).

Em cada uma dessas “dimensões”, o critério racial é significativo, mas a renda e a escolaridade, como variáveis que cumprem a função de demarcar a posição socioeconômica do entrevistado, desempenham funções diferentes e mesmo opostas. A escolaridade, sobretudo, se comporta surpreendentemente diferente nos dois nichos de análise: enquanto na mensuração dos princípios raciais, está positivamente relacionada à

---

<sup>16</sup> “All social divisions based on race are intrinsically about power and lead inevitably to divergent interests among the races.”

<sup>17</sup> “The massive and wide-ranging liberalization of racial attitudes, while real enough, applies only to principles, not to policies.”

tolerância racial; na mensuração da adesão às políticas racialmente orientadas está negativamente associada à favorabilidade às cotas raciais.

Sniderman e Piazza (1993) e Sniderman *et al* (1991) teceram conclusões semelhantes em sua análise das atitudes raciais nos Estados Unidos, que foram aglutinadas em um conjunto de análises que se celebrizou com o nome de *principle-policy puzzle*. A ideia geral fornecida pelos autores é bastante simples: esperar-se-ia que os indivíduos mais escolarizados (em nossa análise, os que possuem ao menos o Ensino Superior) seriam “(...) mais habilidosos em fazer a conexão [da generalização/princípio para a especificidade/política] e estabelecer o vínculo. Se sim, os mais escolarizados deveriam ser mais propensos tanto a aprender princípios democráticos quanto a traduzir o apoio a esses princípios para o apoio a políticas específicas para realizá-los.”<sup>18</sup> (Sniderman *et al*, 1991, p. 59, tradução nossa). Esperar-se-ia que suas visões fossem mais integradas, uma característica que deveria ser partilhada também entre os mais sofisticados, enquanto os menos educados teriam atitudes mais movidas por afetividades. É importante reiterar que a temática da integração cognitiva é cara aos estudos do comportamento político, a partir do trabalho desenvolvido por Converse (1964) a respeito do estabelecimento e da coerência de sistemas de crenças de massas.

Como é possível observar, a variável-chave para o *principle-policy puzzle* é a escolaridade. A esse respeito, uma possível interpretação da existência desta controvérsia é a tendência de que os indivíduos mais escolarizados possuem competências sociolinguísticas mais refinadas, e, assim, conseguem prever melhor o que a sociedade quer ouvir, no momento de responder ao *survey*. Detêm, portanto, habilidades mais aprimoradas em identificar os discursos que seriam mais próximos da deseabilidade social ou do chamado “politicamente correto”. Nesse sentido, podemos alegar que tanto a educação pode ser relevante para reduzir a hostilidade racial – como encontramos a partir dos modelos de causalidade testados – quanto este pode ser um efeito “mascarado” pela deseabilidade social. No entanto, a única forma de verificar esta questão é por meio de uma pesquisa experimental, que submeta os dados observacionais ao escrutínio de testes contrafactuais.

Sniderman *et al* (1991) respondem, ainda, às motivações que engendrariam o *principle-policy puzzle*. Segundo eles, o cidadão médio muitas vezes não consegue

---

<sup>18</sup> “(...) better able to make the connection (from generality/principle to specificity/policy) and establish the linkage. If so, the more educated should be more likely both to have learned democratic principles and to have translated support for these principles into support for specific policies to realize them.”

vincular princípios abstratos e políticas concretas por razões evidentes, dentre as quais se destacam o parco conhecimento político, o raciocínio majoritariamente truncado e suas respostas comumente insinceras. O *puzzle* existe porque, por mais que reconheçam a pertinência da hostilidade racial e sua negação à reprodução deste conceito, os indivíduos que possuem escolarização mais alta não teriam problemas em ver estes princípios se chocando com políticas racialmente orientadas. Trata-se, portanto, de um evidente *gap* entre o abstrato e o concreto.

No caso da questão racial brasileira, ainda que os brasileiros reconhecem em geral algumas diferenças de oportunidades entre os grupos raciais (Bailey, 2009) e o preconceito racial; se opõem às cotas raciais, políticas que, grosso modo, têm como objetivo não apenas a superação dessas diferenças como a ampliação do reconhecimento de populações tradicionalmente marginalizadas. Guimarães teoriza sobre o *principle-policy paradox* no Brasil: “o nosso desafio atual, ao formar as novas gerações, é teorizar a simultaneidade desses dois fatos aparentemente contraditórios, apontados por todos os que nos precederam: a reprodução ampliada das desigualdades raciais no Brasil coexiste com a suavização crescente das atitudes e dos comportamentos racistas.” (Guimarães, 1999, p. 33).

### ***Classificação racial: a mestiçagem como mecanismo produtor e difusor de fronteiras raciais***

No entanto, é necessário pontuar e reconhecer que a categorização racial no Brasil ainda não realça suficientemente a formação desses grupos raciais, especialmente em virtude da discrepância de conteúdos raciais e significados entre as classificações *preto* e *pardo*. Algumas considerações sobre isso devem ser tecidas: ainda que a classificação racial ainda não denote com tanto rigor um cenário de mudança racial e formação de *groupnesses* raciais, as identidades estão em processo de formação. A formação de identificações raciais ocorre de dentro para fora: neste processo, a apropriação da mentalidade ocorre primeiramente, e, posteriormente, esta apropriação se reflete na atribuição de cor que sinaliza o grupo de referência.

Autores como Bailey (2009) e outros, que postulam a relevância de se compreender a existência de fronteiras raciais no Brasil, se perguntam se um eventual aumento do senso de pertencimento racial (*racial groupness*) – como, de fato, foi

encontrado - poderia ser atribuído à atuação do Movimento Negro (ao menos em sua formulação mais tradicional). A resposta indica que a identidade negra postulada pelo Movimento Negro não necessariamente corresponde à formação de solidariedades raciais percebida na pesquisa, haja vista que este Movimento, em suas diversas frentes, teve como objetivo a construção de uma identidade negra que transcendia a categorização racial e as divisões entre pretos e pardos. Esta categorização promovida pelo movimento, no entanto, nunca foi completamente assimilada pelos brasileiros.

Se a tendência é de haver maior binarização racial hoje no Brasil (divisão entre brancos e negros a partir da autodeclaração), isso se deve antes à atuação mais recente da pulverização do Movimento Negro do que a seus primeiros esforços. A esse respeito, esta interpretação encontra eco na formulação de Bobo e Hutchings (1996), que afirmam que “um grupo étnico no qual seus membros são unidos em torno de interesses comuns é chamado de comunidade de interesses. Este tipo de comunidade é geralmente consequência de um conjunto de circunstâncias políticas e econômicas que aloca pessoas em posições comuns na ordem social.” (Bobo e Hutchings, 1996, p. 35, tradução nossa).<sup>19</sup>

A propósito da pungente diferença de atitudes encontrada entre pretos e pardos, que não só apresentam divisões raciais diferentes, como também suscetibilidades diferentes aos efeitos do pertencimento socioeconômico, é forçoso pontuar a relevância da compreensão desses dois grupos como de fato diferentes. Nesse sentido, a mestiçagem, enquanto um fenômeno característico da América Latina produtor de não-lugares, semelhanças e separações, precisa ter os seus meandros compreendidos com maior rigor pela opinião pública. A pergunta que se origina a partir desse ponto é: quais são os efeitos da mestiçagem, como um fenômeno histórico, sobre as atitudes raciais e sobre o apoio às políticas raciais no Brasil?

Reconhecer a mestiçagem como uma categoria que merece um melhor *framing* na análise do comportamento político no Brasil é, também, uma atitude cujos objetivos é a agregação de conhecimento metodológico e analítico a esta questão. Os achados desta pesquisa, a este respeito, também reverberam contribuições feitas por autores como Nogueira (1998), Degler (Degler apud Guimarães, 1999), Hasenbalg (2005) e Hasenbalg & Silva (1988). Estes postulam que uma das diferenças mais fulcrais em termos das

---

<sup>19</sup> “An ethnic group in which its members are united on the basis of a shared set of perceived interests is called a community of interests. This type of community is generally the consequence of a set of economic and political circumstances that place persons in common positions in the social order.”

relações raciais entre o Brasil (e a América Latina, por extensão) e os Estados Unidos é a presença de grupos raciais intermediários, oriundos da mistura racial possibilitada pelos anos da colonização, e que são comumente aglutinados sob epítetos como *pardos*, *morenos*, *mestiços*, entre outros.

A relação entre a mestiçagem e o debate entre identidades raciais e interesses grupais não é, de modo algum, um produto recente. Na historiografia latinoamericana, autores como Andrews (2007) referenciam cronistas sociais, jornalistas e literatos coloniais e imperiais que relatavam a fluidez da classificação social como categoricamente perniciosa, uma vez que, a partir do rico caldo da mestiçagem, o mapeamento e a conferência de privilégios (como as patentes militares, o acesso à educação e a ascensão social) seriam descontrolados, o que explicaria e naturalizaria a óbvia oposição branca aos lugares potencialmente ocupados pelas categorias mestiças. Somadas a esta confusão, as categorias de riqueza e propriedade como sinais diacríticos de classe contribuíam para complexificar a atribuição de privilégios, mas ao mesmo tempo a simplificavam.

À luz desta descrição, alguns leitores podem sinalizar que, à primeira vista, o reconhecimento da mestiçagem e a assunção da existência de comunidades raciais no Brasil são pólos oponentes. Entretanto, é mister considerar que a mestiçagem, ao mesmo tempo em que gera fusões, produtos e pontos dialógicos, é também produtora de separações e dicotomias, que se traduzem na necessidade de identificação racial frente a este fenômeno, como um sinal diferenciador, uma vez que as identidades sempre são construídas com base em diferenças, no desejo de afirmação. Pois bem, é nessa produção de diferenças que reside a formação de *groupnesses* raciais no Brasil. Ainda, mesmo não sendo de modo algum recente, esta discussão assume especial significado a partir do advento da “política de identidades” e das ações afirmativas como políticas racialmente orientadas, posto que estas, se não geram incentivos à racialização societária, ao menos publicizam o conflito racial e o traduzem sob o signo da relação entre interesses e identidades.

Schwarcz & Starling (2015), em uma das melhores definições contemporâneas do fenômeno da mestiçagem, informam que “(...) a cor parda ainda hoje consta no censo brasileiro, e mais parece um ‘nenhuma das anteriores’, um grande *et cetera* ou um coringa da classificação.” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 94). Compreender no que consiste este *et cetera* e seus efeitos é tarefa das mais urgentes da Ciência Política (e das Ciências Sociais) brasileiras.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FUTURO DA AGENDA DE PESQUISA NO BRASIL

O objetivo da pesquisa que deu origem a esta dissertação foi o de lançar luz sobre uma das temáticas mais interessantes e, ao mesmo tempo, mais obscuras das Ciências Sociais, e especialmente da Ciência Política no Brasil. Interessante porque, na era da “política das categorias”, como afirmaram Burns & Kinder (2012), o modo com o qual o pertencimento a identidades adscritivas e socioeconômicas se dá na realidade tende a afetar diretamente a forma com a qual os indivíduos se conectam com a vida política, a valoram e se relacionam com regimes democráticos.

As identidades, sejam elas construídas sobre bases subjetivas ou objetivas, desempenham papéis importantes: organizam cognitivamente e afetivamente os *inputs* políticos (das ruas e das instituições), produzem esquemas mentais que são acessados em momentos oportunos, e auxiliam os indivíduos a assumirem “lados” em contextos de escassez e conflito. A política é, por definição, a atividade humana que organiza a vida social, o debate e a competição de visões e interesses: analisar os efeitos políticos do pertencimento a grupos sociais formados por identidades raciais e socioeconômicas é, certamente, uma atividade que deve interessar a um cientista político.

Foi possível perceber que tanto a identidade racial quanto o lugar socioeconômico ocupado por um indivíduo possuem relevância na explicação de suas atitudes raciais, mas o lugar conferido a cada uma dessas variáveis deve ser estabelecido com cautela: o nível analítico de cada uma delas é diferente, e isso é detrimental para a validade interna do modelo empregado e dos resultados alcançados. O argumento empregado aqui é o de um filtro *between-within*: se, por um lado, a identificação racial possui relevância na definição de grupos raciais que possuem coerência e características próprias, contribuindo para a visualização de *groupnesses* raciais ao longo desses grupos, por outro o lugar de renda e *status* ocupado pelos indivíduos serve para identificar heterogeneidades internas entre esses dois grupos. Como se pôde perceber, conceber estes grupos raciais como completamente homogêneos é um erro ingênuo.

Esperamos que, com este trabalho, a relação entre o pertencimento a grupos sociais e a produção de *outputs* políticos na opinião pública tenha sido um pouco mais clarificada. Em uma clara inspiração lazarsfeldiana, chegou-se às evidências de que os grupos sociais aos quais um indivíduo está circunscrito dizem muito sobre o modo com

o qual ele se posiciona. No caso das atitudes raciais, este *link* é ainda mais forte, uma vez que diz respeito à socialização racial que o indivíduo pode ter recebido desde a tenra idade, e, no caso da adesão a políticas de ação afirmativa, o pertencimento a grupos é utilizado muitas vezes como um espaço de legitimação e fortificação de suas opiniões. Aqui, uma ressalva teórico-metodológica é necessária: os trabalhos na Ciência Política que procuraram discutir os efeitos políticos da identificação social foram muitas vezes criticados pelo suposto pouco espaço delegado à agência individual em seus modelos, e esta crítica se mostrou correta em muitas ocasiões. Não é o caso de mergulhar profundamente nesta discussão, mas a este ponto da discussão é mister dizer que não se trata de supor uma primazia completa da sociedade sobre o indivíduo, mas sim de compreender que o indivíduo está constantemente envolto em um tecido social do qual inexoravelmente não escapa.

Ainda que as considerações possíveis a partir da análise dos dados tenham se mostrado válidas e confiáveis – adjetivos básicos para a análise política -, não se pode dizer que, com este trabalho, chegamos a conclusões, haja vista que a sutileza da temática exige investigações de maior fôlego. A questão racial no Brasil, em todos os seus meandros de estudo na Ciência Política (opinião pública, comportamento político, reconhecimento, políticas racialmente orientadas, entre tantos outros) deve ser considerada um objeto de investigação caro aos politólogos brasileiros, e, para que conclusões mais categóricas sejam feitas sobre este tema, muito se há que pesquisá-lo. Temáticas para uma futura agenda de pesquisa não faltam, e é importante elencar algumas delas.

Kinder & Sanders (1996), em um dos mais importantes trabalhos de investigação da opinião pública sobre raça e estado de bem-estar social já feitos nos EUA, empregaram um modelo que investiga os efeitos de três fontes primordiais de atitudes políticas na adesão às políticas racialmente orientadas naquele país. Sua hipótese principal era a de que não apenas a identificação racial, mas também o próprio conjunto de crenças raciais compartilhados no país eram fatores explicativos da (não) adesão a políticas raciais. Além desses elementos, outros ingredientes como a adesão a princípios políticos como o individualismo e o igualitarismo, e a percepção de ameaças materiais seriam importantes preditores do apoio a ações afirmativas, políticas de integração escolar, concessão de *food stamps* a indivíduos não-brancos, entre outras. O modelo empregado por estes autores pode ser empregado para a análise das atitudes políticas raciais dos brasileiros, com as devidas adaptações nas premissas teóricas e na execução empírica (a mensuração dos

princípios políticos no Brasil certamente não se daria do mesmo jeito que nos Estados Unidos). Devemos nos perguntar, ainda, se ideologias raciais como o mito da democracia racial (Skidmore, 1993) (Telles, 2003) (Bailey, 2009) possuem impacto na determinação dessas atitudes ou não. A este modelo, poderia se somar o emprego de uma perspectiva de equações estruturais, que vise exatamente à captação de efeitos diretos e indiretos de cada um desses ingredientes na opinião pública racial.

Ainda, a compreensão da relação entre identidades e interesses em comportamentos práticos e não apenas em atitudes também precisa ser aprofundada. Green & Cowden (1992), em importante artigo, analisam os efeitos de identidades raciais e autointeresses na propensão de indivíduos de diferentes cidades dos Estados Unidos a se engajar em protestos e manifestações, em um modelo que diverge em muitos aspectos do *civic voluntarism model* proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995). A análise da passagem das atitudes individuais para a ação coletiva prática e o emprego de categorias analíticas como o custo de oportunidade de ação certamente ajudaria também a aprofundar os conhecimentos dos próprios brasileiros sobre o grau de mobilização que a questão racial e os interesses oriundos desse pertencimento de cor podem engendrar.

Por fim, um *disclaimer* ao nível das premissas teóricas que estabelecem que a análise da opinião pública racial no Brasil é necessariamente diferente dos Estados Unidos, da África do Sul e outros países com configurações *racialistas*, nos quais a raça, por si só, constitui uma clivagem. O Brasil tem, de acordo com autores como Bailey (2011) e Telles (2003), experimentado situações de dualidade racial envolvendo a pertença de cor, em oposição ao contexto “multirracial” de outrora.

Não apenas o Brasil tem apresentado atitudes raciais pautadas em chaves interpretativas diferentes das que a grande maioria dos trabalhos anteriores sobre a questão racial identificaram ao longo do século XX, como também os próprios Estados Unidos têm passado por um processo de multirracialização, tal como Daniel (2006) sinaliza, e que Bobo (1998) caracteriza como o debate oriundo do “futuro das linhas de cor”<sup>20</sup> (Bobo, 1998, p. 130). A esse respeito, Junn *et al* (2012) também fornecem insights profícuos: “Os contornos das relações entre identidade racial grupal, consciência racial e opinião pública (...) são especialmente desafiadores para a academia porque estas populações e seu modo de se expressar politicamente estão em mudança.”<sup>21</sup> (Junn *et al*,

---

<sup>20</sup> A expressão usada por Bobo é “future of the color line”.

<sup>21</sup> “The contours of the relationships between racial group identity, racial group consciousness and public opinion (...) are especially challenging for scholars because these populations and their politics are in flux.”

2012, p. 287, tradução nossa). Esta passagem indica com propriedade uma questão importante: a referência de análise mudou – o que não significa que raça tenha deixado de ser uma clivagem política neste país. Esta mudança indica e fortalece ainda mais a necessidade de a Ciência Política brasileira criar seu próprio conhecimento sobre a temática racial e seus *outcomes* políticos, em que o horizonte de análise contenha, também, a correta investigação sobre o papel desempenhado pela mistura racial.

O campo das atitudes raciais no Brasil, por se orientar exatamente pela riqueza imensurável da questão racial no país, é uma área que carece da devida atenção, e que guarda em si signos e discursos prechos de significados, carentes de investigação científica. Esta seara, se descortinada, tem muito a contribuir para que o *puzzle* da opinião pública no Brasil se revele. Como sugere a própria epígrafe desta dissertação, em uma era na qual as identidades ditam a expressão popular, o interesse pela opinião pública racial tem a missão de compreender as expressões de (in)tolerância, discuti-las e combatê-las, a fim de que ambientes cada vez mais democráticos se fortaleçam.

## REFERÊNCIAS

- ALLPORT, Gordon (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley Publishing Company.
- ANDERSON, Benedict. (1991) *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso.
- ANDREWS, George R. (2007) *América Afrolatina: 1800-2000*. São Carlos: UFSCar.
- APPIAH, K. A. (2000) “Racial identity and racial identification”. In: SOLOMOS, John e BACK, Les (2000) *Theories of race and racism*. New York: Routledge.
- AVRITZER, Leonardo e GOMES, Lilian C. B. (2013), “Política de Reconhecimento, Raça e Democracia no Brasil”. *DADOS*, vol. 56, no 1, pp. 39-68.
- BAILEY, Stanley R. (2008) “Unmixing for race making in Brazil”. *American Journal of Sociology*, vol. 114, nº 3, pp. 577-614.
- BAILEY, Stanley R. e HUDDY, Leonie. “Racial resentment and White opposition to race-conscious programs: principles or prejudice?” *American Journal of Political Science*, no prelo.
- BAILEY, Stanley R. e TELLES, Edward E. (2006) “Multiracial versus collective black categories: examining census classification debates in Brazil”. *Ethnicities*, vol. 6, nº 1, pp. 74-101.
- BAILEY, Stanley R., LOVEMAN, Mara e MUNIZ, Jerônimo O. (2013). “Measures of “race” and the analysis of racial inequality in Brazil”. *Social Science Research*, vol. 42, pp. 106-119.
- BAILEY, Stanley. (2009) *Legacies of Race – Identities, attitudes and politics in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- BANKS, Antoine J. e VALENTINO, Nicholas A. (2012) “Emotional substrates of White racial attitudes”. *American Journal of Political Science*, vol. 56, nº 2, pp. 286-297.
- BARTH, Frederik. (1969) *Ethnic groups and boundaries*. Boston: Little, Brown and Company.
- BASTOS, Élide Rugai. (2006) *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, Global.
- BERINSKY, Adam J. (2002) “Political context and the survey response: the dynamics of racial public opinion”. *Journal of Politics*, vol. 64, pp. 567-584.
- BLUMER, Herbert. “Race prejudice as a sense of group position”. *Pacific Sociological Review*, vol. 1: pp. 3-7.
- BOBO, Lawrence e HUTCHINGS, Vincent. (1996) “Perceptions of racial group competition: extending Blumer’s theory of group position to a multiracial social context”. *American Sociological Review*, vol. 61, nº 6, pp. 951-972.
- BOBO, Lawrence. (1983) “Whites’ opposition to busing: symbolic racism or realistic group conflict?” *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 45, pp. 1195-1210.

- BOBO, Lawrence. (1988) "Group conflict, prejudice and the paradox of contemporary racial attitudes". In: KATZ, Phyllis A. e TAYLOR, Dalmas A. *Eliminating racism: profiles in controversy*. New York: Plenum.
- BOBO, Lawrence. (1998) "Race, interests and beliefs about affirmative action: unanswered questions and new directions". *American Behavioral Scientist*, vol. 41, pp. 985-1003.
- BOBO, Lawrence. D. (2003). "Race, Racism, and Discrimination: Bridging Problems in Social Psychological and Theory Methods". *Social Psychology Quarter*, vol. 66, nº 4.
- BONILLA-SILVA, Eduardo (1996). "Rethinking racism: toward a structural interpretation". *American Sociological Review*, vol. 62, pp. 465-480.
- BOVASSO, Gregory (1993) "Self, group and public interests motivating racial politics". *Political Psychology*, vol. 14, nº 1, pp. 3-20.
- BRASIL (2010) Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- BRASIL (2012) Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- BRUBAKER, Rogers (2002) "Ethnicity without groups". *Archives Européennes de Sociologie*, Vol. 63, nº 2, pp. 163-189.
- BUENO, Natália S. (2010) *Raça e comportamento político em perspectiva comparada - evidências de Belo Horizonte e Cidade do Cabo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política. São Paulo, São Paulo. Brasil.
- BUENO, Natália S. e FIALHO, Fabrício M. (2009) "Race resources and political participation in a Brazilian city". *Latin American Research Review*, vol. 44, nº 2, pp. 59-83.
- BURNS, Nancy e KINDER, Donald. (2012) "Categorical politics: gender, race and public opinion". In: BERINSKY, Adam (Org.) (2012) *New directions in Public Opinion*. New York: Routledge.
- CAVAZZA, Nicoletta. (2008) *Psicologia das atitudes e das opiniões*. São Paulo: Edições Loyola.
- CONVERSE, Philip E. (1964) "The nature of belief systems in mass publics". In: APTER, David E. (Org.) (1964) *Ideology and discontent*. New York: Free Press.
- COSTA, Sérgio (2006). *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DANIEL, Reginald (2006) *Race and multiraciality in Brazil and the United States: converging paths?* Philadelphia: The Pennsylvania State University Press.
- Dawson, Michael. (1994) *Behind the Mule: race and class in African American politics*. Princeton: Princeton University Press.
- FERES JÚNIOR, João (2006) "Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, pp. 163-176.
- FERNANDES, Florestan. (1965) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- FIALHO, Fabrício M. (2008) *Raça e participação política: um exercício em teoria e método*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte, Minas Gerais. Brasil.
- FREYRE, Gilberto. (1973) *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. (2001) *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FRY, Peter. (2005) *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GAY, Claudine (2004). “Putting race in context: identifying the environmental determinants of black racial attitudes”. *American Political Science Review*, vol. 98, pp. 547-562.
- GREEN, Donald P. e COWDEN, Jonathan A. (1992) “Who protests: self-interest and white opposition to busing”. *The Journal of Politics*, vol. 54, nº 2, pp. 471-496.
- GUIMARÃES, A. S. (2009) *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- HARRIS, Marvin. (1964) *Patterns of race in the Americas*. New York: Walker and Company.
- HASENBALG, Carlos (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- HASENBALG, Carlos. & SILVA, Nelson V. (Org.) (1988) *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.
- HEMPEL, Carl (1970). “Investigação científica: invenção e verificação”. In: HEMPEL, Carl. (1970) *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995) *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUDDY, Leonie (2003) “Group identity and political cohesion”. In: SEARS, David, HUDDY, Leonie e JERVIS, Robert. (2013) *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. (2005) *Modernization, cultural change and democracy – the human development sequence*. New York: Cambridge University Press.
- JACKMAN, Mary. (1994) *The velvet glove: paternalism and conflict in gender, class and race relations*. Berkeley: University of California Press.
- JOHNSON III, Ollie. “Race, politics and Afro-Latin Americans” (2012). In: KINGSTONE, Peter e YASHAR, Deborah J. *Routledge handbook of Latin American politics*. New York: Routledge.
- JUNN, Jane, MENDELBERG, Tali e CZAJA, Erica (2012). “Race and the group bases of public opinion”. In: BERINSKY, Adam (Org.) (2012) *New directions in Public Opinion*. New York: Routledge.
- KELLSTEDT, Paul M. e WHITTEN, Guy D. (2008) *The fundamentals of Political Science research*. New York: Cambridge University Research.
- KINDER, Donald e SANDERS, Lynn. (1996) *Divided by color: racial politics and democratic ideals*. Chicago: University of Chicago Press.

KINDER, Donald R. e SEARS, David O. (1981). "Prejudice and Politics: Symbolic Racism Versus Racial Threats to the Good Life". *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 40, nº 3, pp. 414-431.

KRYSAN, Maria (2000). "Prejudice, politics and public opinion: understanding the sources of racial policy attitudes". *Annual Review of Sociology*, vol. 26, pp. 135-168.

KUKLINSKI, James H., SNIDERMAN, Paul M., KNIGHT, Kathleen, PIAZZA, Thomas, TETLOCK, Philip E., Lawrence, Gordon R., MELLERS, Barbara. (1997) "Racial prejudice and attitudes toward affirmative action". *American Journal of Political Science*, vol. 41, pp. 402-419.

LAZARFELD, Karl, BERELSON, Bernard e GAUDET, HAZEL. (1968) *The people's choice*. New York: Duell Sloan and Pearce.

LOVEMAN, Mara (1999) "Making 'race' and nation in the United States, South Africa and Brazil: taking 'making' seriously". *Theory and Society*, vol. 28, pp. 903-927.

MAGGIE, Yvonne (2005). "Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas". *Horizontes Antropológicos*, vol. 11, nº 23, pp. 289-291.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter (2004). "A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras". *Estudos Avançados*, vol. 18, nº 50, pp. 67-80.

MARX, Anthony (1998). *Making race and nation: a comparison of the United States, South Africa and Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.

MUNANGA, Kabengele. (2005-2006) "Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil". *Revista USP*, nº 68, pp. 46-57.

MUNIZ, Jerônimo O. (2012) "Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial". *DADOS*, vol. 55, nº 1, pp. 251-282.

MYRDAL, Gunnar (1944) *An American dilemma*. New York: Harper & Row.

NOBLES, Melissa (2000). *Shades of citizenship: race and the census in modern politics*. Stanford: Stanford University Press.

NOGUEIRA, Oracy. (1998) *Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp.

OLIVER, Eric e MENDELBERG, Tali (2000). "Reconsidering the environmental determinants of White racial attitudes." *American Journal of Political Science*, vol. 44 pp. 574-589.

OMI, Michael e WINANT, Howard. (1994) *Racial Formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*. New York: Routledge.

OSÓRIO, Rafael G. *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia. Brasília, Distrito Federal. Brasil.

PEREIRA, Frederico B. (2013) "Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas". *Opinião Pública*, vol. 19, nº 2, pp. 291-319.

REIS, Fábio W. (2000) *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP.



- RIBEIRO, Darcy. (2002) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANSONE, Lívio. (2002) “Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 1, pp. 5-14.
- SCHUMAN, Howard, STEEH, Charlotte, BOBO, LAWRENCE e KRYSAN, Maria. (1997). *Racial attitudes in America: trends and interpretations*. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHWARCZ, Heloisa e STARLING, Heloisa M. (2015) *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993), *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEARS, David O., SIDANIUS, Jim e BOBO, Lawrence (Org.) (2000). *Racialized politics: the debate about racism in America*. Chicago: University of Chicago Press.
- SEARS, David O., VAN LAAR, Colette, CARRILLO, Mary and KOSTERMAN, Rick. 1997. “Is it really racism? The origins of white Americans' opposition to race-targeted policies”. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 61, No. 1, Special Issue on Race (Spring, 1997), pp. 16-53.
- SKIDMORE, Thomas E. (1993) *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*. Durham: Duke University Press.
- SNIDERMAN, Paul M. e CARMINES, Edward G. (1997). *Reaching Beyond Race*. Cambridge: Harvard University Press.
- SNIDERMAN, Paul M. e PIAZZA, Thomas (1993). *The Scar of Race*. Cambridge: Harvard University Press.
- SNIDERMAN, Paul M. e TETLOCK, Philip E. (1986) “Symbolic racism: problems of motive attribution in Political Analysis”. *Journal of Social Issues*, vol. 42, nº 2, pp. 129-150.
- SNIDERMAN, Paul. M., BRODY, Richard A. e TETLOCK, Philip E. (1991) *Reasoning and Choice: explorations in Political Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUZA, Amaury de (1971) “Raça e política no Brasil Urbano”. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 11, nº 4, pp. 61-70.
- STOKER, Laura. (1992) “Interests and ethics in politics”. *American Political Science Review*, vol. 86, pp. 369-380.
- SULLIVAN, John L.; PIERESON, James; MARCUS, George E. (1982) *Political tolerance and American democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- TARMAN, C., & SEARS, D. O. (2008). “The Conceptualization and Measurement of Symbolic Racism”. *The Journal of Politics*, Vol. 67, nº 3, pp. 731-761.
- TELLES, Edward E. (2003) *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- TELLES, Edward E. e GARCIA, Denia. (2013) “Mestizaje and Public Opinion in Latin America”. *Latin American Research Review*, vol. 48, nº 3, pp. 130-152.

TURGEON, Mathieu, FUKS, Mario e PILATI, Ronaldo. (2013) “Attitudes toward affirmative policies in university admissions in Brazil”. *Paper apresentado no Encontro Anual da Sociedade Internacional de Psicologia Política em Herzliya, Israel.*

TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. (Org.) (1995) *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil.* São Paulo: Ática.

VERBA, Sidney, SCHLOZMAN, Kay L. e BRADY, H. E. (1995) *Voice and equality: civic voluntarism in American Politics.* Cambridge: Harvard University Press.

WADE, Peter. (2010) *Race and Ethnicity in Latin America.* 2nd ed. London: Pluto Press.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. (2006) *Introdução à econometria: uma abordagem moderna.* São Paulo: Cengage Learning.

ZONINSEIN, Jonas e FERES JÚNIOR, João. (2008) *Ação afirmativa no Ensino Superior Brasileiro.* Belo Horizonte, Editora UFMG.

# FERRAMENTAS PARA REPLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos a sintaxe de reprodução dos modelos de regressão logística utilizados nesta dissertação, para o software Stata®.

## *Manuseio das variáveis independentes*

### \*\*\*Raça\*\*\*

A variável **cor\_tri2** consiste na recodificação da variável P2 do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter três categorias (branca, preta e parda). Os códigos 4, 5, 97, 98 e 99 foram classificados como *missing data*. As categorias 1 e 12 foram classificadas como 0 (branca). As categorias 7, 8, 9 e 10 foram classificadas como 1 (parda). As categorias 2 e 11 foram classificadas como 2 (preta).

```
gen cor_tri3=.
replace cor_tri3=2 if cor_tri2==0
replace cor_tri3=1 if cor_tri2==1
replace cor_tri3=0 if cor_tri2==2
label variable cor_tri3 "Cor_tricotomizada"
label define cor_tri3 0 "Branco" 1 "Pardos" 2 "Pretos"
```

### \*\*\*Renda\*\*\*

```
gen renda=.
replace renda=0 if rendaf==1
replace renda=1 if rendaf==2 | rendaf==3 | rendaf==4
replace renda=2 if rendaf==5 | rendaf==6 | rendaf==7
label variable renda "Renda"
label define renda 0 "Baixa" 1 "Média" 2 "Alta"
```

### \*\*\*Escolaridade\*\*\*

A variável **escola** foi criada a partir da variável original P71. A variável original foi recodificada da seguinte forma: os códigos de 1 a 3 foram classificados como 1 (baixa escolaridade) na variável tratada; os códigos de 4 a 5 compõem o código 2 (média escolaridade) na variável tratada; e os códigos de 6 em diante compõem o código 3 (alta escolaridade) na variável nova.

```

gen escolaridade=.
replace escolaridade=0 if escola==1 | escola==2
replace escolaridade=1 if escola==3
replace escolaridade=2 if escola==4
label variable escolaridade "Grau de escolaridade"
label define escolaridade 0 "Analfabeto/Até Fundamental" 1 "Médio" 2 "Superior em
diante"

```

\*\*\*Religião\*\*\*

```

gen relig2=.
replace relig2=0 if religiao==9 | religiao==10
replace relig2=1 if religiao==6
replace relig2=2 if religiao==1 | religiao==2
replace relig2=3 if religiao==3 | religiao==4 | religiao==5 | religiao==7 | religiao==8
label variable relig2 "Religião (categorizada)"
label define relig2 0 "Ateu/Não tem religião" 1 "Católico" 2 "Evangélico" 3 "Outros"

```

\*\*\*Conhecimento Político\*\*\*

```

tab rec_Obama
tab rec_McCain
gen rec_Obama2=.
replace rec_Obama2=0 if rec_Obama==2
replace rec_Obama2=1 if rec_Obama==1
label define rec_Obama2 0 "Não" 1 "Sim"
gen rec_McCain2=.
replace rec_McCain2=0 if rec_McCain==2
replace rec_McCain2=1 if rec_McCain==1
label define rec_McCain2 0 "Não" 1 "Sim"
egen ptoss=rowtotal(rec_Obama2 rec_McCain2)
gen cognicao=(ptoss/4)*10
replace cognicao=0 if cognicao==0
replace cognicao=1 if cognicao>0
label variable cognicao "Cognição Política"
label define cognicao 0 "Baixa" 1 "Média" 2 "Alta"
tab cognicao

```

### ***Manuseio das variáveis dependentes***

\*\*\* Atitudes e sentimentos raciais\*\*\*

\*Hostilidade Racial\*

A variável **host3** foi produzida a partir da variável P4 do banco de dados original, vide a seção *Dados e Métodos*. Foi construída uma única variável, a partir de uma análise fatorial de matriz policórica e, posteriormente, a partir de uma soma de variáveis.

```

polychoric conc_negrobom conc_musicaesp conc_entsaida
display r(sum_w)
global N = r(sum_w)
matrix r = r(R)
factormat r, n($N) factors(3)

gen host3=(ponto1+ponto2+ponto3)/3
tab host3
label define host3 0 "Baixa" 1 "Média" 2 "Alta"

replace host3=2 if host3==0 | host3==1 | host3==2 | host3==3 | host3==4 | host3==5 |
host3==6 | host3==7 | host3==8 | host3==9
replace host3=1 if host3==10 | host3==11 | host3==13 | host3==12
replace host3=0 if host3==14 | host3==15

```

### ***Modelos de regressão (princípios, atitudes e sentimentos raciais)***

**\*\*Estrutura 1\*\***

```
mlogit host3 i.cor_tri3 i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao
```

**\*\*Estrutura 2\*\***

```

mlogit host3 i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri==0
mlogit host3 i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri==1
mlogit host3 i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri==2

```

### ***Modelos de regressão (políticas raciais)***

A variável **cotasuniv** corresponde à variável P9 no banco de dados original. A única modificação realizada foi a recodificação dos que responderam que eram “indiferentes” no banco de dados original como *missing data* nos dados tratados.

**\*\*Estrutura 1\*\***

```

logistic cotasuniv i.cor_tri3 i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao
vif, uncentered

```

**\*\*Estrutura 2\*\***

```

logistic cotasuniv i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri3==0
logistic cotasuniv i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri3==1
logistic cotasuniv i.renda i.escolaridade cognicao sexo idade1 i.regiao if cor_tri3==2

```